

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,  
INICIADA NO DIA 18 ABRIL DE 2006.** -----

----- **ACTA NÚMERO NOVE** -----

----- No dia 18 de Abril de 2006, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência da sua Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvada pelos Excelentíssimos e Senhores Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas e Nelson Pinto Antunes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim Sousa Carneiro, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Bravo Martins de Campos, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Armando Luís Coelho da Silva, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Carlos Filipe Marques Lima, David Alexandre Ribeiro Valente, Domingos Alves Pires, Duarte D’Araújo Jorge Cardoso da Mata, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Filipe António Osório de Almeida Pontes, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Henrique José Praia da Rocha de Freitas, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Álvaro Bau, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Mário Amaral Mourato Grave, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Nuno Vaissier Neves Ferro, João Paulo Mota da Costa Lopes, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Luís Sobreda Antunes, José Luís Teixeira Ferreira, José Roque Alexandre, José Rui Roque, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Filipe Graça Gonçalves, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria Idalina de Sousa Flora, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues das Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, Marta Sofia Caetano Lopes Rebelo Gonçalves, Nelson Miguel

Rodrigues Coelho, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Pedro Alexandre Valente de Assunção, Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar, Pedro Miguel Santos de Sampaio Nunes, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rodrigo Manuel Neiva de Oliveira Leal Lopes, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rogério Gomes dos Santos, Rui António Francisco Coelho, Rui Manuel Pessanha da Silva, Sílvia Cristóvão Claro, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, Manuel Fernando Dias de Almeida, José Luís Português Borges da Silva, Carlos Manuel de Melo Barroso, Rui Jorge Lopes Ferreira, Luís Jorge Teixeira Mendes da Silva, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Pedro Manuel Tenreiro Biscaia Pereira, Lídia Marta Canha Fernandes e Sílvia Alexandra Frago Fernandes Ferreira da Costa Lopes, -----  
---- Faltaram à reunião os Seguintes Deputados Municipais: -----  
---- João Augusto Martins Taveira, João Miguel Martins Ferreira e José Maria Ribeiro Rodrigues. -----  
---- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----  
---- António Silva Preto (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Dias de Almeida. -----  
---- Vasco Valdez (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Luís Borges da Silva. -----  
---- José Leitão (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Pedro Biscaia. -----  
---- José Maria Rodrigues (PS), por um dia, não tendo sido substituído. -----  
---- Deolinda Machado (PCP), por 14 dias, sendo substituída pelo Deputado Municipal Feliciano David. -----  
---- Carlos Marques (BE), por 15 dias, sendo substituído pela Deputada Municipal Lídia Canha Fernandes. -----  
---- Telmo Correia (CDS-PP), entre 13 e 18 de Abril, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Carlos Melo Barroso. -----  
---- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----  
---- Rui Marques (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, por Rui Jorge Lopes Ferreira. -----  
---- José Pires (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Engrácia, por Sílvia Mota Lopes. -----  
---- Rosa do Egipto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, por Luís Jorge Teixeira Mendes da Silva. -----  
---- Às 15 horas e 20 minutos, constatada a existência de *quorum*, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião cumprimentando o público presente e os funcionários, e de seguida deu início ao período de intervenção do público. -----  
----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Sr. Luís Filipe de Jesus Dias**, morador na Rua Ilha de São Tomé n.º 5 – 4º, Cova da Piedade Almada, falando, segundo disse, em representação dos trabalhadores do Departamento de Desporto da Câmara Municipal de Lisboa sobre o processo da lista de excedentários que neste momento estava a desenvolver-se no aludido Departamento, começou por referir que antes de iniciar a intervenção propriamente dita desejava referir dois pormenores que, nos tempos de hoje, se podiam considerar no mínimo antidemocráticos, para não dizer outras coisas. -----

----- Primeiro: que na última Sessão da Assembleia Municipal estiveram presentes, ao abrigo da lei sindical, os trabalhadores do Departamento que fizeram uma intervenção sobre o problema que os afectava, assim como o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, e esses trabalhadores, por ordem do Director do Departamento, foram identificados. -----

----- Segundo: que no segundo plenário que houve no Departamento de Desporto que antecederia a Sessão Pública da Câmara, os trabalhadores que participaram nesse plenário, e que depois, da parte da tarde, se deslocaram aos Paços do Concelho, foram não só identificados como também vigiados, e isso novamente por indicação do Director do Departamento. Num Estado de Direito isso era completamente inadmissível! -----

----- Passando à intervenção, disse que em nome dos 22 funcionários constantes da famosa lista de excedentários do Departamento de Desporto, na qual estava incluído, em nome do STML, do qual é dirigente, vinha novamente colocar à discussão da Assembleia Municipal a forma como esse processo estava a ser conduzido. As declarações públicas, a inexistência de respostas, quer às dúvidas que os trabalhadores tinham, quer aos pedidos de esclarecimento por parte do Sindicato, a mesma inexistência de esclarecimentos, em ambos os casos, por parte daqueles que tinham responsabilidades na matéria: o Sr. Vereador responsável pelo Pelouro do Desporto, o Sr. Presidente da Câmara, e, em última análise, daquele que forneceu as informações necessárias ao início do processo, o Sr. Director do Departamento. -----

----- Relembrando as conclusões do primeiro plenário que se fez com os trabalhadores do Departamento e da respectiva moção, disse que era triste e lamentável que alguns Deputados Municipais tivessem votado contra o que eram aspirações legítimas dos trabalhadores que estavam envolvidos nesse processo arbitrário, antidemocrático e completamente injusto e infundado. -----

----- Disse que continuavam a verificar contradições e formas de actuar dos dirigentes responsáveis, incompatíveis com o regime democrático vigente, pelo que perguntava se eram os únicos que se apercebiam dessas contradições e dessa forma de gerir o processo. Esclarecimentos continuavam a não existir, declarações públicas de pretensas ameaças verbais e físicas pareciam ser o mais importante no que dizia respeito à forma como os trabalhadores envolvidos foram tratados, caluniados e denegridos, pessoal e profissionalmente, numa clara intenção de desviar as atenções para o que oficialmente se estava a passar no Departamento de Desporto. -----

----- Por um lado, contratava-se e dava-se formação no intuito de suprir necessidades de pessoal nos equipamentos desportivos da Câmara, e, por outro, criava-se uma lista de

excedentários. Falava-se em falta de pessoal, mas preferia-se entrar em jogos discriminatórios e persecutórios e afastar funcionários que sempre deram provas de profissionalismo e competência: técnicos de desporto, experiência de vários anos na área do desporto, mas colocava-se tudo de lado e transferiam-se esses trabalhadores especializados para departamentos ou áreas que nada tinham a ver com o desporto. Se era essa a política de recursos humanos que os actuais dirigentes defendiam, então mais dia menos dia iriam ver motoristas como administrativos, jardineiros como cantoneiros ou técnicos de desporto como fiscais de obras. -----

----- E por que não falar das declarações do Sr. Vereador no que dizia respeito à criação de uma empresa municipal para gerir equipamentos desportivos, empresa municipal essa que já existira e que foi extinta por esse mesmo Vereador em 2002! Em que ficavam? -----

----- Disse que havia falta de recursos humanos e equipamentos desportivos encerrados ou a trabalhar precariamente por falta de pessoal, mas criava-se uma lista de excedentários; contratava-se pessoal e até se dava formação, depois de dispensar nove funcionários, que estavam a recibos verdes, na Divisão de Equipamentos Desportivos; criava-se uma lista de 22 nomes e não se falava com os funcionários envolvidos, não havia qualquer tipo de esclarecimento, pelo contrário: eram alcoólicos, prepotentes e negligentes. Eram as únicas coisas que ouviam, o que era lamentável. -----

----- Mas havia rumores de uma nova lista de mais 14 nome! Se comparassem as situações viam que a lista com os 22 nomes também começara com um rumor e ser constantemente negado pelo Director do Departamento. E qual o esclarecimento para essa situação? A mesma! Não havia respostas, não havia consideração pelos trabalhadores, não havia o mínimo respeito pelos anos de casa, pela experiência adquirida e pelo conhecimento acumulado. Seriam unicamente peças que se colocavam onde os dirigentes assim o entendiam? Isso não lhe parecia certo, como não parecia também aos seus colegas nem a qualquer trabalhador que se visse nesta situação! -----

----- Referiu, ainda, que até agora exigiram o mínimo mas nem isso se deram ao trabalho de fazer. Era assim que funcionavam os senhores que estavam no poder! Que não esperassem qualquer tipo de simpatia, ou apatia, perante situações que mexiam com as suas vidas e os afectavam pessoal e profissionalmente. A responsabilidade era também da Assembleia Municipal e dos Deputados Municipais, que não podiam dizer que desconheciam esta situação, porque os trabalhadores, ao contrário do Sr. Vereador, do Sr. Director de Departamento e do Sr. Presidente da Câmara, têm feito todos os esforços no sentido de esclarecer todos aqueles que desconhecem esta situação. -----

----- A terminar disse que continuariam a lutar pelos seus direitos, definitivamente não eram eles os prepotentes. -----

----- **O Sr. José Manuel Simões Ferreira**, morador no Poço do Borratém, n° 25 – 4° dt°, 1100-408 Lisboa, leu a exposição que a seguir se transcreve: -----

----- “O assunto que aqui me traz é deveras grave: atenta contra os direitos mais elementares de um cidadão e da sua família, e configura-se como uma atitude persecutória. A UP Mouraria quer fazer obras dentro da minha casa que impossibilitam, a mim e a minha família, de nela continuarmos a viver. Pretendem demolir a cozinha e

casa de banho, e levantar o telhado, e tudo isto connosco lá dentro, sem previamente nos arranjam uma casa de substituição. - Casa que seja compatível com o agregado familiar e o recheio da casa, de que fazem parte 300 obras de arte e cerca de 15.000 livros, uma boa parte dos quais Tratados de Arquitectura, que são obras raras e valiosas, além de mobiliário e objectos decorativos de qualidade artística. - Agrava a situação o facto de eu estar doente, com uma depressão aguda, depressão para a qual as pressões persecutórias de que eu e a minha família temos sido objecto bastante têm contribuído. A minha doença arrasta-se desde há cerca de três meses, estando de baixa, tendo já sido submetido à Junta Médica Municipal, que a pude comprovar e sancionar. - É, acontece que além de inquilino, sou também funcionário, desde há cerca de dez anos, arquitecto, técnico superior de 1ª classe. Suponho, por indícios vários, cuja descrição pouparei aos senhores, que a condição de funcionário da CML tem contribuído para esta situação. Os funcionários da UP Mouraria devem pensar que eu sou um “dependente”. Mas estão bem enganados. Tenho 59 anos de idade, 40 de profissão, e sou duma geração que teve, por imposição (éramos compelidos), de fazer a guerra colonial. A mim não me intimidam, como o fizeram, na minha ausência, com a minha mulher e filha, ameaçando-as com um despejo, se não deixassem que as obras começassem no passado dia 10 de Abril. Claro que entretanto eu regresssei a casa e não consenti que as obras se iniciassem, no que aliás fui compreendido pelo trabalhador do empreiteiro que lá apareceu, que frontalmente afirmou que faria o mesmo, e considerava indecente o que a UP Mouraria se propunha fazer-nos. -----

----- (Como episódio descompressão, deixem-me contar que quando perguntei ao sujeito, o tal trabalhador do empreiteiro, o que vinha fazer, respondeu-me: “Ora, partir isto tudo!”). -----

----- E realmente, é o que desde há vários anos, desde 1999, primeiro o GTM, ao que tudo indica em conluio com a JF de Sta. Justa - uma Junta que está numa espécie de exílio, instalada num prédio que pertence a S. Cristóvão e S. Lourenço -, agora a sua sucessora UPM, tem vindo a fazer aquele prédio, e essencialmente a minha casa: obras de demolição travestidas de manutenção; e isto num prédio cuja situação de degradação exige obras de reabilitação geral e profunda, não trabalhos de sapateiro remendão, ou, para o caso, de trolhas jeitosos ou desenrascados. Nos documentos que entreguei a Sra. Presidente da Assembleia, e de que deixo uma colecção para quem os queira consultar ou fotocopiar, está tudo referido e “historiado”. Acresce que o prédio em causa, além de ser património municipal, está inserido dentro dos limites da Zona Monumental da Baixa Pombalina, e está classificado como de valor concelhio, pois entre outras coisas, admite-se que nele tenham vivido o Dr. João das Regras, e o alfaiate Martim Vaz, figuras notáveis dos acontecimentos pátrios de 1383-85, e ainda há vestígios de uma capela nas traseiras, e um arco ogival na fachada, que é de origem pré-pombalina, medieval possivelmente... -----

----- Enfim, Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, não quero ocupar-vos mais tempo, os factos falam por si: não se pode obrigar uma família a viver sem casa de banho, sem cozinha, e sem tecto, durante sabe-se lá quanto tempo. - À minha mulher tiveram o descaramento de afirmar, mentirosamente, que as obras durariam apenas uma

semana. E, ainda por cima, propunham-se começá-las numa semana “comprida” como é a da Páscoa. Oponho-me determinadamente a que as obras sejam feitas e já dei instruções ao meu advogado, Dr. Tomé Coelho dos Santos, no sentido de accionar os dispositivos legais e as instâncias judiciais impeditivas de tal, se a CML insistir. Moro ali há 53 anos. É uma vida, meus senhores: foi naquela casa que foram criados os meus três filhos, e onde muitas vezes ficam os meus dois netos. - E o recheio dela foi conseguido à custa do meu trabalho como arquitecto, não como funcionário da CML, que o sou apenas há cerca de 10 anos, 3 dos quais passei fora da Câmara com o Estatuto de Bolseiro de Investigação Científica da FCT/MCT. -----

----- Respeitosamente, solicito a vossa intervenção.” -----

----- **A Senhora Presidente** disse que a Mesa entendia o municípe, compreendia-o, por isso mesmo, como teria reparado, ultrapassou largamente o seu tempo de exposição, e, obviamente, iria inteirar-se do que se estava a passar e brevemente daria notícias. -----

----- **O Sr. Carlos Artur Ferreira de Moura**, morador na Rua Engº Ferreira Mesquita, bloco C – 1º dtº 1070-116 Lisboa, disse que constituída pela QUERCUS e pela Associação Lisboa Verde com o objectivo de contribuir para pôr fim aos espectáculos tauromáquicos em Lisboa, o Movimento Antitouradas tinha hoje mais dúvidas que respostas em relação às orientações autárquicas do Município, no que a esse espectáculo dizia respeito. -----

----- Na realidade, apenas a um mês da inauguração da requalificada Praça de Touros do Campo Pequeno, desconheciam ainda quais os apoios previstos pela Câmara Municipal à realização de touradas nesse recinto, se era que alguns estavam previstos. Ainda que lhes dissessem que era difícil conhecer ou questionar a posição da Câmara em relação à realização de touradas, não podiam aceitar esse espectáculo, além de sobreviver do bárbaro tratamento dos animais que em momento algum estavam em pé de igualdade com os contraponentes humanos, têm claras implicações a outros níveis, nomeadamente logísticos que necessitariam de uma clara posição da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Contou que muito recentemente, numa cidade de Portugal, um animal destinado a um espectáculo tauromáquico fugira espalhando o pânico e prejuízos materiais e humanos na sua passagem. Era um cabresto, um animal manso, porém o *setres* e o medo surgidos pelo transporte levaram-no a reagir de forma violenta. E se fosse um touro? E se fosse Lisboa? Não haveria uma palavra a dizer das autoridades que licenciavam esse espectáculo numa cidade, num local importante em termos de circulação de trânsito e peões? -----

----- Portanto, não só mas também por isso era urgente pôr cobro às touradas em Lisboa. Às razões culturais e de defesa da dignidade dos animais juntava-se a questão da segurança na cidade e por isso era urgente tomar uma decisão. -----

----- **O Sr. João Paulo Pereira Baltazar**, morador na Rua Azedo Gneco, n.º 52 – 4º 1350-037 Lisboa, falando em nome do Movimento de Cidadãos SOS Cinema Europa, leu a seguinte exposição: -----

----- “Na sequência de notícias contraditórias saídas nos jornais relativas a declarações do Vereador José Amaral Lopes sobre o futuro do Cinema Europa, e de uma visita

conjunta efectuada ao edifício, a pedido do Vereador José Sá Fernandes, na qual participaram também representantes do Movimento SOS Cinema Europa, o Vereador da Cultura aceitou o convite que lhe fizemos para estar presente numa reunião de moradores do bairro de Campo de Ourique, realizada a 23 de Fevereiro na Junta de Freguesia de Santo Condestável. -----

----- Nessa ocasião o Vereador José Amaral Lopes afirmou que ‘os fins em vista não justificam o investimento da autarquia numa permuta e recuperação de todo o edifício’ do antigo Cinema Europa. Neste sentido, teria já alcançado um entendimento com o proprietário do edifício no sentido da aceitação pela Câmara da demolição do mesmo e a construção naquele local de um novo imóvel para habitação, no qual seriam reservados dois pisos, rés-do-chão e cave, para actividades culturais. Um espaço que, segundo nos foi dito, representaria cerca de 3.000 metros quadrados. -----

----- Na mesma ocasião, o Vereador José Amaral Lopes garantiu que o movimento de cidadãos SOS Cinema Europa seria ‘informado’ do desenrolar deste processo. Um processo que, importa lembrar, foi desencadeado por uma contestação popular ancorada num abaixo-assinado com mais de 2.000 assinaturas, no qual se defendia a salvaguarda do edifício do Europa e a sua transformação num espaço cultural multifuncional. -----

----- Importa ainda lembrar que este compromisso público do Vereador surge na sequência de uma promessa eleitoral do actual Presidente da CML, Engº. Carmona Rodrigues, posteriormente consignada nas 300 medidas que se comprometeu a realizar nos primeiros 180 dias do seu governo da cidade: ‘Iniciar as negociações e a definição de parcerias para a reabilitação do Cinema Europa como pólo cultural e comunitário da Freguesia de Santo Condestável’. -----

----- Mais recentemente, nas Grandes Opções do Plano 2006/2009 aprovadas pela CML, o Cinema Europa mereceu, no capítulo dedicado a Cultura, também uma referencia e uma promessa: ‘O Cinema Europa vai ser transformado num equipamento cultural de características polivalentes, capaz de exercer uma importante função comunitária. Através de obras de reabilitação e da definição de parcerias serão criadas as condições para que esta sala, com tradição e memória, colmate necessidades locais e se integre na programação cultural da cidade.’ -----

----- Em Outubro de 2005, logo após a posse dos novos órgãos autárquicos, o Movimento SOS Cinema Europa remeteu ao Presidente da Câmara, bem como a todas as forças políticas representadas no Executivo, um documento intitulado ‘Proposta de Reconversão do Cinema Europa num Fórum Cultural Multifuncional’, no qual se defende, de forma devidamente fundamentada, ‘a salvaguarda do edifício do Cinema Europa e a sua transformação num espaço cultural multifuncional ao serviço da população de Campo de Ourique e das freguesias limítrofes’. -----

----- Mesmo tendo em conta os novos desenvolvimentos que tiveram entretanto lugar, o Movimento considera que o essencial da sua proposta continua válida, em particular o programa proposto para o novo espaço cultural: -----

----- - Um auditório, preparado para vários tipos de espectáculos e iniciativas culturais; -----

----- - Um pólo de biblioteca integrado no Serviço Municipal de Bibliotecas, incluindo uma secção de adultos e uma secção infantil, com características semelhantes as das bibliotecas integradas na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais que actualmente cobre já grande parte dos concelhos do país (documentos em livre acesso e disponíveis para empréstimo domiciliários, incluindo livros, periódicos, CDs DVDs e CDROMs, postos de consulta informática e de acesso a Internet, etc.); -----

----- - Uma área polivalente destinada a realização de exposições, debates, colóquios, programas de formação, etc.). -----

----- Passados que foram quase dois meses sobre a referida reunião de moradores, não teve até agora o Movimento SOS Cinema Europa qualquer outra informação sobre o desenvolvimento do processo. Este facto, a par de notícias a circular nos jornais, que põem em causa vários dos pressupostos enunciados pelo Vereador da Cultura para fundamentar a posição que defendeu em nome do Executivo camarário, motivou a nossa vinda hoje aqui, a esta sessão pública, para questionar os poderes municipais: --

----- 1) Tenciona a Câmara levar por diante o compromisso que assumiu no seu programa para os primeiros 180 dias do governo da cidade e nas grandes Opções do Plano para o mandato, de ‘transformar o cinema Europa num equipamento cultural de características polivalentes, capaz de exercer uma importante função comunitária’? ---

----- 2) Quais os termos concretos do acordo estabelecido com o proprietário para a cedência de uma área para actividades culturais que foi calculada em cerca de 3.000 metros quadrados? -----

----- 3) Já existe um programa para tal área em termos de espaços, actividades e funções, a reflectir no projecto a elaborar? -----

----- 4) Quando será o Movimento SOS Cinema Europa chamado a participar e a dar os seus contributos no sentido da adequação de tal programa às necessidades da população, de acordo com a proposta oportunamente apresentada? -----

----- 5) Qual a posição actual das diferentes forças políticas representadas na Assembleia Municipal de Lisboa e na Câmara face ao problema, tendo presente a abertura generalizada que manifestaram durante a última campanha eleitoral?” -----

----- **O Sr. Humberto Tavares**, E.C./Gil Apartado 1991-901 Lisboa, disse que na sua qualidade de director executivo em exercício do GEPRODEPAR – Gabinete de Estudos para a Promoção e Defesa do Património Arquitectónico e Arqueológico, desejava aproveitar esta data, porque como se sabia hoje era o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios Arqueológicos, com festejos em vários palácios e museus do território nacional, para divulgar uma proposta, enquanto porta-estandarte dessa ONG, proposta essa de interesse nacional e internacional. -----

----- Lembrou que numa intervenção anterior tinha avisado que informaria a Assembleia Municipal dessa proposta. Entretanto a ONG procurara informar outras instâncias superiores, nomeadamente o Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Embaixador da Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus porque isso tinha a ver com a III Presidência Portuguesa da União Europeia, e depois disso feito, para que as pessoas não se sentissem desautorizadas, ia agora informar a Assembleia Municipal de Lisboa.



----- Disse, então, que tinham uma proposta que pretendia, definitiva e derradeiramente fazer o fecho das traseiras do Palácio Nacional da Ajuda, um dos mais sumptuosos palácios nacionais, e que infelizmente continuava por fechar. Portanto, pretendia essa proposta promover a reabilitação da envolvente ao palácio, reabilitação essa que poderia até fazer com que a Linha Amarela do Metropolitano deixasse de terminar em Alcântara para passar a terminar na Ajuda. Mas isso seria numa fase posterior. -----

----- Para além disso, essa reabilitação, depois da Presidência Portuguesa, iria possibilitar que o palácio fosse aproveitado para a instalação de vários Ministérios, o da Cultura e outros que pudessem ser instalados lá. -----

----- Disse, ainda, que sobre esta matéria existia já muito trabalho feito, pretendia-se fazer uma *task-force* de interesses públicos e privados, nomeadamente da Câmara Municipal, do Governo e até de algum mecenato. -----

----- Concluiu dizendo que houve razões históricas que impediram que o Palácio não tivesse sido acabado, só foi construído uma terça parte do que estava na planta inicial, pelo que agora lhes competia, com esta *task-force*, fazer o que realmente faltava com um projecto moderado. -----

----- **A Senhora Presidente**, terminado o período de intervenção do público, depois de agradecer a participação dos munícipes, deu o mesmo por encerrado, declarando aberto o período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **A Senhora Presidente** informou que tinham um Voto de Pesar pelo falecimento do Coronel Carlos Fabião, subscrito pelo Grupo Municipal do PCP. -----

----- **Voto de Pesar** -----

----- “O Coronel Carlos Fabião, militar brilhante e um dos mais destacados Capitães da Revolução de Abril, faleceu no dia 2 de Abril, aos 75 anos. -----

----- Homem ímpoluto, com grandes qualidades éticas e intelectuais, cidadão exemplar, a sua vida foi sempre norteada pela defesa da liberdade e da democracia. ---

----- Antes do 25 de Abril foi um dos militares que contestou o Congresso dos Combatentes, organizado pelos ultras do regime e teve a coragem de denunciar a tentativa de golpe de estado da direita mais reaccionária chefiado por Kaúlza de Arriaga, fazendo-a abortar. -----

----- Após o 25 de Abril foi o último Governador da Guiné-Bissau, Chefe do Estado Maior do Exército e Membro do Conselho da Revolução, tendo pertencido à Junta de Salvação Nacional. A sua modéstia levou-o a recusar o convite para chefiar o VI Governo Provisório e apesar de ter frequentado o Curso do Estado Maior nunca foi promovido a General, posto que merecia e a que tinha direito. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 18 de Abril, deliberou: -----

----- 1 - Apresentar as mais sentidas condolências à família enlutada e à Associação 25 de Abril, da qual foi Presidente da Assembleia Geral; -----

----- 2 - Recomendar à Câmara Municipal que o seu nome seja dado a uma artéria da Cidade; -----

----- 3 - Guardar um minuto de silêncio pela sua morte.” -----

----- Seguidamente, **a Senhora Presidente** submeteu à votação o voto de pesar, tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por unanimidade. -----

----- Finda a votação, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória da referida personalidade. -----

----- **A Senhora Presidente** prestou as seguintes informações: -----

----- Era retirada a Moção n.º1 e a Moção n.º5 passava a Recomendação n.º2. -----

----- Por outro lado, as moções n.ºs 3, 15, 18 e 19 eram retiradas em benefício de uma Moção, subscrita por todas as forças políticas, sobre o 25 de Abril e que ficava com o n.º3. -----

----- Agradecia o esforço de todas as forças políticas. Devia ser a primeira vez que, sobre o 25 de Abril, havia uma Moção consensualizada de todas as forças políticas. Parecia que a Assembleia arranjava uma forma particular de celebrar o 25 de Abril. -

----- A Moção n.º17, subscrita pelo CDS/PP, passava a referir-se exclusivamente à Constituição e não ao 25 de Abril. -----

----- O ponto 10 da Ordem de Trabalhos, que eram eleições, processar-se-ia no decurso dos trabalhos. -----

----- A Moção n.º8, subscrita pelo PSD, tinha uma alteração que pedira para distribuir aos representantes dos vários grupos. -----

#### ----- **MOCÃO NÚMERO UM** -----

----- Foi retirada em Conferência de Representantes. -----

#### ----- **MOCÃO NÚMERO DOIS** -----

----- “1 - Considerando que a requalificação do Bairro da Liberdade e da Serafina e o realojamento da população é uma questão que se arrasta há vários anos e que urge resolver; -----

----- 2 – Considerando que a Câmara, recentemente, deu a conhecer aos vereadores da oposição uma “Proposta Preliminar do Plano de Pormenor do Bairro da Liberdade e da Serafina” a fim de recolher os seus contributos; -----

----- 3 – Considerando que as opções políticas a tomar devem dar resposta aos problemas e aspirações das populações alvo e ter em conta os recursos disponíveis; ---

----- 4 – Considerando, por isso, que a questão não pode limitar-se à inventariação dos agregados a realojar e à dimensão de cada um, mas exige, de acordo com o regime legal dos instrumentos de gestão territorial, que sejam criados mecanismos de participação das populações interessadas que permitam adequar melhor o modelo proposto às necessidades dos futuros utilizadores; -----

----- 5 – Considerando que as condições naturais do suporte físico onde está implantado o Bairro da Liberdade exigem que antes de ser tomada qualquer decisão seja garantida, em termos de segurança, a capacidade de edificação em toda a área de intervenção por forma a acautelar riscos que possam fazer perigar as estruturas existentes; -----

----- 6 – Considerando que importa proceder ao estudo dos impactes do ruído e de poluição em torno do Eixo Norte-Sul; -----

----- O Grupo do PCP propõe que a Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 18 de Abril, delibere solicitar à Câmara: -----

----- a) Que dê a conhecer à Assembleia Municipal a “Proposta Preliminar do Plano de Pormenor do Bairro da Liberdade e Serafina” bem como o Programa de Execução e Plano de Financiamento e a outra proposta apresentada na Câmara na Câmara sobre o Bairro da Liberdade; -----

----- b) Que informe quais as medidas que irá tomar para ouvir as populações interessadas sobre esta matéria, bem como se está prevista a construção de equipamentos sociais dimensionados em função das características dos futuros utentes; -----

----- c) Que a Proposta não seja aprovada antes de o LNEC se pronunciar sobre a capacidade de edificação em toda a área de intervenção.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Feliciano David, do PCP. -----

### ----- **MOCÃO NÚMERO TRÊS** -----

----- “Comemoramos agora o 32º Aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974. --

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 18 de Abril de 2006, saúda os militares do 25 de Abril e o povo português, que nesse dia e no 1º de Maio de 1974, comemorado finalmente em liberdade, veio para as ruas e soube criar condições para que fosse construída a democracia, fossem implantados princípios fundamentais de liberdade de expressão, de reunião e de conquista de direitos políticos, laborais, sociais e culturais que marcaram e marcam a história destes anos de avanço civilizacional, consagrados na Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de Abril de 1976, -----

----- Nestas datas comemorativas, de reflexão e de luta por direitos inalienáveis e democráticos, a Assembleia Municipal de Lisboa saúda o 25 de Abril, o 1º de Maio e o 30º Aniversário da Constituição da República Portuguesa como marcos decisivos de uma era de liberdade, de avanço e construção de direitos fundamentais para o povo português, propiciadores da implantação de uma democracia plena, em que a criação e a repartição da riqueza sejam objectivos, responsabilidades e realidades usufruídas com mais igualdade e sentido de justiça e em que as condições de vida na saúde, na educação e em todas as áreas fundamentais da nossa existência em liberdade sejam uma realidade concreta e realizada no dia-a-dia e na construção mais efectiva da democracia e da República Portuguesa.” -----

----- (Subscrita por todas as forças políticas com assento na Assembleia) -----

### ----- **MOCÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- “O Bairro da Boavista apresenta carências de vária ordem que dificultam a vida dos seus moradores e que constituem um claro indicador de falta de qualidade de vida numa cidade moderna e desenvolvida como Lisboa. -----

----- Entre essas carências destacam-se: -----

----- Falta de carreiras de transportes que sirvam convenientemente os moradores; -----

----- Inexistência de qualquer agência bancária; -----

----- Inexistência de qualquer caixa Multibanco. -----

----- Estando o Bairro da Boavista isolado da restante Freguesia em que se insere, Benfica, sempre que qualquer morador tem necessidade de fazer movimentos bancários ou levantamento de valores, tem de se deslocar a Benfica ou Damaia, com

os inevitáveis incómodos e custos, decorrentes da deslocação e da própria falta de transportes. -----

----- Considerando que é urgente uma solução para estas carências por forma a satisfazer uma importante prática dos dias de hoje e atendendo a que o número elevado de população o justifica plenamente, o Grupo Municipal do Partido Comunista Português propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 18 de Abril de 2006, delibere: -----

----- 1. Recomendar à CML que interceda junto do Conselho de Administração da Carris, no sentido do reforço dos transportes no Bairro da Boavista. -----

----- 2. Recomendar à CML que interceda junto do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos ou outra entidade bancária para a instalação de uma agência no Bairro. -----

----- 3. Recomendar à CML que interceda junto do Conselho de Administração da Sociedade Interbancária de Serviços, SA para a instalação de uma caixa Multibanco. -

----- (Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP) -----

#### **MOCÃO NÚMERO CINCO** -----

----- (Passou a Recomendação número dois) -----

#### **MOCÃO NÚMERO SEIS** -----

----- Biblioteca-Museu República e Resistência -----

----- “A UNESCO proclama, no seu Manifesto sobre as Bibliotecas Públicas, a confiança na Biblioteca Pública enquanto "força viva para a educação, cultura e informação, e como agente essencial para a promoção da paz e do bem-estar espiritual através do pensamento dos homens e mulheres. Assim, a UNESCO encoraja as autoridades nacionais e locais a apoiar activamente e a comprometerem-se no desenvolvimento das bibliotecas públicas", como uma "porta de acesso local ao conhecimento", fornecendo "as condições básicas para a aprendizagem ao longo da vida, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural do indivíduo e dos grupos sociais". -----

----- A Biblioteca-Museu República e Resistência (BMRR), cujas novas instalações são da autoria do Arq.º Keil do Amaral, dedica-se ao estudo e à investigação da História Contemporânea portuguesa desde 1870, em permanente articulação com as Universidades e as Associações Culturais, encontrando-se "à disposição do público diversas obras e documentos que permitem um diferente olhar sobre a 1 República Portuguesa, para além de diversa imprensa clandestina das oposições ao Estado Novo". Desde a sua criação que esta biblioteca tem organizado exposições temáticas, mesas redondas e ‘workshops’, leituras infantis, ciclos de cinema, de teatro e de poesia, debates sobre ciência, história ou religião, feiras do livro, editando e vendendo regularmente catálogos a partir de materiais disponíveis em arquivo. Dispõe ainda de um auditório e de um ‘ciber-café’. -----

----- A título meramente exemplificativo, em 1999, a BMRR efectuou 1.162 sessões, das quais 519 foram visitas guiadas, cerca de 300 exposições e 128 projecções de cinema e vídeo. Entre outras iniciativas, realizou 79 conferências/colóquios, 59 exposições de pintura, desenho e cerâmica e editou 14 livros e 21 desdobráveis. -----

----- Na semana passada, a Câmara comunicou à direcção da BMRR a decisão de ‘introduzir medidas restritivas’ do seu funcionamento, como a decisão de encerrar o espaço aos sábados, dia em que aumentam as visitas, justificando-a com a necessidade de contenção de custos e de ‘optimização dos recursos da Câmara’. É ainda reconhecido que os trabalhadores com recibos verdes das bibliotecas municipais da Câmara se encontram com salários em atraso desde Dezembro do ano passado. Tal facto estimulou a Associação de Amigos da BMOR a promover um abaixo-assinado em defesa daquele espaço. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, exigir a Câmara Municipal de Lisboa: -----

----- A reabertura e manutenção das actividades correntes da Biblioteca-Museu República e Resistência; -----

----- O pagamento dos salários em atraso dos trabalhadores com recibos verdes das bibliotecas da Câmara. -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais José Luís Ferreira e Sobreda Antunes, do PEV) -----

#### MOÇÃO NÚMERO SETE

----- “Celebraram-se, no passado dia 7 de Abril, os 500 anos do nascimento de S. Francisco Xavier, padre jesuíta cujo ministério assumiria enorme relevância ao ser enviado, por iniciativa da Coroa Portuguesa, no reinado de D. João III, como missionário para o Oriente. -----

----- A missão evangélica de S. Francisco Xavier, que a exerceu de uma forma moderna, de percepção do outro, de abertura ao conhecimento científico e de transmissão de saber, lançou as raízes do diálogo inter-religioso e promoveu o respeito pela diversidade cultural, enquanto vias para a compreensão e convivência pacífica entre os Povos. -----

----- Apellido de “apóstolo das índias” ou “São Paulo do Oriente”, morreu em 2 de Dezembro de 1522, foi beatificado em 1605, canonizado em 1622, proclamado “Padroeiro do Oriente” em 1748 e “Padroeiro das Missões” em 1904. O Papa João Paulo II chamou-lhe o “Príncipe Missionário”. -----

----- Por isso S. Francisco Xavier permanece, ainda hoje, como uma das personalidades ocidentais mais veneradas, e de maior referência, no Japão e na Índia. -

----- A cidade de Lisboa prestou-lhe tributo, tendo consagrado, na sua divisão administrativa, a Freguesia de S. Francisco Xavier. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 18 de Abril de 2006, assinala os 500 anos do nascimento de S. Francisco Xavier, e associa-se a sua celebração.” -----

----- (Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD) -----

#### MOÇÃO NÚMERO OITO

----- “Celebram-se, no corrente ano de 2006, os 30 anos da Constituição da República Portuguesa, aprovada pela Assembleia Constituinte em 2 de Abril de 1976. -----

----- Enquanto texto vivo e dinâmico, durante estes 30 anos a Constituição foi merecendo um conjunto de alterações, no sentido da sua adaptação a evolução da sociedade portuguesa e ao contexto internacional em permanente mutação. -----

----- Constituem momentos marcantes dessas alterações a extinção do poder político-militar em 1982, o fim do colectivismo estatizante e o alargamento do espaço para a livre empresa e para a propriedade privada, em consonância com os princípios da CEE, onde então já nos inseríamos, em 1989, ou a reforma do sistema político em 1997, entre outros. -----

----- É com esta Constituição que o novo poder autárquico é consagrado, residindo nela a fonte primeira da legitimidade das Autarquias Locais, legitimidade essa que permitiu a evolução e o apoio destas às populações: -----

----- Essa evolução e esse apoio tiveram, hoje mesmo, um impulso significativo, com a assinatura do Protocolo de Criação do Programa da Rede Social, com o empenho do Presidente da CML e do Vereador da Acção Social. Esta rede permitirá maior eficácia nas respostas sociais, abrindo portas e novas formas de combate à exclusão social e criando hábitos de organização e interesse das comunidades. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 18 de Abril de 2006, assinala e celebra os 30 anos da Constituição da República Portuguesa.”-----

----- Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD. -----

#### **MOÇÃO NÚMERO NOVE**

----- “A expansão e requalificação da rede do Metropolitano em Lisboa são fundamentais para a qualidade de vida na Cidade, em especial face ao seu impacto na mobilidade dos Munícipes, na disciplina dos transportes e na pressão do estacionamento, pelo que são de saudar todos os investimentos que se façam neste meio de transporte. -----

----- Impõe-se, contudo, que o Metropolitano de Lisboa actue com respeito pelos Cidadãos que é suposto servir, em especial tomando todas as medidas para diminuir os impactos negativos das suas intervenções, como sejam os que se verificam ao nível da segurança, do permanente arrastar das obras, da qualidade do espaço público e da falta de informação pública. -----

----- Podem referir-se, por emblemáticas da reduzida atenção que o Metropolitano de Lisboa presta a estes impactos, e respectivas incidências na vida da Cidade e dos Lisboetas, as obras do túnel do Terreiro do Paço, as obras de expansão da Linha Vermelha, em especial na zonas da Alameda e do Saldanha, ou as obras de requalificação das estações de Roma e de Alvalade. -----

----- Se é um facto que estes são impactos conjunturais, eles afectam o fluir normal da Cidade, e o Metropolitano de Lisboa não pode deixar de ter, nesta matéria, especiais obrigações para com Lisboa e os Lisboetas -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 18 de Abril de 2006, delibera: -

-----1. Solicitar, ao Metropolitano de Lisboa, informação sobre as datas previstas de conclusão das diversas intervenções que decorrem em Lisboa, bem como das medidas tomadas ou a tomar para minorar os impactos negativos das mesmas. -----

----- 2. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que, envolvendo as Juntas de Freguesia respectivas, sensibilize o Metropolitano de Lisboa para a necessidade de garantir, desde o seu início, que as suas intervenções são conduzidas por forma a minorar os impactos negativos que delas resultem, devendo ser prestada informação pública actualizada da sua calendarização e evolução. -----

----- 3. Dar conhecimento desta Moção ao Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e à Administração do Metropolitano de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DEZ** -----

----- Moção sobre os Provedores de Bairro -----

----- “Tendo a Vereadora Gabriela Seara anunciado no passado dia 11 seis Provedores de Bairro para áreas objecto de reabilitação urbana, seis figuras públicas com gabinetes técnicos e equipas que irão actuar no terreno, propõe-se para deliberação: ---

----- 1. Que a Câmara Municipal de Lisboa informe a Assembleia Municipal sobre o âmbito de actuação dos Provedores de Bairro, nomeadamente no que à articulação com as Juntas de Freguesia diz respeito; -----

----- 2. Que a Câmara Municipal de Lisboa informe a Assembleia Municipal sobre o que podem os moradores dos bairros esperar dos respectivos Provedores de Bairro; ---

----- 3. Que a Câmara Municipal de Lisboa informe a Assembleia Municipal sobre a delimitação de actuação entre as empresas gestoras e unidades de Projecto dos bairros e os Provedores de Bairro.” -----

----- (Subscrita pelo Grupo Municipal do Partido Socialista) -----

----- **MOCÃO NÚMERO ONZE** -----

----- Apoio ao “Projecto Alcantara -----

----- Associação de Luta Contra a Exclusão Social IPSS” -----

----- “1. Considerando a responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa (C.M.L.) no acompanhamento, enquadramento e integração da população residente nos novos núcleos habitacionais do Vale de Alcântara, criados na sequência do processo de realojamento dos antigos moradores do Casal Ventoso, nomeadamente através da implementação de acções de integração social na zona em referência; -----

----- 2. Sabendo-se que o “Projecto Alcantara – Associação de Luta Contra a Exclusão Social” é, actualmente, o único projecto de intervenção social existente que tem por alvo os novos núcleos habitacionais do Vale de Alcântara – Quinta do Cabrinha, Quinta do Loureiro (Ceuta Norte) e Ceuta Sul, abrangendo um total de cerca de 850 famílias; -----

----- 3. Atendendo ao trabalho desenvolvido pela referida organização, desde 1999, na luta contra a pobreza e a exclusão social, junto da população excluída ou em risco de exclusão dos referidos bairros, nomeadamente através do apoio prestado à terceira idade, às crianças, directa ou indirectamente atingidas pela problemática da toxicoddependência, e à população residente, nas áreas da habitação, apoio psicossocial, saúde e higiene pessoal; -----

----- 4. Tendo em conta o protocolo em vigor estabelecido entre a C.M.L. e o “Projecto Alcantara - Associação de Luta Contra a Exclusão Social”, destinado a promover a inclusão social de idosos reformados e inadaptados residentes nos núcleos habitacionais referidos; -----

----- 5. Considerando que a C.M.L. é a entidade gestora das candidaturas ao Programa de Iniciativa Comunitária URBAN II Lisboa/Vale de Alcântara, através do qual é assegurado o financiamento do “Projecto Alcantara – Associação de Luta Contra a Exclusão Social”; -----

----- 6. Atendendo à gravíssima situação financeira em que este Projecto se encontra, nomeadamente ao nível dos vencimentos dos técnicos e da falta de verbas para assegurar as várias actividades, resultante do enorme atraso verificado na transferência de verbas necessárias ao desenvolvimento das suas actividades; -----

----- 7. Tendo em conta que, a não ser solucionada esta situação, pôr-se-á em risco a continuidade das acções de intervenção social no Vale de Alcântara, nomeadamente o funcionamento do Centro de Dia e de Convívio, os cursos de Alfabetização de Adultos, a prestação de Cuidados Primários de Saúde e Saúde Preventiva, Apoio Domiciliário, Mediação para o Emprego, Ateliers de Actividades Ocupacionais, Apoio Psicológico e Social, entre outros; -----

----- 8. Sabendo-se que o Programa de Iniciativa Comunitária URBAN II Lisboa/Vale de Alcântara, termina no final do presente ano, altura em que o “Projecto Alcantara – Associação de Luta Contra a Exclusão Social” perderá a sua única fonte de financiamento; -----

----- 9. Atendendo a que a C.M.L. deverá, a partir dessa data, continuar a assegurar a prossecução do trabalho de intervenção social desenvolvido na referida zona, nomeadamente através do financiamento ao “Projecto Alcantara – Associação de Luta Contra a Exclusão Social”; -----

----- 10. Considerando a afirmação do Presidente da C.M.L., António Carmona Rodrigues, na reunião de Câmara do passado dia 22 de Março, de que os serviços estariam a acautelar devidamente, em termos financeiros, o normal funcionamento deste projecto. -----

----- 11. Tendo em conta que a transferência de verba aprovada na reunião da C.M.L. de 5 de Abril não é suficiente para responder às necessidades que garantam a prossecução do Projecto. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 18 de Abril de 2006, decida: -----

----- Solicitar ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Carmona Rodrigues e aos Exmos. Senhores Vereadores responsáveis pela Acção Social e Habitação Social, Sérgio Lipari e Maria José Nogueira Pinto, que diligenciem no sentido de assegurar, após 31 de Dezembro de 2006, a prossecução do trabalho de intervenção social desenvolvido, tendo como alvo os novos núcleos habitacionais do Vale de Alcântara – Quinta do Cabrinha, Quinta do Loureiro (Ceuta Norte) e Ceuta Sul, equacionando a possibilidade de ser a própria edilidade a financiar o “Projecto Alcantara – Associação de Luta Contra a Exclusão Social”. -----



----- (Subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DOZE** -----

----- Acompanhamento da revisão do Plano Director Municipal -----

----- “1. Considerando que o Plano Director Municipal (PDM) constitui o instrumento legal mais importante para a construção de CIDADE; -----

----- 2. Considerando as recorrentes afirmações do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º António Carmona Rodrigues, durante e após a campanha eleitoral, sobre a necessidade de uma governabilidade sustentada da cidade, procurando consensos entre todas as forças políticas representadas no município acerca dos assuntos estratégicos da cidade; -----

----- 3. Considerando que, recentemente, a Vereadora Gabriela Seabra, anunciou para Outubro do presente ano, a apresentação da proposta do PDM revisto; -----

----- 4. Considerando que foi solicitado à Câmara Municipal de Lisboa a apresentação da calendarização da revisão do PDM; -----

----- 5. Considerando que, no mandato anterior, a criação de uma comissão foi a forma encontrada para o acompanhamento da revisão do PDM; -----

----- 6. Considerando que a existência de uma comissão de acompanhamento da revisão do PDM, integrando todas as sensibilidades políticas, presentes nos órgãos eleitos do município, e outras eventuais individualidades, permitirá a inclusão do máximo de contributos na proposta final a apresentar do PDM, para garantir um debate sério e profícuo. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 18 de Abril de 2006, decida: -----

----- 1. Solicitar ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º António Carmona Rodrigues, que diligencie no sentido de constituir uma comissão de acompanhamento à revisão do Plano Director Municipal (PDM), que integre todas as sensibilidades políticas representadas no município, com o objectivo de reunir o máximo de contributos possíveis para a elaboração da proposta final de revisão do PDM, no sentido de uma governabilidade mais sustentada e ampliada da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- 2. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que prepare a criação e o lançamento de um “FÓRUM DA CIDADE DE LISBOA”, a ser composto por representantes de todas as forças vivas da cidade (Associações Sócio-profissionais, Sindicais, de Moradores, Colectividades, Universidades, Escolas, Institutos, etc.), que permita a institucionalização de uma reflexão alargada no processo de discussão pública do futuro PDM e também a participação e recolha directa de contributos susceptíveis de ajudar a definir e a construir a Lisboa que queremos para o século XXI.” -----

----- (Subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda) -----

----- **MOCÃO NÚMERO TREZE** -----

----- Corredores “BUS” -----

----- “1. Considerando que a muito baixa velocidade praticada pelos transportes públicos de superfície, rondando os 14,8 km/h, sobretudo na chamada “hora de ponta”,

contribui para o incumprimento dos horários e dessa forma para a perda da qualidade e eficiência do serviço; -----

----- 2. Sabendo que a pontualidade destes transportes públicos depende decisivamente da possibilidade de circulação em espaços reservados, designados por “Corredores BUS”; -----

----- 3. Sabendo-se dos prejuízos que o congestionamento significa em termos económicos, sociais e ambientais; -----

----- 4. Verificando-se que o incumprimento sistemático pelos automobilistas dos referidos “Corredores BUS” surge, em muitos casos, pela insuficiente sinalização dos mesmos, prejudicando desta forma o sistema de transportes colectivos de superfície e a cidade de Lisboa; -----

----- 5. Atendendo aos exemplos internacionais, em que o reforço da sinalização dos Corredores BUS conduziu a resultados de pontualidade notáveis para o sistema de transportes colectivos de superfície; -----

----- 6. Considerando os, aproximadamente, 70 km de “Corredores BUS” actualmente existentes na cidade de Lisboa. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 18 de Abril de 2006, decida: -----

----- 1. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que proceda ao reforço da marcação dos “Corredores BUS”, no sentido de os dotar de condições efectivas para o seu funcionamento, sendo para isso aplicada uma linha contínua a separá-los do espaço viário e, em simultâneo, proceder à pintura da superfície dos corredores, nas artérias de grande fluxo de trânsito; -----

----- 2. Defender a aplicação de equipamento físico que impeça a violação do espaço do “Corredor BUS”, em todas as situações em que isso seja necessário, especialmente nas artérias de grande fluxo de trânsito; -----

----- 3. Recomendar o reforço, pela polícia municipal, das medidas de controlo dos “Corredores BUS”, particularmente nas horas de ponta; -----

----- 4. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa um relatório sobre a experiência actual em curso de “Corredores BUS” em zonas de fraco fluxo de trânsito (como, por exemplo, na Cidade Universitária); -----

----- 5. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa o desenvolvimento de um projecto de investigação, em parceria com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e com uma das instituições universitárias da cidade, que permita a sinalização automática dos veículos infractores em “corredores BUS” penetrantes, sempre que estes os utilizem indevidamente; -----

----- 6. Enviar esta moção aos operadores de transportes colectivos rodoviários urbanos e ao MOPTC.” -----

----- (Subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda) -----

----- **MOCÃO NÚMERO CATORZE** -----

----- Lisboa, Capital Europeia da Segurança Rodoviária -----

----- “1. Considerando a designação do Programa “Lisboa, Capital Europeia da Segurança Rodoviária”, prevista pela Câmara Municipal de Lisboa para investimentos em segurança rodoviária na cidade; -----

----- 2. Atendendo a que Lisboa, em virtude do excesso de velocidade automóvel, constitui uma das cidades europeias com maior taxa de sinistralidade de peões; -----

----- 3. Sabendo-se que, em matéria de excesso de velocidade, a desadequação do traçado das vias favorece um comportamento incorrecto dos automobilistas; -----

----- 4. Entendendo que o objectivo da velocidade de 50km/h, estipulada no Código da Estrada para o interior das localidades, deverá ser respeitado, sobretudo através da via preventiva, apostando na aplicação de medidas de controlo de velocidade induzidas pelo desenho urbano e por um traçado de ruas e avenidas, compatíveis com a acalmia de tráfego; -----

----- 5. Tendo em conta que as declarações, à Comunicação Social, da Vereadora responsável pelo Pelouro da Mobilidade, Dr.<sup>a</sup> Marina Ferreira, no que respeita à execução deste Programa, apontam para um investimento em sistemas de radares de controlo de velocidade na ordem dos 3 mil milhões de euros por ano, significando 46% do orçamento global para o capítulo da mobilidade (tal qual o Orçamento para o 2006-2009 pode comprovar). -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 18 de Abril de 2006, decida: -----

----- 1. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa (C.M.L.) a apresentação, a esta Assembleia Municipal, dos estudos técnicos que conduziram à justificação do investimento de 3 milhões de euros em medidas de carácter coercivo de radares de controlo de velocidade por ano e até 2009. -----

----- 2. Recomendar à C.M.L. a apresentação de um plano de medidas preventivas de acalmia de tráfego na cidade de Lisboa, através do redesenho urbano de ruas e avenidas, dotando-as das condições satisfatórias para a prática de velocidades compatíveis com os peões e com a circulação de modos suaves, começando pelas áreas consideradas mais críticas.” -----

----- (Subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda) -----

#### ----- **MOÇÃO NÚMERO QUINZE** -----

----- Foi retirada em Conferência de Representantes. -----

#### ----- **MOÇÃO NÚMERO DEZASSEIS** -----

##### ----- TÚNEL DO MARQUÊS -----

----- “O processo de concepção, planeamento, elaboração do caderno de encargos, orçamentação, lançamento do concurso, adjudicação, e construção desta obra - compromisso emblemático da anterior gestão camarária do PSD e CDS/PP, e muito particularmente do anterior Presidente e do actual, Eng. Carmona Rodrigues - constitui o exemplo mais emblemático da forma como a cidade de Lisboa foi gerida por esta coligação de direita, onde o rigor, bom senso e cumprimento dos preceitos ambientais foram substituídos pela irresponsabilidade e ligeireza no tratamento de um projecto que, indiscutivelmente, exigia ponderação e rigor, sacrificados à pressa de se querer cumprir um compromisso eleitoral mal definido. -----

----- Na verdade, é inadmissível para a cidade de Lisboa, que uma obra projectada em 2002, iniciada em 2003 e prevista terminar em 2005 esteja ainda numa fase em que se não vislumbra qualquer tipo de desenvolvimento para o seu enlace. -----

----- Depois de todas as trapalhadas vividas com a preparação e lançamento do concurso público o qual devido a uma deficiente orçamentação provocou a sua respectiva anulação; -----

----- Depois da trapalhada vivida com a adjudicação directa da obra a uma construtora, só possível porque a Câmara, enganosamente, procedeu a uma monumental desorçamentação do respectivo caderno de encargos; -----

----- Depois das trapalhadas também ocorridas com as sucessivas alterações ao projecto inicial; -----

----- Depois da autêntica manifestação de arrogância ambiental que significou a recusa permanente por parte da autarquia e do Eng. Carmona Rodrigues em proceder à realização de um Estudo de Impacte Ambiental; -----

----- Estamos agora confrontados com a última das trapalhadas: -----

----- A cidade não sabe, esta Assembleia Municipal não sabe, qual o prazo previsto para a conclusão desta desnecessária obra. -----

----- Mais grave ainda é o facto de não estarem garantidas as condições de segurança para os utentes do metropolitano – e para os futuros utentes deste túnel – uma vez que a Câmara Municipal ainda não tem aprovado pelo Metropolitano o projecto de construção da parte do túnel que dista menos de meio metro (45 cm) do túnel do metropolitano. -----

----- Considerando que o Partido Socialista sempre considerou esta obra prejudicial para a mobilidade e controle de tráfego automóvel na cidade de Lisboa; -----

----- Considerando que não obstante esta posição ser partilhada por toda, ou quase toda a oposição municipal, o Eng. Carmona Rodrigues, teimosamente, persistiu em levar para a frente este Túnel; -----

----- Considerando que apesar de ser uma obra que para a sua implementação apenas se tornava necessário o apoio no executivo municipal, sem ter de passar pela autorização desta Assembleia, pelo que está agora a cidade confrontada perante uma situação de absoluta incapacidade de realização deste executivo, o Grupo Municipal Do Partido Socialista, propõe que esta Assembleia delibere: -----

----- a) Convidar o Sr. Presidente da Câmara Municipal e a maioria política do seu executivo a renunciar à realização do projecto inicialmente previsto, limitando-se a concluí-lo com o desnivelamento dos cruzamentos da Artilharia Um e Rua Castilho, presentemente já implementados; -----

----- b) Proceder imediatamente à normalização e arranjos dos espaços circulantes e confinantes com a Praça do Marquês de Pombal, Av. Fontes Pereira de Melo e todas as envolventes; -----

----- c) Informar detalhadamente esta Assembleia Municipal sobre a implementação das 40 medidas impostas à Câmara pela Avaliação do Impacte Ambiental e suas consequências orçamentais; -----

----- d) Informar sobre os custos totais desta obra até ao presente momento e se os mesmos já ultrapassaram os previstos e aprovados pelo Tribunal de Contas.” -----

----- (Subscrita pelo Grupo Municipal do Partido Socialista. -----

----- **MOCÃO NÚMERO DEZASSETE** -----

----- TRINTA ANOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA --

----- “A presente Sessão da Assembleia Municipal de Lisboa decorre entre duas datas das mais relevantes da história de Portugal. -----

----- Por um lado o 25 de Abril, que em 2004 constituiu um momento libertador do regime retrógrado, ditatorial e isolacionista que nos distanciava cada vez mais da Europa da Democracia e dos Direitos Humanos, nos empobrecia económica e culturalmente. -----

----- Por outro o 2 de Abril, data em que, no ano de 1976, foi votada e aprovada a Constituição da República Portuguesa. -----

----- Se o 25 de Abril de 1974 estará para sempre no coração e na memória de todos nós como uma data em que a Nação abriu as portas que a poderiam levar no caminho certo, da Democracia, da Justiça Social e do desenvolvimento económico e cultural, já a data de 2 de Abril de 1976 representou um momento de sentimentos contraditórios. -----

----- Se marcava a implantação definitiva da Democracia Parlamentar, questão essencial que, convém lembrar, ao longo do PREC fora por demasiadas vezes contestada por forças que à data poderiam ter comprometido este caminho, por outro deixava um conjunto de "tutelas" institucionais, o Concelho da Revolução, ou ideológicas, a "sagração" do Socialismo. -----

----- Estes eram factores que condicionavam de forma negativa a Constituição e que justificaram a preocupação e o voto contra do CDS. -----

----- Vale a pena recordar a declaração de voto lida por Vítor Sá Machado: -----

----- *“o nosso voto é um voto de liberdade. Porque não quereríamos ver o Estado necessariamente hipotecado à criação maximalista de relações de produção socialista; a apropriação dogmática pela colectividade de meios de produção, dos solos e recursos naturais; à concepção antidemocrática de exercício do poder democrático apenas pelas classes trabalhadoras; ao convite contraditório em democracia, de vinculação das Forças Armadas e Governo a um projecto político restrito; a um ensino particular reduzido às precárias características de supletividade do ensino público; à impossibilidade de se legislar sobre o âmbito de um justamente inalienável direito à greve; à absurda mitificação do Plano como instrumento privilegiado de progresso económico; à aparente recusa de promover o acesso dos trabalhadores à propriedade; às graves limitações acerca do direito de propriedade de pequenos e médios agricultores; à definição limitativa e não criadora do sector privado da economia a um papel remanescente e sobranante no quadro geral da actividade económica; à não aceitação positiva da família como fundamento natural da sociedade; às restrições, inexplicáveis e desconfiadas, à legítima autonomia político-administrativa dos Açores e da Madeira no quadro da unidade nacional; e, enfim, ao não reconhecimento, na força histórica do seu puro significado, da ideia de*

*Estado de Direito no articulado constitucional.” O que queríamos - continuou Sá Machado - é que “a Constituição não fosse, sobretudo, um instrumento de forças temporalmente maioritárias, mas que se traduzisse, isso sim, numa base flexível, de sólidas e bem delimitadas fronteiras democráticas, para o exercício pleno, criador, eficaz e progressivo da vontade popular.”* -----

----- Muito do que reprovámos já foi, entretanto, revisto. Com o nosso contributo. Mas o País teria ganho imenso se a voz do CDS tivesse sido ouvida e seguida mais cedo. --

----- Ainda assim, o evento que nesta data se comemora é do que de mais importante a nossa história pode mostrar aos vindouros. -----

----- A Assembleia Municipal, reunida em 18 de Abril de 2006, assinala a data de 2 de Abril de 1976, louvando todos os que naquele momento contribuíram para a possibilidade de vivermos hoje em Democracia.” -----

----- (Subscrita pelo Grupo Municipal do CDS-PP) -----

#### **MOÇÃO NÚMERO DEZOITO**

----- “Celebraram-se, no passado dia 2 de Abril, os trinta anos da aprovação da Constituição da República Portuguesa. -----

----- O Texto Constitucional de 1976 conduziu a democracia portuguesa por inúmeros momentos históricos, tendo constituído o pilar da liberdade democrática em Portugal; da economia de mercado, europeia e integrada, a que acedemos aquando da adesão à (então) Comunidade Económica Europeia; da nossa adesão a união económica e monetária, preparando o sistema financeiro público; a sede própria para o aperfeiçoamento do sistema político português, na sua dinâmica interna e na relação institucional com a União Europeia. -----

----- Ao longo das cinco revisões constitucionais - 1982, 1989, 1992, 1997 e 2001 - a Lei Fundamental portuguesa provou ser, em sintonia com a melhor doutrina, uma *Constituição viva* e cosmopolita, apta a acompanhar e encaminhar os portugueses ao longo das décadas. -----

----- Sede por excelência da legitimidade democrática do poder local e da garantia da autonomia local, a Assembleia Municipal de Lisboa congratula-se e celebra o trigésimo aniversário da Constituição da República Portuguesa.” -----

----- (Subscrita pelo Grupo Municipal do Partido Socialista) -----

#### **MOÇÃO NÚMERO DEZANOVE**

----- Foi retirada em Conferência de Representantes. -----

#### **RECOMENDAÇÃO NÚMERO UM**

----- Adopção de medidas de controlo, racionalização e gestão integrada da água --

----- “Segundo dados da Matriz da Água da cidade, apresentados no mês passado, dos 94 milhões de metros cúbicos de água potável que em 2004 entraram na capital, apenas 74,5 milhões de metros cúbicos foram utilizados em consumo efectivo, sendo que os restantes 19,5 milhões dizem respeito a perdas resultantes de fugas ou rupturas na rede de distribuição. -----

----- Estes dados indicam também que a Câmara de Lisboa consome 12 por cento dessa água potável (9,2 milhões de metros cúbicos). -----

----- A própria Câmara Municipal de Lisboa reconheceu que «estes dados devem merecer uma reflexão de todos e motivar a alteração de comportamentos relativamente ao uso de água no dia-a-dia.). -----

----- Porém, a eficácia de campanhas para que os outros alterem comportamentos ficará seriamente comprometida se o promotor das mesmas não der o exemplo. -----

----- Por proposta de “Os Verdes”, esta Assembleia aprovou em 1995 e 2005, por unanimidade, duas recomendações, nas quais se reconhecia a importância do recurso Água e a necessidade de instalação de torneiras ou outros mecanismos que permitissem controlar a saída do caudal de água nos bebedouros públicos e, conseqüentemente, evitar desperdícios graves de água potável. -----

----- As referidas Recomendações aludiam já à preocupante evolução da escassez deste recurso e, principalmente, às “formas irracionais de consumo e desperdício” e a “políticas públicas ... que visam a exploração dos recursos hídricos...”, como consta do Tratado da Água, aprovado na Conferência do Rio - a Eco 92. -----

----- Volvidos mais de 10 anos, sobre a primeira Recomendação, e em condições de seca inegavelmente piores, num tempo em que os efeitos das alterações climáticas se acentuam de forma preocupante, numa sociedade em que a lógica do mercantilismo aplicado a água é - e de forma errónea - uma realidade possível, em que se perspectivam modos de contenção extremos no consumo da água e elevados custos tanto económicos como sociais, os eleitos de “Os Verdes”, propõem que a Assembleia Municipal recomende à Câmara Municipal de Lisboa e aos demais operadores com atribuições no sector: -----

----- a adopção, com carácter de urgência, de medidas de controlo, racionalização e gestão integrada da água potável neste município.” -----

----- (Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO DOIS** -----

----- “Considerando que as perturbações e os danos colaterais, das obras públicas ou privadas, podem interferir na qualidade de vida do cidadão, de forma abusiva e altamente perturbadora. -----

----- Sugere-se à Câmara Municipal de Lisboa, que proceda de imediato a um levantamento de todas as obras públicas e privadas, que tenham interferência directa ou indirecta com a vida do cidadão. Que accione uma fiscalização, apertada a essas mesmas obras. Tendo em conta os seguintes parâmetros: -----

----- Ruído -----

----- Vibração -----

----- Perturbações ao nível da oscilação da estrutura das habitações. -----

----- Sugere-se à Câmara Municipal de Lisboa, que nomeie para fiscalização destas obras um técnico especializado, que deve fazer-se acompanhar do Presidente ou de um representante da Junta de Freguesia. -----

----- Esta fiscalização deve ser de carácter preventivo e pedagógico, criando pontes entre o cidadão e os donos das obras para que estas decorram de forma equilibrada para todos. -----

----- Sugere-se à Câmara Municipal de Lisboa que inicie este procedimento acompanhando com o maior rigor, à execução de trabalhos de remodelação do túnel do Rossio, obra cujo dono é Refer-Rede Ferroviária Nacional. Pois tem esta obra sido um factor de perturbações, (entre as zero horas e as seis da manhã), o que manifesta um total e completo desrespeito por um dos direitos fundamentais do ser humano - o descanso.” -----

----- (Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD) -----

----- **O Deputado Municipal Domingos Pires (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, no uso da palavra, começou por dizer que a sua intervenção era devida a uma moção apresentada pelo PCP sobre questões do Bairro da Boavista, em Benfica. A moção em si contemplava três pontos sobre condições que o Bairro da Boavista deveria usufruir, nomeadamente a passagem de autocarros da Carris por dentro do bairro, a instalação de uma instituição bancária e a instalação de uma caixa Multibanco. -----

----- Realmente, essas eram condições básicas para que o Bairro da Boavista melhorasse as condições de apoio às populações e contra elas nada tinha a objectar, antes pelo contrário. No entanto, em relação às carreiras da Carris, podia referir que tinham sido feitas já várias diligências, tanto pelo Executivo da Junta de Freguesia anterior, como pelo actual, para que houvesse melhorias na passagem das carreiras 24 e 29 por dentro do Bairro da Boavista, para melhor servir as populações desse bairro. -

----- A esse propósito, iria ler um ofício que enviara para o Senhor Presidente do Conselho de Administração da Carris em Março do corrente ano, do seguinte teor: -----

----- “Tem recebido esta Junta de Freguesia vários pedidos da população do Bairro da Boavista, solicitando a circulação das carreiras 24 e 29 por dentro do referido bairro, uma vez que têm de percorrer uma grande distância para chegarem às paragens mais próximas dessas carreiras, o que põe em risco a sua segurança, sobretudo em horários nocturnos e agravados ainda mais em dias de invernia. -----

----- Chamamos ainda à atenção de V. Exa. que grande parte dos habituais utilizadores são idosos e estudantes que, respectivamente, necessitam de se deslocar ao centro de saúde e frequentar as escolas do centro de Benfica. -----

----- Face ao exposto, solicitamos a V. Exa. a sua melhor atenção na satisfação das reivindicações da população do Bairro da Boavista.” -----

----- Como referira, já o anterior Executivo tinha levantado essa questão, tanto directamente à Carris, como aos serviços técnicos da Câmara que tratavam dessa problemática. Portanto, era uma situação que vinha merecendo atenção da Junta, que vinha pedindo a intervenção das entidades responsáveis para que se resolvesse. -----

----- Quanto à instalação de um ATM no Bairro da Boavista, dada a distância de centros como Benfica e outros, onde existiam máquinas de Multibanco, considerava imprescindível que houvesse uma máquina de Multibanco para poder satisfazer as necessidades da população. No entanto, convinha desde já ter em consideração que a máquina de Multibanco a instalar no Bairro da Boavista devia ser instalada em sítios que garantissem a sua segurança. Talvez o local mais indicado fosse a esquadra da PSP do Bairro da Boavista. -----



----- A instalação de uma agência bancária também seria necessária para apoiar a população. Não se sabia até que ponto as instituições financeiras teriam interesse na instalação de uma agência bancária, tendo em conta a dimensão dos negócios que o local poderia proporcionar. Era uma população já significativa, mas com actividades comerciais e industriais relativamente modestas. Aliás, as industriais praticamente nem existiam na zona. -----

----- De todo o modo, considerava pertinentes as três questões levantadas na moção e pareciam-lhe úteis para apoiar a população do Bairro da Boavista. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que as primeiras palavras do Partido Socialista seriam, naturalmente, para assinalar o 25 de Abril e o 1º de Maio. Tendo o PS uma moção específica sobre essas duas datas, era com grande satisfação que verificara ser possível, na Conferência de Líderes, chegar-se a uma solução que constituía o máximo denominador comum da Assembleia Municipal, que unificava todas as forças políticas no assinalar de uma data, que eram dois marcos muito importantes para a história da democracia do País, que jamais se poderia deixar de assinalar enquanto se vivesse num regime democrático, que esperava que fosse de uma forma permanente. -----

----- Em segundo lugar, queria também manifestar o desapontamento pela alteração que o PSD resolvera fazer de última da hora à sua moção sobre os 30 anos da Constituição da República. Embora o Partido Socialista também tivesse uma moção sobre essa matéria, revia-se integralmente no texto apresentado pelo PSD sobre os 30 anos da Constituição da República e, ao introduzir uma nota completamente extemporânea ao tema em si, que tinha a ver com a acção diária da Câmara Municipal e das divergências políticas naturais que podia haver, ao introduzir essa nota estava a inviabilizar que o PS pudesse votar essa moção. Pelo contrário, iria votar contra, porque o PSD tinha feito o contrário daquilo que defendera na Conferência de Líderes. -----

----- Finalmente, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, disse que o PS entendera chegar a altura de se encarar de novo a questão do túnel do Marquês, com o máximo de seriedade e o máximo de bom senso e realidade possível. A verdade era que estavam confrontados talvez com o maior fracasso da sua gestão municipal e talvez a maior das trapalhadas com que o Senhor Presidente da Câmara se vira pessoalmente envolvido. Sabia que no anterior mandato tinha havido um outro Presidente, mas também era verdade que o Prof. Carmona Rodrigues fora nessa matéria o gestor do processo e o mentor de como as coisas deviam ser organizadas. Portanto, nessa questão concreta não podia dizer que a culpa não era sua e que herdara uma situação muito complicada. -----

----- Naquilo que dizia respeito ao túnel do Marquês, tudo tinha começado mal. Logo na preparação e lançamento do concurso público, ao qual nenhuma entidade respondera porque o preço orçamentado não era coberto por nenhuma empresa construtora. Aliás, fora rejeitado pelo próprio Tribunal de Contas. -----

----- Depois, o Senhor Presidente, para que se fizesse um ajuste directo, desorçamentara o próprio caderno de encargos, o que fora uma manigância, um termo muito usado na altura, conseguindo atribuir a proposta a uma empresa com uma

margem escassíssima de variação entre o que era aceitável ou não pelo Tribunal de Contas. -----

----- Mesmo assim, era bom recordar que se estava perante uma obra de regime, uma obra de compromisso eleitoral, a qual, infelizmente, nunca tivera que passar pelo crivo da Assembleia Municipal. Era decidido em reunião de Câmara, não era obrigatório ir à Assembleia Municipal e, portanto, era das tais questões em que nunca se poderiam queixar de ter havido alguma maioria de obstrução por parte da anterior maioria que e verificava na Assembleia Municipal. Fizeram como quiseram e fizeram mal feito. -----

----- Depois fora a atitude de completa arrogância ambiental perante as questões colocadas com o estudo de impacte ambiental. Recordava que o PS na Assembleia Municipal, tal como as outras forças políticas da oposição, desde o início disseram que se devia proceder a um estudo de impacte ambiental e a maioria sempre dissera que jamais o fariam. Por fim foram obrigados a fazê-lo e disso surgiu uma avaliação de impacte ambiental que impunha à Câmara a implementação de mais de 40 medidas, sendo que hoje em dia ainda não havia bem a noção do que fora aplicado ou não, o que estava cumprido ou não e quanto custaram. -----

----- Estavam agora confrontados com uma situação altamente penalizadora para Lisboa, altamente penalizadora para os cidadãos de Lisboa e para quem trabalhasse em Lisboa, dados os condicionamentos de tráfego existentes, com a enorme trapalhada à volta do eixo Amoreiras – Marquês de Pombal – Fontes Pereira de Melo e ruas envolventes. -----

----- Disse ao Senhor Presidente da Câmara que era altura de pôr termo a isso. Sabia muito bem que a obra não estava neste momento em andamento e que o Metropolitano de Lisboa e o LNEC ainda não deram autorização porque não havia projecto de obra para o túnel que faltava construir, o tal que estava a menos de meio metro do túnel do metropolitano. O Senhor Presidente da Câmara sabia muito bem que isso ainda não fora autorizado pelo Metropolitano, porque não tinha garantias de segurança quanto à execução dessa obra. Portanto, o que estava ser feito era a fingir, abriam-se uns buracos para dizer que aí iria sair o túnel, mas não se estava escavar o túnel porque ainda não havia luz verde para o fazer, isso por total incapacidade da Câmara Municipal em executar um projecto que ela própria elaborara da maneira que entendeu, que não teve que se sujeitar a nenhuma oposição porque não fora à Assembleia Municipal e na Vereação tinha maioria absoluta, mas mesmo assim não o fazia. -----

----- A obra era para terminar no início de 2005, para a qual até se acalentara a esperança de poder estar pronta a tempo do Euro 2004, mas que não tinha um horizonte final à vista, não se sabia quando iria terminar. -----

----- Pediu ao Senhor Presidente e aos Senhores Vereadores que fizessem a única coisa sensata, a única coisa que significaria não se ter perdido o tempo todo e não se ter gasto em vão o dinheiro todo, que era limitarem-se a pôr em funcionamento o desnivelamento dos cruzamentos da Rua Artilharia 1 e da Rua Castilho, desistindo de levar para a frente uma obra para a qual já provaram não ter capacidade técnica, nem competência política para a levar por diante. -----

----- Era esse o apelo que o PS fazia, sabendo que o Senhor Presidente da Câmara era uma pessoa com bom senso, que era capaz de “dar a mão à palmatória”. Não custava muito reconhecer que fora um erro desde o início esse processo, que, para além de uma obra desnecessária, tinha sido mal feita, mal preparada, mal lançada, cheia de trapalhadas de início ao fim. Era altura da Assembleia Municipal dizer ao Senhor Presidente da Câmara e à Câmara para desistirem, que aproveitassem o que estava feito para não se perder tudo, os desnivelamentos nos cruzamentos podiam ser positivos e o PS tinha proposto isso, mas desistissem de continuar com um projecto que ainda não se sabia quando terminaria, porque não havia sequer ainda autorização para o fazer. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que, como a Senhora Presidente da Assembleia anunciara, fora criado consenso no âmbito da Conferência de Representantes em relação a algumas moções sobre o 25 de Abril. O PCP fizera um esforço particular para que se chegasse a esse consenso. Havia outras situações anteriores e lembrava-se claramente de uma com o Dr. João Amaral, em que tinha havido uma iniciativa da própria Mesa. De futuro, que fosse a Mesa nessas situações a assumir com alguma antecedência a condução e o contacto com as forças políticas para se chegar a consensos relativamente a matérias em que fosse desejável trocaram-se impressões e encontrar referências comuns. -----

----- Tendo sido o texto aceite com base na moção do PCP, obviamente que, como grupo político da Assembleia Municipal, não abdicava de chamar à atenção para os efeitos devastadores da guerra colonial, os 10 mil mortos, 30 mil estropiados e feridos. Não abdicava de falar da resistência ao fascismo, da saudação aos militares do 25 de Abril e também de uma preocupação enorme que atravessava a sociedade portuguesa, nomeadamente quanto aos mais jovens. Havia necessidade de criar condições para que a democracia e o 25 de Abril tivessem uma função concreta e efectiva de transformação da sociedade portuguesa. -----

----- O PCP ia votar o texto acordado, deixava as referências a matérias não incluídas no texto inicial e chamava a atenção da Câmara Municipal para o facto da Associação Abril promover todos os anos, no dia 24 à noite, no Largo do Carmo, uma iniciativa de festa sobre o 25 de Abril com o apoio da Câmara Municipal. Eram várias as instituições que realizavam essa iniciativa, sendo que enviaram um ofício à Câmara Municipal em 3 de Fevereiro e ainda não tinham resposta, nem sequer uma ideia sobre se o espaço iria ser autorizado para realizar a iniciativa. -----

----- O PCP gostava que o Senhor Presidente da Câmara tomasse nota dessa questão, porque era uma iniciativa já com tradição e interesse e porque em Lisboa praticamente não se realizava, a não ser a manifestação do 25 de Abril, uma grande iniciativa que devia ser promovida pelo Município. Portanto, uma vez que se realizava essa iniciativa por algumas instituições com sede na cidade, gostava de pedir à Câmara Municipal que respondesse com brevidade à Associação, que enviara uma proposta à Câmara em 3 de Fevereiro. -----

----- **A Senhora Presidente** esclareceu que, por um lado, a Mesa entendera ser obrigatório que em matérias como o 25 de Abril o consenso fosse partidário, porque

assim teria mais sentido. Por outro lado, como era evidente, a Mesa associava-se não apenas aos milhares de mortos portugueses, como constava da moção inicial, mas aos milhares de mortos portugueses e não portugueses durante todo o período da guerra colonial. Era esse registo que gostava de deixar. -----

----- **O Deputado Municipal Duarte Mata (BE)**, no uso da palavra, disse que o BE defendia os corredores *BUS* como fundamentais para a requalificação do transporte público. Com a subida do preço do petróleo, o transporte público era cada vez mais a solução eficiente, que poupava espaço e dinheiro ao contribuinte e às famílias, para poderem investir de outra forma. Os corredores *BUS* estavam em Lisboa absolutamente esquecidos e eram normalmente ignorados pelos automobilistas, muitas vezes sem responsabilidade dos automobilistas, porque era uma cidade com muita informação e publicidade e nem sempre era fácil ao automobilista sentir que estava na faixa *BUS*. Todos os que conduziam já alguma vez tinham aparecido na faixa *BUS* sem ter sequer reparado. O BE defendia que houvesse uma aposta muito forte no corredor *BUS* como espaço de excelência para a circulação. Várias cidades europeias e não só já tinham feito isso, o que passava por uma aposta política para que o corredor *BUS* fosse diferenciado do diferente pavimento, fosse defendido de forma física e fossem implementadas outras perspectivas, como por exemplo a avaliação do projecto que estava a ser feito na Cidade Universitária e a possibilidade da sua aplicação noutros locais. -----

----- Pensava ser uma proposta muito exequível, a muito baixo custo. Estimava que com um milhão de euros poderia ser feita a pintura de cerca de 70 quilómetros. Isso não era nada para o retorno que se tinha a curto prazo de um investimento desses. Perguntou quanto ganharia o País se as pessoas chegassem a horas ao emprego e se deixassem o carro em casa, acreditando que o transporte público passaria à hora. Não se podia acreditar num transporte público que demorava uma hora a chegar, tinha que se acreditar na sua passagem a horas. Era um ciclo vicioso que começava pelas faixas *BUS*, por um sítio onde pudessem circular, era assim que começava a credibilização do transporte. -----

----- Sobre a Capital Europeia da Segurança Rodoviária, vinha-se assistindo a um grande número de declarações da Senhora Vereadora, quase sempre direccionadas para a aplicação de radares de controlo de velocidade. O BE já tinha trazido essa temática e voltava a trazer, visto continuar a assistir ao investimento que era feito nisso. Feitas as contas, verificara que 46% do orçamento para a área do trânsito era em radares, o que era um desequilíbrio enorme. -----

----- Parecia que, quando inclusivamente o LNEC participava em projectos europeus, em que avaliava o custo-benefício na aplicação de diversas medidas de acalmia de tráfego, pelos estudos que iam saindo essa parecia ser a mais cara. Era uma solução que devia ser aplicada em auto-estradas e em estradas de tráfego superior a 50 Km por hora. A aposta teria que ser no desenho das ruas e um radar ou outro, em situações específicas, tudo bem, nada de fundamentalismos, mas aplicar 46% do orçamento em radares parecia excessivo e por isso propunha ver os estudos que justificavam esse tipo

de investimento. Três milhões por ano dava 12 milhões em quatro anos e assim se gastava o dinheiro da Câmara, em radares. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que a sua intervenção iria tocar alguns aspectos, mas começaria por duas datas que de facto enquadravam a Assembleia Municipal. A data de 2 de Abril, que fora a data de aprovação da Constituição da República Portuguesa, e o 25 de Abril, uma data que não precisava de apresentações. Aliás, era precisamente por esse facto que o CDS-PP se congratulava com a proposta que hoje tinha sido feita pelo PSD, no sentido de dar mais um passo na consensualização da leitura que a classe política e os cidadãos em Portugal deviam fazer do 25 de Abril. -----

----- De facto, vinha-se assistindo ao longo dos anos a uma espécie de pequena competição, a ver quem apresentava a moção mais votada, mais interessante sobre o 25 de Abril. Isso vinha desvalorizando e vinha até criando muitas vezes conflitos acerca de uma data que não o justificava. Portanto, congratulava-se com a proposta e com a aceitação que dela tinha sido feita por todas as forças políticas. Parecia-lhe ter-se atingido um objectivo, que era o de consensualizar uma moção, que era para si o culminar do espírito do 25 de Abril. -----

----- O 25 de Abril era uma data consensual, uma data das mais importantes da história da Nação e, como tal, o caminho hoje inaugurado era um caminho a seguir e que gostaria até de ver espalhado por todos os órgãos de soberania em Portugal, desde a Assembleia da República até às assembleias de freguesia. Hoje tinha-se marcado uma posição muito interessante e esperava que desse frutos em todas as instituições da vida política nacional. -----

----- Outra data extremamente importante que se comemorava por estes dias e neste caso era um número redondo, 30 anos, era o da votação e aprovação da Constituição da República Portuguesa, que tinha sido possível exactamente pelo facto de se ter dado o 25 de Abril. Era conhecida a posição do CDS nesse dia 2 de Abril e em todo o processo decorrido até à votação e aprovação da Assembleia. O CDS fora a única força que votou contra a Constituição e, obviamente, não poderia deixar passar a data em que se comemoravam os 30 anos dessa Constituição sem que se reconhecessem dois aspectos: -----

----- Aquilo que fora a posição do CDS e que considerava um pouco como ter tido razão antes do tempo. A prova disso eram as sucessivas revisões da Constituição que foram aproximando o texto daquilo que o CDS achava ser o correcto e que foram suprimindo muitos dos defeitos que nessa data apontava, não todos, mas estava-se numa democracia e todos tinham entendimentos diferentes sobre as coisas. No entanto, o tempo vinha dando razão em muitos dos aspectos na altura criticados, não por isolacionismo, mas por coragem, que vieram aos poucos revelar-se adequados à vida e, como tal, integrados nas sucessivas revisões que foram sendo aprovadas por larga maioria, aliás, como era inevitável do próprio mecanismo constitucional. -----

----- Não podia deixar passar a data sem expor a posição do CDS-PP e ninguém o poderia fazer melhor do que o Dr. Vítor Sá Machado, pela transcrição da declaração de voto que leu nessa data e que considerava ser um documento notável de explanação

daquilo que era o entendimento do CDS sobre a sociedade a essa data. Daí que tivesse apresentado uma moção sobre a Constituição da República Portuguesa, não a desligando, porque tal era impossível, do 25 de Abril, uma vez que tinha sido o 25 de Abril que tornara possível a Constituição da República Portuguesa. Constituição que, embora não tivesse sido aprovada pelo CDS, tinha no seu entender, e era uma posição mais pessoal, tinha o mérito fundamental de consubstanciar a democracia parlamentar, que, apesar de todos os defeitos da Constituição nas áreas económicas, etc., era algo de fundamental e que, mesmo tendo votado contra, tinha valido a pena estar naquela Assembleia Constituinte, tinha valido ter aquela Constituição, mais que não fosse para garantir a existência de uma democracia parlamentar em Portugal, mau grado o desacordo de muitas das forças que na altura habitavam o espaço político português. --

----- Não era a Constituição da República do CDS, mas tinha no seu esqueleto algo que era fundamental e, portanto, tinham que ser comemorados os 30 anos da Constituição democrática e parlamentar do País. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que a moção dos Verdes tinha a ver com as bibliotecas municipais da Câmara Municipal de Lisboa. Havia um conjunto de considerandos sobre a organização das bibliotecas que gostaria, em primeiro lugar, de chamar à atenção: -----

----- “Se a liberdade, a prosperidade e o progresso da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais, que só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse das informações que lhes permitam exercer os seus direitos democráticos e ter um papel activo na sociedade; -----

----- Se a participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória, com um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação; -----

----- Se os fundos documentais devem reflectir as tendências actuais e a evolução da sociedade, bem como a memória do esforço e da imaginação da humanidade; -----

----- Se as colecções e os serviços devem ser isentos de qualquer forma de censura, ideológica, política, religiosa, ou de pressões comerciais; -----

----- Se os serviços têm que ser fisicamente acessíveis a todos os membros da comunidade; -----

----- Se isto pressupõe a existência de edifícios bem situados, boas condições para a leitura e o estudo, assim como o acesso a tecnologias adequadas; -----

----- Tal implica horários convenientes para os utilizadores, implica igualmente serviços destinados àqueles a quem é impossível frequentar a biblioteca e adaptados às diferentes necessidades das comunidades de leitores. -----

----- O bibliotecário é um intermediário activo entre os utilizadores e os recursos disponíveis. A formação profissional contínua do bibliotecário é indispensável para assegurar serviços adequados, devendo ser levados a cabo programas de formação de utilizadores, de forma a fazê-los beneficiar de todos os recursos, como vem expresso no manifesto da UNESCO sobre as bibliotecas públicas. -----

----- Ora, no caso da Biblioteca-Museu República e Resistência, perguntamos se ela desempenhará de facto as iniciativas e actividades de divulgação junto do seu

potencial universo de utilizadores. Só em 2005, para exemplificarmos, a Biblioteca produziu diversificados produtos e serviços documentais, de que se destaca a edição das seguintes publicações: catálogos sobre Maria Lamas, Maria Veleda, Rafael Bordalo Pinheiro, David Griffith, Jaques Tourneur, *a Fábrica de Sonhos*, Marlon Brando, *Visões de Cristo no Cinema*, e outros folhetos e textos de apoio sobre debates relacionados com *A Ciência*, *As Noites da Liberdade*, *Bocage*, *War Graffiti*, Virgínia Góis, *Caminhos de Santiago*, *História do Século XX*, *Exposição de Antropologia*, *Livrarias de Lisboa*, *Terças de Poesia*, *Poetisas – História e Literatura*, *Encontros Fotográficos*, *Ernesto Neves*, *Não Se Fala De Sexo*, *Mulheres do Século XVIII* e diversos ciclos de cinema temático. -----

----- Porém, a manutenção da Biblioteca-Museu só tem sido possível actualmente graças ao dinamismo da direcção e ao sacrifício de alguns funcionários. O Museu não dispõe de qualquer fundo de maneio para fazer face às despesas correntes, tem de pedir aos serviços centrais da autarquia todos os bens necessários ao funcionamento, desde lâmpadas a papel para fotocopiadora, cujo fornecimento chega a demorar alguns meses. -----

----- Os signatários do abaixo-assinado que vem citado na nossa moção pretendem assim, cito, *transmitir à Câmara Municipal de Lisboa as suas profundas apreensões face a medidas restritivas do funcionamento do Museu, considerando inadmissível que um dos raros espaços dinâmicos que existem corra o risco de ser impedido de cumprir a sua função.* -----

----- Porque será, então, que se pretende restringir as actividades da Biblioteca-Museu República e Resistência ou da Videoteca? E porque todos os anos se repetem vários meses de atraso nos salários dos trabalhadores a recibo-verde da rede de bibliotecas municipais da Câmara de Lisboa? -----

----- Não esqueçamos que quem poderá ficar a perder são também os utilizadores finais, crianças e idosos, alunos e investigadores.” -----

----- **O Deputado Municipal João Mesquita (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São José, no uso da palavra, disse que trazia à Assembleia Municipal uma moção que espelhava um desejo dos moradores da Freguesia de São José e que, no fundo, cujo intuito era meramente pedagógico. Referia-se às obras públicas e aos danos colaterais das mesmas, interferindo no dia-a-dia das pessoas. -----

----- Aquilo que sugeria à Câmara Municipal de Lisboa era que fizesse um levantamento de todas as obras públicas em curso na Cidade de Lisboa, que em conjunto com as juntas de freguesia e com técnicos especializados da Câmara Municipal se pudesse estar atento a essas obras. -----

----- Por exemplo, a obra da REFER no túnel do Rossio vinha tendo nos últimos tempos, na zona da Freguesia de São José, nomeadamente na Rua da Alegria e ruas adjacentes, perturbações extremas. As pessoas, durante a noite, eram sistematicamente incomodadas com a trepidação causada por essas obras. -----

----- Seria importante que, antes de se incomodar as pessoas e numa atitude pedagógica, se pudesse conversar com elas e dizer que em determinado período

aconteceria uma obra e que poderiam ser ou não perturbadas, tentando minimizar o máximo possível com o dono da obra, a Câmara e as pessoas perturbadas. -----

----- **A Deputada Municipal Sofia Dias (PS)**, no uso da palavra, disse que recentemente a Senhora Vereadora Gabriela Seara anunciara a existência de seis provedores de bairro nas áreas objecto de reabilitação urbana, seis artistas que teriam a trabalhar com eles gabinetes técnicos e equipas a actuar no terreno. Uma vez que não havia enquadramento legal ou informação sobre esse assunto, parecia-lhe que a Câmara Municipal devia informar a Assembleia Municipal, nomeadamente de como iria ser a articulação desses provedores de bairro com as juntas de freguesia. -----

----- Por outro lado, gostaria de saber o que os munícipes dos bairros podiam esperar dos provedores de bairro de diferente em relação àquilo que já estava ao seu dispor ou não. -----

----- Finalmente, saber como iria ser a articulação entre os provedores de bairro e as empresas gestoras dos bairros e as unidades de projecto. Independentemente de se colocarem questões de custos, que não foram anunciadas e não havia ainda qualquer informação sobre isso, perguntava como seria o relacionamento, por exemplo, entre a GEBALIS e as unidades de projecto e os provedores de bairro. Muito agradeceria à Câmara Municipal de Lisboa que informasse sobre essa matéria. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra, disse que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Benfica já se referira à moção sobre o Bairro da Boavista, pelo que queria apenas acrescentar dois ou três aspectos. -----

----- O teor da moção resultara de uma visita efectuada ao bairro, onde se tinha constatado um conjunto de deficiências, e o objectivo da moção era exactamente procurar que se fossem colmatando algumas dessas deficiências. O que se pretendia era, basicamente, que a Câmara Municipal de Lisboa interviesse junto das entidades referidas para estudar da viabilidade da implementação no terreno dessas medidas. ----

----- Em relação à Carris, havia autocarros que passavam pelo bairro e deixaram de passar, nomeadamente a carreira 43, que tinha uma interrupção ao longo de todo o dia.

----- Eram esses aspectos que dificultavam a vida dos moradores e, portanto, o objectivo era a melhoria das condições de vida dessa população -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, disse que queria em primeiro lugar congratular-se pela moção sobre o 25 de Abril. Era uma moção unânime de todos os grupos municipais e parecia-lhe que isso, por si só, devia ser um facto digno de registo e de manifestação expressa de vontade por parte de todos os grupos municipais, sem excepção, de se associarem à comemoração do 32º Aniversário do 25 de Abril, coisa que se em Lisboa se podiam regozijar dessa maneira, o mesmo já não poderia ser feito em relação a todo o território nacional, já que, como se sabia, havia pelo menos uma parcela do território onde o 25 de Abril não tinha direito a ser comemorado. Infelizmente, segundo presumia, era o registo que a Assembleia Municipal de Lisboa estava a dar ao aprovar por unanimidade a moção sobre o 25 de Abril. -----

----- Em segundo lugar, registava também que o Bloco de Esquerda iria votar favoravelmente a moção do Partido Socialista relativamente à Constituição da



República e ao 30º Aniversário da sua aprovação, porque independentemente das interpretações que todos pudessem ter sobre a Constituição que o 25 de Abril trouxe à sociedade portuguesa, havia pelo menos um facto absolutamente indesmentível e relativamente ao qual todas as interpretações convergiam, pelo menos acreditava nisso, de que a Constituição da República, independentemente dos conteúdos que foram sendo sucessivamente revistos, inaugurou um capítulo novo na sociedade portuguesa, o capítulo da democracia, dos direitos, das liberdades e das garantias, que se mantinha praticamente sem alterações desde o 25 de Abril. Era essa razão fundamental porque o Bloco votaria a favor da moção apresentada pelo PS relativamente a essa matéria e votaria contra a moção apresentada pelo CDS sobre a mesma matéria, dado que os considerandos políticos apresentados 30 anos depois de ter votado contra a Constituição pareciam manterem-se inalteráveis. -----

----- Finalmente, para justificar duas moções que considerava serem importantes para votar na actual sessão da Assembleia Municipal. Uma referia-se à necessidade de manter a sobrevivência e a continuidade do “Projecto Alcantara”, uma IPSS contra a exclusão social existente na zona de Alcântara. Todos estavam ao corrente das dificuldades de sobrevivência dessa IPSS e a ideia da moção era precisamente para alertar a Câmara Municipal no sentido de garantir as condições de sobrevivência para além do dia 31 de Dezembro de 2006, data até onde estava garantida a sua sobrevivência. Em nome da continuidade desse projecto e do seu valor político e social, parecia indiscutível garantir essa continuidade para além da data de 31 de Dezembro de 2006. -----

----- Quanto à moção nº12, era uma moção que o BE recuperara de um compromisso que o actual Senhor Presidente da Câmara Municipal assumira na Vereação anterior, que era de criar um grupo com a participação de todos os grupos políticos da Assembleia Municipal para acompanhar o processo e revisão do Plano Director Municipal. -----

----- O Bloco achava extremamente relevante, atendendo até a muitas das afirmações que a Senhora Vereadora Gabriela Seara vinha produzindo nas discussões sobre a forma de fazer cidade em Lisboa, era muito importante que o processo da revisão do PDM fosse exemplar do ponto de vista da participação dos cidadãos. Era por essa razão, fundamentalmente, que além de se recuperar a ideia de todos os grupos municipais deverem estar envolvidos na preparação e reflexão do processo de revisão do PDM, essa ideia era alargada a todas as forças vivas da cidade. Propunha-se formalmente que a Câmara Municipal e a Senhora Vereadora Gabriela Seara tomasse em mãos a tarefa de erguer um fórum da cidade, um local de discussão da revisão do PDM e de apresentação de propostas para essa revisão, como contributo que os cidadãos poderiam dar por forma a que o próximo PDM fosse a Lisboa do século XXI que todos gostariam, ou pelo menos a maioria, que visse a ser. -----

----- Aproveitava-se a ocasião para reforçar uma proposta que, aliás, pensava já ter sido enunciada na própria Comissão de Urbanismo e onde a Senhora Vereadora tivera oportunidade de estar presente. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, começou por saudar o 25 de Abril e o 1º de Maio e o facto de se ter chegado a acordo sobre um texto consensual não o inibia de manifestar preocupações relativamente à tendência que se vinha a verificar no respeitante à desresponsabilização das funções sociais do Estado e à repartição da riqueza, o que era visível sobretudo na imposição dos aumentos salariais de 1,5% e depois apanhava-se o choque dos lucros dos bancos, que nalguns casos atingiam 98% e continuavam a pagar uma taxa efectiva de IVA de apenas 12%. -----

----- Quanto à moção 16 do PS, sobre o túnel do Marquês, o PEV iria votá-la favoravelmente e achava importante que a Assembleia Municipal tivesse informação sobre as 40 medidas impostas à Câmara Municipal pela avaliação de impacte ambiental e também a informação dos custos. Pena era, e uma vez mais registava esse facto, que os lisboetas não tivessem sido chamados a dar opinião sobre o parecer e recordava que tinha sido na Assembleia Municipal que fora rejeitado o referendo local ao túnel do Marquês, o que não vinha referido nos considerandos e se calhar era pena.

----- Relativamente à recomendação dos Verdes sobre a adopção de medidas de controlo e gestão integrada da água. Por proposta do PSD, os Verdes tinham retirado a última parte resolutiva e a recomendação, para além da Câmara, era também a outras entidades que tivessem responsabilidade nessa matéria. O que tinha motivado a moção eram os dados divulgados pela matriz da água na cidade, onde a própria Câmara Municipal entendia que os dados deviam merecer a atenção de todos e motivar a alteração de comportamentos relativamente ao uso da água no dia-a-dia. A Câmara fazia muito bem em promover as campanhas de sensibilização, mas também deveria dar o exemplo e era por isso que se apresentava, tendo também presente a evolução da escassez do recurso e, principalmente, as formas irracionais de consumo e desperdício e as políticas que visavam a exploração dos recursos hídricos, aliás, conforme constava do Tratado da Água aprovado na Conferência do Rio, a ECO 92. -----

----- Estava-se em condições de seca inegavelmente piores do que as que se verificavam em 92 e num tempo em que os efeitos das alterações climáticas se acentuavam de forma preocupante. Lembrava que a temperatura média do planeta tinha aumentado 0,6 graus centígrados no último século e que a comunidade científica previa que no próximo século a temperatura pudesse subir entre 1,4 a 5,9 graus centígrados e, portanto, era preciso tomar medidas. -----

----- O que se propunha era que a Câmara Municipal promovesse as tais campanhas de sensibilização, com apelos à redução e combate ao desperdício, que houvesse uma resposta eficaz perante as rupturas e outras deficiências nas redes de distribuição, à Câmara e a outras entidades com responsabilidade, e que houvesse um combate sério ao desperdício da água, permitindo uma significativa redução dos gastos, maximizando por outro lado o consumo de água que não fosse para consumo humano através, por exemplo, de instalação de circuitos fechados. Era frequente ver-se rega às duas da tarde, o que era pouco recomendável, assim como regas quando estava a chover, pequenos gestos que podiam pôr a Câmara como pioneira no combate ao desperdício da água. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, começou por saudar a Assembleia e todos os seus componentes por aquilo que se iria passar na semana seguinte, ou seja, o 32º Aniversário do 25 de Abril. Enquanto social-democrata, também entendia ser de saudar essa data gloriosa, que tinha transformado Portugal e que permitira caminhar para a democracia, que, com alguns sobressaltos iniciais, tinha sido finalmente atingida. Portanto, congratulava-se também com a moção apresentada por todas as forças políticas no sentido de comemorar tão importante data. -----

----- Em relação à recomendação, o Deputado Municipal José Luís Ferreira tinha estado a falar sobre o problema de desperdício de água e obviamente que todos estavam preocupados com esse desperdício. Todos sabiam que se desperdiçava água na cidade em grandes quantidades e que deveria haver mais cuidado, nomeadamente por parte do operador, a EPAL. Todos estavam lembrados, não havia ainda muito tempo, de uma grande inundação que até tinha arrastado automóveis, devida a uma grande ruptura, onde se perderam largos milhares de metros cúbicos de água. -----

----- Era verdade que a água era um bem essencial, era verdade que, conforme fora dito pelo Senhor Vereador António Prôa e agora reproduzia, 1,1 bilião de pessoas não tinham acesso a água potável, 2,2 biliões de pessoas sem acesso a saneamento básico e cerca de 1,6 milhões de pessoas morriam anualmente por carência de água. Portanto, estava-se perante uma necessidade de um elemento que era fundamental à vida e que era preciso preservar. -----

----- Por isso saudava a Câmara, nomeadamente o Senhor Vereador António Prôa, por aquilo que vinha a fazer na área dos espaços verdes, no sentido de poupar água. O seu Projecto “GOTAR” era de facto um exemplo de como se podia aproveitar melhor esse imprescindível recurso. -----

----- O PSD iria votar favoravelmente essa recomendação, mas também reconhecia que a Câmara, no actual mandato, estava a fazer um grande esforço no sentido que a moção indicava. -----

----- Quanto à moção sobre o Museu da República e Resistência, a Câmara, quando estava a fechar as instalações ao sábado, fazia-o por manifesta falta de utilizadores nesses dias. Segundo informação que obtivera, 4 a 5 pessoas utilizavam esse espaço ao sábado e não fazia sentido que a Câmara, havendo bibliotecas tão próximo dessa, mantivesse a funcionar essa instalação, com todos os custos inerentes e sabendo-se as dificuldades financeiras da Câmara. -----

----- Em relação ao pagamento em atraso dos recibos verdes, todos os anos era assim e certamente que continuaria ser assim, na medida em que havia sempre um atraso administrativo nos primeiros meses do ano relativamente aos pagamentos. Infelizmente, era uma situação que sempre se verificara e não lhe parecia haver grande solução para o futuro, devido aos trâmites administrativos necessários cumprir. -----

----- Quanto à moção relativa aos provedores de bairro, sabia que a Câmara iria informar a Assembleia sobre essa sua iniciativa e, portanto, na moção proposta pelo Partido Socialista, nos pontos 1 e 2 o PSD não tinha nada a opor e votaria favoravelmente, mas no ponto 3 votaria contra. -----

----- O Bloco de Esquerda tinha apresentado uma moção relativamente ao acompanhamento da revisão do Plano Director Municipal e propunha a criação de uma comissão de acompanhamento. No entanto, já existia uma comissão eventual de acompanhamento no âmbito da Assembleia Municipal, que, segundo julgava, estaria a fazer o seu papel, tinha as informações necessárias, quer do Senhor Presidente da Câmara, quer da Senhora Vereadora Gabriela Seara, que tinha feito o favor de se deslocar à comissão e dar uma explicação exaustiva sobre aquilo que vinham sendo os trabalhos da revisão do PDM. Aliás, tinha convidado a fazer uma visita guiada à exposição sobre o mesmo e com certeza prestaria todas as informações e receberia todos os *inputs* que a comissão lhe quisesse dar. -----

----- Parecia-lhe que criar mais comissões *ad-hoc* para essa situação, para além daquilo a que a própria legislação obrigava, seria um exagero. O que estava a ser feito estava a ser bem feito e bem acompanhado pela Assembleia Municipal e parecia-lhe que isso era suficiente. Portanto, o PSD não se revia nessa moção. -----

----- Quanto à moção sobre o túnel do Marquês, parecia-lhe uma insistência que o seu caro amigo Miguel Coelho tinha vindo a fazer ao longo do tempo. Tinha insistido também numa designação que lhe era muito peculiar, era quase uma palavra parasita e que na própria moção era retratada algumas vezes, que era a palavra “trapalhadas”. A própria moção era uma trapalhada e também era uma trapalhada aquilo que vinha a ser dito sucessivamente sobre essa matéria. -----

----- O PSD recomendava ao Senhor Presidente da Câmara que continuasse a obra, que a fizesse segundo os projectos da Câmara e que tentasse ultrapassar as dificuldades que pudessem ainda existir, no sentido de que Lisboa viesse a ser beneficiada com essa magnífica obra. A fazer fé naquilo que dizia o Deputado Municipal Miguel Coelho, naturalmente que perante tanta trapalhada o povo de Lisboa, que verificara a existência dessa obra durante quase todo o mandato anterior, teria optado por aquilo que o PS tinha oferecido para a cidade e não por aquilo que, segundo o Deputado Municipal Miguel Coelho, era insensato, arrogante, incapaz, incompetente, como tinha dito em relação ao Senhor Presidente da Câmara Carmona Rodrigues. -----

----- Não tinha sido nada disso, tinha sido competente e o povo de Lisboa reconheceu essa competência, elegendo-o para Presidente da Câmara. Fazia votos de que tivesse os maiores êxitos no mandato e que Lisboa pudesse ver concluída essa obra o mais depressa possível, para beneficiar todos os cidadãos e todos aqueles que habitavam ou vinham para Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, disse que, como era sabido, o problema do Bairro da Liberdade arrastava-se havia alguns anos sem que se tivesse encontrado uma solução. O PCP sempre se empenhara para que o realojamento da população que faltava, algumas centenas, fosse feito o mais rapidamente possível. Ainda cerca de um mês antes, uma delegação do PCP, onde se incluía, fora visitar o Bairro da Liberdade, onde houve ocasião de constatar as penosas dificuldades em que viviam muitos desses moradores. -----

----- O PSD tinha consciência desse problema, ou não teria incluído numa promessa eleitoral, “As medidas a concretizar nos primeiros 180 dias da minha governação na

Câmara Municipal de Lisboa”, governação do actual Presidente da Câmara, de onde passava a ler: “Bairro da Liberdade, Freguesia de Campolide – Requalificar integralmente o bairro, realojando as populações no local e pugnando pelas condições de segurança dos moradores, apoiar os comerciantes do bairro durante o período de construção, apoiar as associações aí sediadas”. -----

----- Realmente, os moradores do Bairro da Liberdade não podiam acreditar no Senhor Presidente. Era um texto demagógicamente apresentado aos eleitores para que eles votassem nessa coligação. -----

----- Era uma questão premente e que a Câmara anunciava para ser resolvida em 7 ou 8 anos, o que era grave, porque a vida dos moradores ia ser cada vez mais penosa. -----

----- O objectivo da moção, sabendo que o caso não era fácil de resolver mas que exigia ser tratado com enorme celeridade, era que se desse a conhecer a proposta preliminar do plano do Bairro da Liberdade e da Serafina e que também se ouvisse as populações interessadas nessa matéria. Além disso, que se assegurasse que a obra era feita em plena segurança. Portanto, que fosse previamente pedido ao LNEC um parecer sobre essa matéria. -----

----- O PCP pedia insistentemente à Câmara, na defesa dos moradores do Bairro da Liberdade, para que houvesse uma prioridade a esse projecto. -----

----- **O Deputado Municipal Henrique de Freitas (PSD)**, no uso da palavra, disse que havia uma frase muito conhecida, mesmo célebre, em que alguém dizia que resistia a tudo, excepto às tentações. Chamava essa frase à colação porque havia hoje na Assembleia três tentações à solta: -----

----- Uma tentação politicamente correcta da Senhora Presidente da Assembleia Municipal; -----

----- Uma tentação politicamente incorrecta de si próprio; -----

----- Uma tentação que pairava na moção do 25 de Abril e a que chamaria sem problemas nenhuns uma tentação totalitária. -----

----- Desde já adiantava que, estando a falar em nome pessoal, louvaria uma iniciativa da Senhora Presidente da Assembleia em trazer um texto único sobre uma data de liberdade, o 25 de Abril. Se a Senhora Presidente o tivesse feito, aliás, parecia-lhe que o Deputado Municipal Modesto Navarro também ia nesse sentido, a sua intervenção não faria sentido. Mas a Senhora Presidente tivera outro caminho e entendera fazer subscrever uma moção sobre o 25 de Abril com todos os grupos parlamentares representados na Assembleia Municipal. Fora a tentação politicamente correcta da Senhora Presidente, a que correspondia com a sua tentação politicamente incorrecta: --

----- O texto, que tinha como alicerces a moção do Partido Comunista, falava em democracia, em princípios fundamentais de liberdade de expressão, de reunião, de conquista de direitos políticos, laborais, sociais e culturais. Politicamente incorrecto seria ao dizer que aquilo que o impedia de assinar uma moção com outros Deputados Municipais era que para si, e parecia-lhe que para outros Deputados Municipais presentes, democracia tinha um sentido e não acreditava que em sociedades totalitárias que alguns defenderam na Assembleia Municipal pudesse haver liberdade de expressão, direitos políticos, laborais, sociais e culturais. -----

----- O 25 de Abril podia unir, mas havia conceitos que claramente distinguiam e, a propósito da Constituição de Abril, recordava-se do cerco feito para que não fosse consagrada a Constituição, assim como do 28 de Setembro, do 11 de Março e de todas aquelas conquistas revolucionárias em curso, dos “soldados unidos vencerão” e um conjunto de conceitos e práticas políticas nas quais não se revia. -----

----- Por isso, olhando com simpatia para aqueles que combateram a ditadura, olhando com simpatia para aqueles que foram resistentes à ditadura e aí muitos militantes do Partido Comunista, não se sentia em condições de poder votar nem subscrever uma moção que saudava uma data de liberdade, quando, para si, o conceito de liberdade não era o mesmo conceito daqueles que defendiam sociedades e sistemas totalitários. Se vivesse nesses sistemas, certamente que seria obrigado a despedir-se da sua intervenção com um “até amanhã camaradas” e isso não queria. -----

----- **O Deputado Municipal Vítor Agostinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente de Fora, no uso da palavra, disse que a sua intervenção tinha a ver com uma informação dada pelo Deputado Municipal Victor Gonçalves acerca dos protocolos de descentralização de competências. Vinha sendo árduo conseguir-se fazer protocolos que realmente se revissem naquilo a que chamava descentralização de competências e a actual Câmara Municipal de Lisboa, o que estava a tentar pôr nas juntas de freguesia, e mantinha no protocolo que iria à Câmara, não era fazer uma descentralização de protocolos, mas manter teimosamente a ideia de fazer uma descentralização de serviços. -----

----- Quem estivesse atento à documentação que ia à Câmara, ao protocolo principal, daí advinha a afirmação que estava a fazer. Parecia-lhe que podia haver alguma falta de conversação, era uma das pessoas que mais evocara essas questões nas reuniões e não tinha sido visto nem aceite até agora pela Câmara Municipal, porque quando a Câmara Municipal estava a descentralizar competências tinha que saber ler a Lei, estava a descentralizar competências e não estava a descentralizar serviços. As juntas de freguesia não dependiam da Câmara Municipal de Lisboa, que, nomeadamente o seu Presidente, fora tão eleito pelos eleitores de Lisboa como qualquer Presidente de Junta. -----

----- O que estava em causa no protocolo de descentralização de competências era um protocolo de descentralização de serviços, a ponto de se dizer que competiria ao Vereador da área trabalhar os protocolos, tudo bem, mas dizia que os técnicos da Câmara também podiam. Um dia destes, se calhar, ia ter mais um director municipal a comandar o protocolo da junta que se queria levar a efeito. -----

----- Ainda havia tempo para a Câmara, particularmente para o seu Presidente, que sabia bem do que se estava a falar, nomeadamente em relação a São Vicente de Fora. Embora separados ideologicamente, tendo em conta as questões da população, quando fora necessário abrir a piscina de Alfama, ou ainda hoje se mantinha fechada e se calhar toda destruída, mas tinha-se achado mais importante abrir a piscina e ficar com ela na mão da Junta, embora sabendo que muitas das outras juntas não aceitaram ficar com essa delegação de competências. Havia uma coisa que a Câmara ainda não tinha percebido, ou não queria perceber, estrategicamente não queria que assim fosse, que

quando o dinheiro estava na Câmara era público e quando passava para as juntas de freguesia continuava a ser público. -----

----- Sempre que tinham vindo à Assembleia Municipal descentralizações de competências para as juntas de freguesia, tinham sido sempre aprovadas por unanimidade, porque os Deputados Municipais sabiam que as juntas de freguesia tinham que dar contas desses dinheiros depois aos seus fregueses, nomeadamente ao mesmo Tribunal de Contas a que a Câmara prestava contas, ou à assembleia, de freguesia em vez de municipal, mas a Câmara continuava a não entender isso. -----

----- Em boa hora tinham retirado um certo palavrão do protocolo, mas devia ser visto com sinceridade se o que ali estava era um protocolo de delegação de competências. Chegava-se ao cúmulo de querer fazer o controlo contabilístico das contas da junta de freguesia no respeitante aos protocolos, que era uma coisa que ultrapassava tudo e todos. -----

----- Finalmente, queria tornar público que já era a terceira vez que a Junta de Freguesia pedia ao Senhor Vereador do Desporto para a receber e nem sequer havia uma resposta a dizer que não queria receber. A Piscina Municipal de Alfama estava prestes a fechar e quem ia acarretar com essas culpas seria a Câmara, particularmente o Departamento de Desporto. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, começou por dizer que, como sempre aconteceria quando se tratava de votos de pesar, o PSD associava-se sempre a esses votos de pesar, ainda que, no caso do que hoje estava em causa, não se revisse em alguns dos seus considerandos, mas esses não eram votados. Sobretudo, não se percebia como a Assembleia Municipal podia dizer que algum militar merecia ou não ser promovido, se tinha ou não direito a essa promoção. Era uma questão de hierarquia e que não cabia à Assembleia Municipal julgar. No entanto, o PSD associava-se ao voto de pesar e, sobretudo, associava-se às condolências a uma família de um português e de um militar de Abril. -----

----- Em relação à moção do 25 de Abril, o seu companheiro Henrique de Freitas tinha transmitido a sua posição e a sua opinião, que não subscrevia. Tinha sido por iniciativa do PSD, que não resultara de uma vontade individual, mas de uma reunião preparatória da Assembleia. O PSD não apresentara nenhuma moção sobre o 25 de Abril porque se entendia que, ao fim de 32 anos, o 25 de Abril devia servir para unir e não para dividir e não fazia sentido, ao fim de 32 anos, haver qualquer força política, de um extremo ao outro da Assembleia Municipal, que procurasse retirar dividendos políticos de uma matéria que estava resolvida, para o bem e para o mal, com todas as vicissitudes históricas ocorridas nesses 32 anos. Portanto, atendendo a que vários partidos tinham apresentado moções sobre essa matéria, o PSD sugerira na Conferência de Representantes que, admitindo que se devia todos os anos saudar o 25 de Abril e também o 1º de Maio, deveria procurar-se um consenso entre todas as forças políticas representantes do povo de Lisboa, que pudesse dar precisamente a imagem de que, para o bem e para o mal, os 32 anos passaram, o 25 de Abril existiu, foi importante, era um marco histórico na vida de Portugal e devia ser assinalado de uma forma consensual. -----

----- Queria retirar da Senhora Presidente a responsabilidade primeira pela iniciativa, porque tinha nascido do PSD e fora por si proposta e gostava de assinalar o facto de ter sido possível fazer-se um texto que fosse consensual e que fosse possível que a Assembleia Municipal como um todo, representando o povo de Lisboa, pudesse associar-se numa saudação ao 25 de Abril. -----

----- O PSD tinha apresentado uma moção que lhe parecia suficientemente explicativa sobre os 500 anos do nascimento de São Francisco Xavier, uma figura incontornável da missão de evangelização, com um papel ímpar no oriente, por iniciativa da coroa portuguesa. Esse facto devia ser assinalado, aliás, Lisboa tinha uma freguesia com esse nome e, quanto mais não fosse, também por aí havia uma ligação a Lisboa. -----

----- O PSD tinha também apresentado uma moção sobre os 30 anos da Constituição da República Portuguesa, que o Partido Socialista transmitira não poder votar porque tinha sido alterada. De facto, havia uma alteração num sentido muito simples, porque quando se tinha apresentado a moção, embora houvesse 99,9% de certeza que seria hoje assinado o protocolo sobre a rede social, o PSD não gostava de partir do princípio que as coisas se realizavam antes de estarem realizadas. O protocolo tinha sido mesmo assinado, era importantíssimo e dava expressão àquilo que era a consagração do poder autárquico na Constituição e naquilo que era um conjunto de direitos previstos na Constituição, desde logo ao nível da solidariedade social. Para não ferir ninguém, não se colocara isso na parte deliberativa e sim num considerando, mas o Partido Socialista, lamentavelmente, por causa disso não podia votar. -----

----- De qualquer maneira, o PSD não fazia birra e votaria favoravelmente a proposta do PS sobre os 30 anos da Constituição Portuguesa, na medida em que “era decalcada da moção apresentada pelo PSD sobre essa matéria”, tirando essa nota da rede social. -

----- O PSD tinha ainda apresentado a moção 9, sobre a qual fizera uma pequena alteração, sendo que no segundo ponto deliberativo tinha retirado a expressão “ao máximo”, que constava inicialmente. Era uma moção que considerava importante, uma vez que o metro tinha uma função essencial para a Cidade de Lisboa, na disciplina do trânsito, na garantia de acessibilidades, na mobilidade dos cidadãos. Portanto, o PSD saudava ao máximo tudo aquilo que contribuísse para a requalificação e para a expansão do Metropolitano de Lisboa. No entanto, isso não invalidava que o Metropolitano de Lisboa devesse ter a máxima atenção nas obras e nas intervenções que fazia e não estava a ter. -----

----- Lisboa não era uma coutada do Metropolitano de Lisboa, que tinha que dirigir as obras, afectar os recursos humanos, olhar para a diminuição de impactos, permitindo aos cidadãos terem segurança ao passar junto dessas obras, saber quando essas obras seriam concluídas, permitir que essas obras não se arrastassem indefinidamente como as obras do eixo Av. de Roma – Praça de Alvalade, que tinham seis anos de obra, ou o que se passava na zona do Saldanha com o alargamento da linha vermelha, ou com o sempre inefável túnel do Terreiro do Paço. Portanto, era uma moção em que esperava que a Assembleia Municipal pudesse acompanhar o PSD. -----

----- Quanto à moção do Bloco de Esquerda sobre o Projecto Alcantara, considerava todas as IPSS importantes na Cidade de Lisboa, sobretudo aquelas que lutavam contra



a exclusão social. No entanto, nada justificava que houvesse IPSS diferentes das outras e todas elas deviam concorrer em parceria. Não fazia sentido haver IPSS completamente dependentes da Câmara Municipal de Lisboa, e era importante saber porquê, porque não procuravam alternativas. Portanto esta IPSS não seria com certeza prejudicada pela Câmara, mas também não seria objecto de tratamento de favor especial em relação a outras IPSS, o seu trabalho seria avaliado e seria apoiada ou não na medida em que essa avaliação fosse feita pela Câmara e fosse considerada adequada aquém ou além daquilo que era esperado. -----

----- Em relação às moções 13 e 14, porque ambas tinham a ver com a área da mobilidade, enalteciam a preocupação e o esforço que o Bloco de Esquerda denotava nessa matéria, o que era sempre importante. De qualquer maneira, diria que esse esforço e essa atenção vinham a reboque daquilo que a Câmara ia fazendo, que estava a iniciar um programa, “Lisboa Capital da Segurança Rodoviária”, e não fazia sentido estar desde já a condicioná-lo. A Câmara tinha que trabalhar, tinha que fazer os estudos técnicos, apresentar as soluções técnicas, implementar as soluções técnicas, avaliá-las e trazer à Assembleia Municipal os resultados dessa avaliação. Agora, estar a condicionar, inclusivamente o trabalho técnico desse programa, parecia perfeitamente extemporâneo e, portanto, não podia aceitar essa solução. Tanto mais que, se a Assembleia Municipal assim o aprovasse, a Câmara ia iniciar uma colaboração com a Prevenção Rodoviária Portuguesa. -----

----- Perdoassem-lhe o que ia dizer, mas o Bloco de Esquerda, através do Senhor Vereador Sá Fernandes, ao manifestar o total desconhecimento em reunião de Câmara daquilo que era a Prevenção Rodoviária Portuguesa, não era o melhor cartão de visita para o Bloco de Esquerda procurar condicionar a actividade da Câmara nessa matéria. -

----- Em relação à moção 16, alguém falava em falta de informação sobre o túnel do Marquês, mas se havia obra mais esmiuçada, mais analisada ao pormenor, mais falada na Cidade de Lisboa, não tinha sido outra que não o túnel do Marquês. Portanto, parafraseando alguém, deixassem a Câmara trabalhar e tivessem calma, porque o túnel seria feito, os carros passariam e seria resolvido um problema importante na Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra para defesa da honra, dirigindo-se ao Deputado Municipal Saldanha Serra, disse que o Bloco de Esquerda não lhe reconhecia legitimidade política para avaliar as tomadas de posição do Vereador Sá Fernandes nas reuniões de Câmara. Não sabia se tinha tomado ou não essa posição, mas sabia que certamente, porque isso estava no compromisso eleitoral do BE, uma política de prevenção e segurança rodoviária na cidade era coisa que até agora não tinha existido. Por mais federações e fundações de prevenção rodoviária existentes, a Câmara de Lisboa não tinha adoptado, no entendimento do BE, que diria modesto, as medidas necessárias e consequentes para implementar uma verdadeira política de segurança rodoviária em Lisboa e esse era o objectivo da moção apresentada pelo BE. -----

----- Não se podia retirar ao Grupo Municipal do BE o direito a propor as moções que entendesse, mesmo que hipoteticamente, coisa que não acreditava ou pelo menos

duvidava bastante, o Vereador eleito pelas suas listas não tivesse reconhecido a Fundação Rodoviária Portuguesa. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento ao Deputado Municipal Saldanha Serra, perguntou se saberia que o Projecto Alcantara era enquadrado no URBAN II, em que a entidade executora era o Projecto Alcantara mas a entidade gestora era a Câmara Municipal de Lisboa. A questão era se sabia isso e se sabia que no tempo do Dr. João Soares, na altura do desmembramento do Casal Ventoso, tinha havido algumas promessas da Câmara de Lisboa em relação àquelas pessoas, que não eram da sua Freguesia, mas que era um autêntico supermercado de droga, como se sabia. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, dirigindo-se ao Deputado Municipal Heitor de Sousa, começou por dizer que tinha toda a legitimidade política, igual à sua e à do Vereador Sá Fernandes. Podia não ter legitimidade técnica, mas legitimidade política, até para dizer disparates, tinha-a toda, como tinha o Deputado Municipal Heitor de Sousa para dizer disparates ou coisas acertadas, como tinha o Vereador Sá Fernandes para o mesmo efeito. -----

----- Em relação ao Deputado Municipal José Godinho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, far-lhe-ia a justiça de que ao fim de tantos anos lia as propostas e, portanto, sabia o que era o Projecto Alcantara, naquilo que não sabia procurara informar-se. O que tinha dito era muito claro, com certeza que a Câmara tinha obrigação de avaliar o trabalho desse projecto, tinha que ver o que fora feito ou não, se tinha ficado aquém, igual ou além, e teria que avaliar o apoio que dava, se mantinha, diminuía ou aumentava, mas em igualdade de tratamento com um conjunto de IPSS a trabalhar nessa área e também com funções importantes. -----

----- Infelizmente, o dinheiro estava caro e não era elástico e, portanto, a Câmara teria que fazer prioridades, depois a Assembleia Municipal faria a sua avaliação. De facto, muitas coisas decorriam das promessas do Dr. João Soares e ainda se estava a pagar essas promessas. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, dirigindo-se ao Deputado Municipal Henrique de Freitas, disse que era muito fácil falar hoje e até ser arrogante, como pensava que não seria, uma vez que tinha muita estima e consideração, mas não pensava que era trauliteiro e que podia fazer aquela intervenção. Era uma visão extremamente arrogante e deslocada em relação ao 25 de Abril. -----

----- Neste momento estavam na sala duas pessoas do PCP que estavam presas no 25 de Abril e pelo menos uma pessoa do PS que estava no exílio. O que perguntava, com alguma ironia, era onde estava o Deputado Municipal Henrique de Freitas no 25 de Abril. Tinha que ter respeito pelo 25 de Abril e pela conquista das liberdades, pela implementação da democracia em Portugal. -----

----- **O Deputado Municipal Henrique de Freitas (PSD)**, no uso da palavra para defesa da honra, lembrando a estima que mantinha pelo Deputado Municipal Modesto Navarro, disse que na intervenção que tinha feito, mais serena do que a sua, referira o

respeito que tinha por aqueles que resistiram com a coragem da tortura à ditadura existente no 25 de Abril. Referira isso porque também tinha memória, mas era exactamente essa memória que lhe permitia dizer que um sistema totalitário em Portugal seria um sistema contra o 25 de Abril. O 25 de Abril era uma ideia e uma data de liberdade, permitia inclusivamente que o Deputado Municipal Modesto Navarro lhe chamasse trauliteiro hoje na Assembleia Municipal, mas cujo 25 de Abril certamente o impediria de estar agora a fazer a defesa da honra. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Feist**, no uso da palavra para prestar esclarecimentos, disse que se dirigia ao Partido Socialista em função da moção sobre o túnel do Marquês. Parecia tratar-se de levantar novamente a bandeira da oposição levantada no anterior mandato, mas parecia-lhe que não seriam muito felizes com ela. -----

----- Gostava de fazer um reparo pessoal ao Deputado Municipal Miguel Coelho, uma vez que não era muito bonito falar em “seriedade, trapalhada e manigância”. Essas palavras não lhe ficavam bem nem ao seu partido, não era hábito ouvir na Assembleia Municipal esse tipo de linguagem e não lhe parecia que contribuísse para um bom diálogo. -----

----- Quanto às questões da moção, o Senhor Presidente da Câmara já tinha feito uma sessão inteira na Assembleia sobre essa matéria, já tinha dado todas as explicações e estaria, como estava no seu caso também, enquanto Vereador do Pelouro das Obras, à disposição da Assembleia para esse efeito, pelo que não valia a pena recuar no tempo. Na moção dizia-se “renunciar à execução do projecto inicialmente previsto e se limite a concluí-lo com o desnivelamento dos cruzamentos da Artilharia 1 e Rua Castilho, presentemente já implantados”. No entanto, o túnel estava neste momento todo feito até à Fontes Pereira de Melo, pelo que já nem isso seria possível. -----

----- A questão do impacte ambiental já tinha sido suficientemente discutida. Não havia obrigação de pedir impacte ambiental, tinha sido por iniciativa da Câmara que se pedira o impacte ambiental e foram os tribunais que decidiram sobre isso. Portanto, era um fantasma que devia ser afastado de uma vez para sempre, porque já cansava esse argumento. -----

----- Quanto a dizer-se que não deviam continuar as obras sem estarem garantidas as condições de segurança, gostaria de dizer muito claramente, para que todos entendessem como estava o assunto, que as obras estavam a decorrer com tranquilidade, numa perfeita harmonia com o LNEC e com o Metropolitano, monitorizadas todos os dias e a todas as horas, acompanhadas pelo LNEC todos os dias, decorrendo com tranquilidade, sem oscilações, sem problemas e sem pressas, o que lhe parecia algo de muito importante. -----

----- A obra estaria terminada, conforme o Senhor Presidente já anunciara, quando estivesse pronta e estaria pronta quando se reunissem as condições para que os trabalhos estivessem acabados. A Câmara utilizaria, três meses antes de abrir o túnel, todas as experiências possíveis e imaginárias para que houvesse uma total garantia de segurança para os cidadãos e para toda a gente que tão mal vinha tratando esse assunto, que lhe parecia tão bem encaminhado e neste momento a correr de uma forma tão harmoniosa e concertada com todos os agentes envolvidos. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, Dirigindo-se ao Senhor Vereador Pedro Feist, por quem tinha consideração pessoal e sabia que também fazia o favor de retribuir esse apreço, disse que se tinha enganado. -----

----- Em primeiro lugar, o termo “trapalhada” era perfeitamente aceitável no debate político, não era ofensivo para ninguém e reflectia uma situação que estava criada na Cidade de Lisboa, seguramente que involuntariamente por todos. Uma obra que era para ter começado no início de 2002 e terminado no princípio de 2005, tendo a Câmara na altura acalentado a esperança que talvez até se pudesse antecipar para o Euro 2004, a verdade era que essa obra ainda estava ali a prejudicar as pessoas, a confundir as pessoas, atabalhoando a cidade. Portanto, era verdade que estava ali uma grande trapalhada e a situação fora criada pela coligação da qual o Senhor Vereador Pedro Feist fazia parte. -----

----- Nem o termo “trapalhada” nem o termo “manigância”, porque tinha a ver com truque e longe de si, como sabiam muito bem o Senhor Vereador Pedro Feist e o Senhor Presidente da Câmara, pôr em causa a seriedade do Senhor Presidente da Câmara, por quem tinha apreço e consideração pessoal. Os adversários podiam-se estimar, como era o caso concreto e muitas vezes nas bancadas que representavam a maioria política confundia-se a crítica e o debate político com qualquer coisa de intolerável e que teria a ver com inimizade pessoal. Não podia dizer que era amigo pessoal do Senhor Presidente da Câmara, porque isso obrigaria a uma grande convivência diária, mas tinha grande consideração pelo Senhor Presidente da Câmara e longe de si estar a fazer esse tipo de insinuações. Aliás, nunca vira isso da parte do Partido Socialista, mas outra coisa era combate político, a divergência era para ser assumida, por isso se estava numa democracia e por isso o Deputado Municipal Henrique de Freitas tinha podido fazer uma intervenção, a seu ver, errada e escusada, mas ainda bem que a tinha feito, porque de facto estava-se num parlamento plural. -----

----- A verdade era que o túnel estava na mesma e o Senhor Vereador Pedro Feist até ia motivar um requerimento que iria fazer imediatamente ao Governo, porque lhe tinha sido informado numa comissão da Assembleia da República que o túnel não estava feito porque ainda não havia autorização do Metropolitano. Portanto, ou o Governo estava enganado, ou o Senhor Vereador Pedro Feist estava enganado quanto à escavação do troço final do túnel, porque o Metropolitano ainda não tinha dado autorização para se fazer essa escavação final porque o projecto não estava aprovado, ainda nem fora apresentado. Iria indagar isso muito bem e aquilo que lhe queria parecer, se não fosse verdade daria “a mão à palmatória”, se houvesse um túnel clandestino teriam depois que explicar as questões da segurança, mas aquilo que lhe queria parecer era que para essa parte do túnel ser feita o Metropolitano teria que avalizar o projecto e o LNEC também, sendo que até ao momento ainda não havia nenhuma autorização. Portanto, ou a Câmara estava a fazer à revelia, o que era grave, ou então estava enganado, o que não era tão grave quanto isso mas não gostava de estar enganado. -----

----- No entanto, a trapalhada existia, criada pela actual maioria e o PS não tinha nada a ver com isso. Tinha dito várias vezes e voltava a dizer, usando uma linguagem

desportiva, que fazer aquele túnel era como marcar um penalti onde nem sequer estava o guarda-redes na baliza. Tinham maioria absoluta na Câmara e nem tinha que ser aprovado na Assembleia Municipal, mas mesmo assim não o fizeram. Meteram-se em embrulhadas atrás de embrulhadas, com o estudo de impacte ambiental e outras coisas, e não o conseguiram fazer. A incompetência não era pessoal, não tinha a ver com a incapacidade, tinha a ver com a falta de lucidez política e decisória para se fazerem as coisas bem feitas, mesmo que erradas. Para o PS a questão de fundo permanecia, de que o túnel era desnecessário e prejudicava a cidade, mas ao menos podia ser bem feito, podia ter sido uma coisa perfeitamente escorreita e não fora. A Câmara achava que tinha ali um compromisso eleitoral muito importante para cumprir e que era preciso queimar etapas, de maneira que queimaram tantas etapas que não conseguiram fazer as coisas como deviam ter feito e, portanto, a cidade estava envolvida nessa enorme trapalhada. -----

----- Mas o Partido Socialista queria saber mais. Como se recordavam, o concurso público fora anulado porque nenhuma empresa construtora tinha concorrido dentro dos limites estabelecidos pelo próprio caderno de encargos em termos orçamentais. Excediam todas em mais de 25% o que era autorizado pelo Tribunal de Contas. Quando havia uma obra pública, o Tribunal de Contas só validava propostas que não excedessem 25% do orçamentado inicialmente e nenhuma empresa, quando concorreram da primeira vez, tinha feito uma proposta dentro desses limites e por isso o concurso fora anulado. Nessa altura a Câmara Municipal e o Senhor Presidente da Câmara, na altura Vice-Presidente, adjudicaram a obra com um excedente de 24,90%, quase nos 25%, mas desorçamentaram do caderno de encargos muitas das coisas que estavam previstas inicialmente. Era a isso que chamava a manigância, que não era nada de ofensivo, mas era um truque. -----

----- Agora criava-se uma situação incómoda, porque as medidas de impacte ambiental que a Câmara se vira obrigada a cumprir eram tantas que de certeza o orçamento da obra estava excedido para além dos 25% e a Câmara devia informar. Havia de facto uma grande trapalhada causada pela maioria, que tinha uma situação muito aborrecida para a cidade, e estava a usar um termo benévolo, porque prejudicava seriamente os cidadãos e já durava havia demasiado tempo. Aquilo não era um bom cartão de visita para a cidade, o Marquês de Pombal estava um autêntico acampamento, confusões para trás e para a frente com prejuízo para os peões, para os cidadãos, para os automobilistas, e não se via luz ao fundo do túnel, não se via solução à vista. -----

----- Dizia agora o Senhor Vereador Pedro Feist que já estava feito, então o caso mudava de figura e imediatamente iria fazer um requerimento ao Governo, visto ser Deputado na Assembleia da República, para saber se estava feito, como tinha sido feito, que projecto fora aprovado pelo Metropolitano. Tinha informações da semana anterior, uma delas prestada em comissão parlamentar, de que ainda não tinha sido apresentado o projecto, não tinha sido validado e, portanto, não podia estar a ser construído. Uma coisa era estar a estacaria de suporte à obra e isso sabia que estava feito, outra coisa era fazer o túnel e isso ainda não estava feito. Portanto, havia uma situação que permitia ao PS questionar quando iria terminar aquele martírio. -----

----- Já não se tratava de saber se o túnel se fazia ou não, mas quando terminaria e, portanto, o PS punha uma questão de bom senso. Havia uma excelente oportunidade para se dizer que se tinha feito uma coisa muito importante, tinham-se desnivelado os cruzamentos e agora encerrava-se aí, visto já se ter percebido que não se conseguia fazer. O PS bateria palmas se fizessem isso. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Fesit**, no uso da palavra para prestar esclarecimentos, dirigindo-se ao Deputado Municipal Miguel Coelho, disse que, com a amizade que tinham criado ao longo dos anos, teria mesmo que fazer um requerimento ao Governo, porque o Metropolitano ia terminar uma pequena fissura existente com trinta anos de idade, sendo que poderia ser logo a seguir terminado o túnel, graças à pequeníssima obra que o Metropolitano ia fazer. Portanto, teria que fazer essa pergunta ao Governo, não havia uma questão de autorização ou não, estava-se a trabalhar nisso. -----

----- Não ia entrar na questão do concurso, far-se-ia história sobre isso. Tinha herdado uma obra que estava a andar muito bem, não tinha tido o mínimo problema, andava bem e em excelentes relações com os parceiros. -----

----- O Deputado Municipal Miguel Coelho falava em atraso, mas lembrava que só oito meses tinham sido gastos pela paragem forçada, por uma acção interposta por um cidadão que hoje era Vereador da Câmara. Só isso tinha custado 4,8 milhões de euros de custos directos, faltava ver os indirectos, cujas contas seriam apresentadas a seu tempo. -----

----- **A Senhora Presidente**, terminadas as intervenções, iniciou o processo de votação das moções, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- (Nota: As alterações que foram sendo anunciadas pela Sra. Presidente antes da votação de cada documento, encontram-se já inseridas nos respectivos textos, integralmente transcritos nesta acta no início do período de Antes da Ordem do Dia) -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 1**, subscrita pelo PEV. -----

----- A **Moção n.º 1**, como referira, foi retirada. -----

----- A **Moção n.º 2**, subscrita pelo Deputado Municipal Feliciano David, do PCP, foi votada alínea por alínea, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Alínea a), aprovado por unanimidade; -----

----- Alínea b), rejeitada, por maioria, com votos contra do PSD, e votos favoráveis do PS, PCP, BE, CDS-PP e PEV. -----

----- Alínea c), rejeitada, por maioria, com votos contra do PSD e CDS-PP, e votos favoráveis do PS, PCP, BE e PEV. -----

----- A Moção n.º 3, como há pouco referira, fora retirada, assim como as **moções n.ºs 15 e 19**, sendo feita em sua substituição uma nova **Moção n.º3** subscrita por todas as forças políticas. -----

----- **A Senhora Presidente** referiu que, tal como tivera oportunidade de expor aos Senhores Deputados Municipais, foi por iniciativa de todos os grupos políticos que se tinha gerado uma redacção de consenso. Pesassem embora algumas solicitações no sentido de ter sido a Mesa a apresentar uma proposta, a Mesa reiterava que uma das razões de estarem todas as forças políticas hoje na Assembleia Municipal era exactamente o 25 de Abril e, portanto, não faria nenhum sentido que uma redacção de

consenso não saísse dos grupos políticos, isto é, da actividade política por natureza. Era uma forma muito mais nobre e dignificante do que uma imposição regimental e era nessa acepção que a Mesa via a questão, pelo que vira com honra e sentia-se dignificada pela forma como se tinham gerado esses consensos e com a redacção que fora acolhida. Os Senhores Deputados Municipais julgariam por si próprios se devia de alguma forma ser assacado um pré-juízo à redacção encontrada. Era uma redacção que honrava e dignificava a Assembleia Municipal. -----

----- Seguidamente, submeteu à votação a Moção nº3, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade das forças políticas, mas com duas abstenções do CDS-PP.

----- **O Deputado Municipal Pedro Sampaio Nunes (CDS-PP)**, fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “Eu gostaria de apresentar em meu nome, e em nome do meu colega que se absteve nesta Moção, a minha declaração de voto com base nas seguintes razões: -----

----- Primeiro, não podíamos votar contra porque esta moção era um esforço de ganhar coesão nesta Assembleia. O meu Partido fez os esforços no sentido de subscrever e assim o fez. No entanto, não podia de modo nenhum votar a favor desta moção, porque por um lado é feita referência à Constituição que o meu Partido votou contra e muito se honra de ter votado contra. Votou contra por razões que têm a ver com o conceito que foi aqui sublinhado pelo Deputado Municipal Henrique de Freitas e que me recordo pessoalmente de ter vivido esse período em Angola, por razões da minha vida particular, e por ser o período em que mais coacção, mais falta de liberdade eu senti durante toda a minha vida. -----

----- Contrariamente ao que foi dito na justificação da moção, recordo que foi no período do 25 de Abril e do 11 de Setembro que mais prisões arbitrárias se verificaram no nosso País e isso é algo que não podemos esquecer.” -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (PSD)** apresentou na Mesa a seguinte declaração: -----

----- “Exm<sup>a</sup>. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa: -----

----- Os Deputados Municipais abaixo-assinados declaram não ter participado na votação da Moção referente ao 25 de Abril subscrita pelos Grupos Municipais.” -----

----- Seguem-se as assinaturas: Henrique Freitas, Pedro Portugal Gaspar, Rodrigo Mello Gonçalves, Ana Marques, Rui Pessanha da Silva, João Pessoa e Costa, Fernando Ribeiro Rosa, Ana Bravo de Campos, Dias de Almeida, Rogério Silva e Sousa, João Mota Lopes, Jorge Teixeira dos Santos, Sílvia Mota Lopes. -----

----- Prosseguindo as votações, a Assembleia deliberou: -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 4**, subscrita pela Deputada Municipal Ana Páscoa, do PCP, com votos favoráveis do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV e 3 Deputados Municipais do PSD, e a abstenção do PSD. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 5**, que passou a **Recomendação n.º 2**, inicialmente subscrita pelo Deputado Municipal João Mesquita, do PSD. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 6**, subscrita pelos Deputados Municipais José Luís Ferreira e Sobreda Antunes, do PEV, com votos contra do PSD, votos favoráveis do PS, PCP, BE e PEV, e a abstenção do CDS-PP. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 7**, subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, do PSD. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 8**, subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, do PSD, com votos favoráveis do PSD, votos contra do PS, PCP, BE e PEV, e a abstenção do CDS-PP, 2 Deputados Municipais do PSD, e 1 Deputado Municipal do BE. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, fez a seguinte declaração de voto: --

----- “ Tal como disse há pouco, o Partido Socialista acha que o PSD caiu na tentação de confundir um tema que tratou bem, na nossa opinião, do ponto de vista histórico, o assinalar dos 30 anos da Constituição de Abril, com a tentação de introduzir algo que nós entendemos que faz parte da própria promoção política, que terá que ser ajuizado no final deste mandato, se a constituição desta rede funcionou ou não. -----

----- O PSD misturou e enxertou num texto correcto algo que nós não poderemos pactuar neste momento e daí que o Partido Socialista se tenha visto obrigado a alterar o seu sentido de voto e ter votado contra, como fez agora.” -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 9**, subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, do PSD, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP, e PEV, e a abstenção do PS. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sofia Dias (PS)**, fez a seguinte declaração de voto: --

----- “ Apenas para dizer que a nossa abstenção não se prende com a parte deliberativa, mas apenas com os considerandos, que partem de pressupostos que nós não entendemos que possam vir a verificar-se e, portanto, não nos parece correcto, pese embora a parte deliberativa não nos seja estranha. “ -----

----- A **Moção n.º 10**, subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho e pela Deputada Municipal Sofia Dias, do PS, foi votada ponto a ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o ponto 1, por unanimidade; -----

----- Aprovar o ponto 2, por unanimidade; -----

----- Rejeitar o ponto 3, por maioria, com votos contra do PSD, e votos favoráveis do PS, PCP, BE, CDS-PP e PEV. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 11**, subscrita pelo Deputado Municipal Heitor de Sousa, do BE, com votos contra do PSD, votos favoráveis do PS, PCP, BE e PEV, e a abstenção do CDS-PP. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 12**, subscrita pelo Deputado Municipal Heitor de Sousa, do BE, com votos contra do PSD, PS e CDS-PP, e votos favoráveis do PCP, BE e PEV. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, fez a seguinte declaração de voto: --

----- “ Para dizer que o Partido Socialista desta vez, ao contrário do que tem sido aqui aduzido, não pelos considerandos mas pelas conclusões, o PS não votou a favor desta moção. Antes pelo contrário, rejeitou-a porque já existe uma comissão da Assembleia Municipal para acompanhar o PDM e o aprovar esta comissão seria esvaziar as competências da já existente, na qual estão representadas todas as forças políticas.” -----



----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 13**, subscrita pelo Deputado Municipal Heitor de Sousa, do BE, com votos contra do PSD, votos favoráveis do PS, PCP, BE e PEV e a abstenção do CDS-PP. -----

----- A **Moção n.º 14**, subscrita pelo Deputado Municipal Heitor de Sousa, do BE, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Rejeitar o ponto 1, por maioria, com votos contra do PSD e do CDS-PP, e votos favoráveis do PS, PCP, BE, PEV; -----

----- Rejeitar o ponto 2, por maioria, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos favoráveis do PCP, BE, PEV, e a abstenção do PS. -----

----- **O Deputado Municipal Duarte Mata (BE)**, fez a seguinte declaração de voto: ---

----- “ Quando uma Câmara Municipal gasta 3 milhões de euros por ano em radares, era nossa obrigação fiscalizar os estudos que viabilizaram essa decisão política. Foi isso que fizemos e faremos sempre e os senhores chumbam sempre, nós vamos registando e mais tarde faremos as contas.” -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 16**, subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, do PS, com votos contra do PSD e CDS-PP, e votos favoráveis do PS, PCP, BE, e PEV. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 17**, subscrita pelo Deputado Municipal Rui Roque, do CDS-PP, com votos contra do PSD, PS, PCP, BE e PEV, votos favoráveis do CDS-PP, e a abstenção de 2 Deputados Municipais do PSD. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)** fez a seguinte declaração de voto:

----- “Apenas para dar nota do sentido de voto do PSD. -----

----- Tendo sido o PSD um dos partidos que votou o texto constitucional em 2 de Abril de 1976, naturalmente que o PSD não pode aprovar uma moção em que, não discutindo a razão porventura do CDS, em que se diz que o País teria ganho imenso se a voz do CDS tivesse sido ouvida e seguida mais cedo. Apenas e só por isso.” -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 18**, subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho e Marta Rebelo, do PS, com votos favoráveis do PSD, PS, e BE, votos contra do CDS-PP, e a abstenção do PCP e PEV. -----

----- **A Senhora Presidente**, findas as votações, deu por terminado o período de Antes da Ordem do Dia, declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. -----

#### ----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 10 - DELIBERAR SOBRE REPRESENTANTES DA A.M.L. NOS CONSELHOS GERAIS DOS HOSPITAIS DE LISBOA - HOSPITAL DONA ESTEFÂNIA, HOSPITAL JÚLIO DE MATOS E HOSPITAL DE CURRY CABRAL, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA B) DO ARTº 16º DO DECRETO-LEI Nº 188 /2003, DE 20 DE AGOSTO.** -----

----- **A Senhora Presidente** informou que tinha sido acordada em Conferência de Líderes a alteração da Ordem do Dia, sendo que os pontos 2 e 7 passavam para o final da Ordem de Trabalhos. -----

----- Por outro lado, o ponto 10, que, como os senhores Deputados Municipais teriam visto, era uma eleição, iria processar-se no decurso dos trabalhos. Estavam já os

escrutinadores indicados pelas várias forças políticas e eram Luís Graça Gonçalves pelo PSD, Cândida Madeira pelo PS e Luís Campos pelo PCP. -----

----- Havia uma lista única e, portanto, consensual para os Conselhos Gerais dos Hospitais e era composta da seguinte forma: -----

----- Hospital Dona Estefânia – Maria Lopes Páscoa Baptista; -----

----- Hospital Júlio de Matos – Joaquim Fernandes Marques; -----

----- Hospital Curry Cabral – Maria Luísa Vicente Mendes. -----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CML ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita a que se refere o n.º 1, alínea e) do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal,** no uso da palavra, disse que a informação se referia à actividade desenvolvida pela Câmara no período de 1 de Fevereiro a 31 de Março, um período após o acto eleitoral, a tomada de posse, a instalação dos diferentes órgãos autárquicos, em que se tinha começado a desenvolver um trabalho baseado também já num Orçamento e num Plano aprovados. -----

----- Salientaria alguns aspectos que reputava de maior importância, pese embora o relatório que tinha sido apresentado atempadamente e que traduzia, com certeza melhor, um conjunto muito alargado de iniciativas ocorridas nesse período. -----

----- Começava pela área do Urbanismo e Reabilitação Urbana, onde foram aprovadas duas propostas muito importantes em Câmara e ambas por unanimidade. A proposta 132/2006, em que se incumbia a EPUL de realizar um estudo urbanístico e um projecto de loteamento para a conversão do Bairro Padre Cruz em Carnide, e a proposta 133/2006, que incumbia também a EPUL de realizar um estudo urbanístico e um projecto de loteamento para a conversão do Bairro da Boavista. Eram duas preocupações antigas que foram muito debatidas na campanha eleitoral e viam assim o início de um processo de justiça social para melhoria da qualidade de vida de cerca de 1400 famílias, com criação de creches, ATL, jardins de infância e uma rede de residências assistidas para idosos. As propostas tinham merecido unanimidade e eram fruto de um trabalho muito intenso desenvolvido junto das juntas de freguesia, das colectividades, das associações e dos moradores desses dois bairros importantes da cidade. -----

----- Importante tinha sido também a apresentação em Câmara do Plano de Pormenor do Bairro da Liberdade, em Campolide, que previa o realojamento de mais de 950 famílias e a própria reabilitação do bairro. Dissera em campanha, mas também antes e depois disso, que era uma prioridade da Cidade de Lisboa olhar para o Bairro da

Liberdade de uma vez por todas e arranjar uma solução de fundo que pudesse arrancar o mais depressa possível. -----

----- A Senhora Vereadora do Urbanismo tinha feito o balanço sobre as obras de reabilitação na Rua de São Bento e em Alfama. Esse balanço mostrava que em São Bento havia já um investimento global de 4,7 milhões de euros, com a intervenção em 18 edifícios, 15 dos quais municipais, 2 particulares e 1 misto. Em Alfama o investimento ascendia já a cerca de 17 milhões de euros, contemplando intervenções em 77 edifícios, dos quais 39 municipais, 32 privados, 1 misto e 4 em processo de expropriação. -----

----- Havia uma iniciativa que considerava da maior importância e mesmo com algum grau de propedêutico, que era uma operação de vistoria a um universo de 1360 operações urbanísticas em curso na Cidade de Lisboa. Essa operação de vistoria tinha sido desenvolvida através da Direcção Municipal de Gestão Urbanística com outras entidades de grande envergadura, nomeadamente a Inspeção-Geral do Trabalho, o Instituto Para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, a Polícia Municipal e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. -----

----- Finalmente, nessa área, destacava a criação do Comissariado da Baixa-Chiado, para o qual tinham sido convidadas personalidades de reconhecido mérito e competência, como o Prof. Augusto Mateus, como o Dr. Elísio Summavielle, a Prof<sup>a</sup>. Raquel Henriques da Silva, o Arqt<sup>o</sup>. Manuel Salgado, a Dr<sup>a</sup>. Celeste Hagatong e o Eng<sup>o</sup>. Miguel Anacoreta Correia. A Senhora Vereadora Maria José Nogueira Pinto estava muito ligada a esse Comissariado e com ele queria-se dar uma nota do empenho que, para além das outras prioridades que indicara, nomeadamente a reabilitação de bairros importantes onde era preciso intervir, afirmar a centralidade da Baixa como um elemento importante da capitalidade da Cidade de Lisboa, do seu património histórico, arquitectónico e cultural e visando promover, de uma vez por todas, uma estratégia que seria apresentada num prazo de seis meses pelo Comissariado para, precisamente, a revitalização da Baixa Pombalina. -----

----- Na área da mobilidade destacava a aprovação em Câmara de duas propostas muito importantes. Uma de um protocolo de cooperação entre a Câmara, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e a Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra, que tinha sido aprovado por unanimidade e que visava identificar as zonas de acidentes acumulados, os chamados “pontos negros” da cidade, identificando igualmente os comportamentos de risco, quer dos automobilistas, quer dos peões. Outra proposta fora a adesão do Município de Lisboa à Prevenção Rodoviária Portuguesa, que não tinha sido por unanimidade mas com uma larga maioria e que teria a maior importância para as questões da segurança rodoviária na Cidade de Lisboa. -----

----- Tinha sido feito o condicionamento de trânsito na Rua dos Condes e na Rua das Portas de Santo Antão, na Baixa de Lisboa, sendo apenas permitido o acesso pedonal. Aliás, esse condicionamento vinha na sequência de um pedido subscrito em Novembro último por uma parte de artistas de teatro e comerciantes da zona. Faltava agora fazer o pavimento diferenciado para melhor identificar uma zona de acesso restrito a viaturas de serviço público e táxis. -----

----- No âmbito da Cultura havia uma notícia que se sobrepunha às outras e que fora a reabertura do Teatro Maria Matos, feita no dia 27 de Março, Dia Mundial do Teatro. Depois de um período de encerramento, o Teatro Maria Matos reabriria, tendo aceite o desafio para a sua direcção artística o actor Diogo Infante, apostando numa diversidade de oferta que tenderia a alargar os públicos tradicionais do teatro. Supunha que esse desafio estivesse a ser bem conseguido. Tinha estado na festa de reabertura, extremamente bonita e que evocara todo o passado do Teatro, desde que fora feito, e merecia seguramente o valor do investimento, na ordem dos três milhões de euros, que contemplara toda a remodelação da sala e dos bastidores e que todos os meios de comunicação vinham elogiando bastante o sucesso que rodeava o renascimento do Teatro Maria Matos. -----

----- Também se estava a olhar para o Parque Mayer em termos do relançamento do projecto. O estudo preliminar tinha sido feito pelo Arqtº. Frank Ghery e estava-se agora em vias de reformular as premissas do projecto, nomeadamente contemplando a condicionante resultante do facto do Teatro Capitólio estar classificado. Queria-se relançar o projecto o mais brevemente possível e entregar ao Arqtº. Frank Ghery também a arquitectura dos edifícios. -----

----- Uma vez que o espaço estava agora à responsabilidade da Câmara, e enquanto não vinham as obras do novo projecto, havia a obrigação de começar a tomar algumas medidas para a sua animação. Já neste Verão haveria iniciativas no Parque Mayer, com vista à sua animação, sendo o recinto disponibilizado para a realização das Festas da Cidade, com música e espectáculos ao ar livre e já havia contactos para dar alguma animação ao próprio Teatro ABC e ao Teatro Variedades. -----

----- O Dr. Francisco José Viegas tinha aceite o convite para a direcção da Casa Fernando Pessoa e fora já apresentado o programa de actividades para o ano 2006, em que a prioridade era dada ao contacto sistemático com as escolas e as instituições de ensino superior, de modo a apelar ao público mais jovem, que encontrava na Casa Fernando Pessoa um local por excelência de leitura, designadamente através da sua biblioteca de poesia. -----

----- Ainda no âmbito da Cultura, uma nota final para destacar a 26ª edição da ModaLisboa, que decorrera entre 9 e 12 de Março. -----

----- Área sempre importante e prioritária na acção governativa da cidade era a Acção Social e Escolar e nesse domínio destacava, em primeiro lugar, a inauguração do Centro de Inovação Comunitária na Alta de Lisboa, no passado dia 4 de Março. Tinha sido feita com o apoio da Fundação Aga Khan e dispunha de duas lojas, próximas uma da outra, uma de acolhimento aos moradores onde esses poderiam colocar questões e receber informações, outra que albergava um espaço digital apoiado por uma empresa particular de informática, onde se disponibilizavam computadores e Internet, para além de formação e ferramentas informáticas de apoio a pequenos empresários que quisessem criar o seu negócio no âmbito do Programa de Apoio às Microempresas. -----

----- Por outro lado, o lançamento do projecto do futuro Gabinete “A Brincar”, situado no bairro da Liberdade, um espaço lúdico-pedagógico para os mais novos e que iria

funcionar também como gabinete de informação no respeitante às problemáticas das crianças e jovens em risco. -----

----- No sector do Ambiente também tinha havido diversas iniciativas a realçar. Desde logo, no dia 21 de Março, Dia Mundial da Árvore, a assinatura de um acordo com uma associação nacional chamada “Raríssimas”, que apoiava pessoas e famílias com deficiências mentais e raras, pretendendo-se com o protocolo que as pessoas associadas a essas doenças raríssimas desenvolvessem em parceria com a Câmara um projecto de identificação e sinalética do património arbóreo classificado da capital, através da produção de materiais e de imagens simbólicas, associando as preocupações em torno das doenças raras à importância das árvores classificadas de Lisboa, também elas raras.

----- Outras actividades no Dia Mundial da Árvore: por exemplo fora feita uma doação de 100 árvores à Câmara por uma companhia de seguros; a participação de quase 500 crianças no Parque de Monsanto; a realização do jogo “árvores de Lisboa” no Terreiro do Paço, através da participação dos mais pequenos na criação de 10 árvores em tamanho real. -----

----- Tinha havido também a celebração do Dia Mundial da Água, no passado dia 22 de Março, tendo sido lançada uma campanha de sensibilização, “A Água não se fabrica”, visando promover o uso eficiente da água, a criação de novos hábitos de consumo e ensinar a evitar os desperdícios, justamente na linha das preocupações subscritas hoje a propósito de uma moção sobre o uso eficiente e racional desse recurso valiosíssimo. ----

----- Fora apresentada a divulgação dos resultados de um programa, o “GOTAR”, um sistema inovador de gestão racional de água para rega, a funcionar já em diversos parques da Cidade de Lisboa e que ainda se iria estender a muitos outros espaços durante o ano de 2006. Esse sistema tinha a vantagem de reduzir para metade o consumo de água, fazendo o aproveitamento de águas residuais tratadas para rega e lavagens, poupando energia, reduzindo a afectação de recursos humanos às operações de rega e controlando as rupturas automaticamente. Era um sistema que apelava ao uso das novas tecnologias e que já estava neste momento a dar resultados muito significativos de poupança de água. -----

----- Destacava ainda algo que lhe era extremamente caro e que já levava algum tempo a ser preparado e que na Cidade de Lisboa não existia desde 1941, desde o plano de esgotos do Eng<sup>o</sup>. Arantes de Oliveira, que era o início do Plano de Drenagem da Cidade de Lisboa. Tinha-se efectuado a cerimónia da entrega desse trabalho, no dia 2 de Fevereiro, e brevemente haveria, passados quase 70 anos, um novo Plano de Drenagem da Cidade de Lisboa, que, se não era exigido em termos de PDM, parecia-lhe fundamental para acautelar uma série de situações de infra-estruturas de saneamento, de cheias e de planeamento do subsolo da Cidade de Lisboa. -----

----- Ainda na área do Ambiente, foram feitas acções de reflorestação muito significativas, como por exemplo a plantação de 2300 sobreiros na Encosta do Calhau, em Monsanto, no dia 28 de Março, e ainda o início da plantação de 300 árvores, choupos, no Vale do Silêncio, no dia 9 de Março. -----

----- Finalmente, também importante, tinha sido criado o jornal electrónico sobre ambiente, o *e-polen*, com uma periodicidade mensal e dirigido a todos os munícipes,

estabelecimentos de ensino, organizações não governamentais na área do ambiente e toda comunidade em geral, procurando também recolher sugestões, contributos e ideias dessa mesma comunidade. -----

----- Em relação à Juventude, merecia especial destaque a 16ª Semana da Juventude, entre 24 e 31 de Março, que movimentou mais de 5000 jovens em mais de 100 iniciativas distintas. Havia também um enorme afluxo ao autocarro multimédia da Câmara, recebendo em média 1200 visitantes por mês. -----

----- Fora anunciada a primeira república municipal para estudantes. Era um projecto-piloto, situado junto à Rua de São Bento, na Rua Nova da Piedade, e que teria capacidade para 14 residentes, com conclusão e abertura prevista para finais deste, início do próximo ano lectivo. O objectivo era construir, tão breve quanto possível, uma república municipal para estudantes em cada bairro histórico nos próximos anos. -----

----- Mais importante em termos quantitativos era a iniciativa de se proceder à construção de duas novas residências universitárias, que iriam ficar englobadas no projecto da EPUL para Entrecampos, na Av. das Forças Armadas, onde ocupariam o chamado lote 1 com uma área de 11 mil m2, disponibilizando perto de 200 quartos duplos e um total de 392 camas. Os residentes teriam à sua disposição 130 lugares de estacionamento. -----

----- Novos espaços de estudo tinham sido preparados e divulgados na Semana da Juventude. Um seria exactamente na Av. de Roma, no C.C. Aqua Roma, dirigido não só aos estudantes universitários, mas também aos estudantes do ensino secundário. Um outro funcionaria em horário alargado e estava previsto para o chamado edifício do Caleidoscópio, no Jardim do Campo Grande, ficando integrado num Espaço Jovem da Câmara que estava aí a ser planeado. -----

----- Por último, uma nota sempre importante da actividade da Câmara no âmbito da cooperação internacional, devendo realçar aí o trabalho que vinha sendo feito com grande profissionalismo e mérito por parte da UCCLA junto dos países de expressão portuguesa, fruto de uma aposta que era continuada pelo actual Executivo de cooperação profícua com essas irmãs. Desde logo a abertura de uma escola em São Tomé e Príncipe, no chamado Bairro Riboque, uma escola moderna e funcional em qualquer lado do mundo, com uma área coberta de 800 m2, com um pequeno núcleo para crianças dos 0 aos 3 anos, outro até aos 6 anos e mais 4 salas de aula para o ensino básico, da 1ª à 4ª classe. O projecto fora feito com técnicos da Câmara a trabalhar na UCCLA e queria deixar o registo e louvor a todas as pessoas que estiveram associadas ao projecto e execução dessa obra, uma daquelas coisas que marcavam seguramente e reforçavam muito os laços de amizade e cooperação com São Tomé e Príncipe. -----

----- Por ocasião da visita do Prefeito do Rio de Janeiro à Cidade de Lisboa, tinha havido a assinatura de um protocolo de cooperação envolvendo as áreas da reabilitação urbana, da cultura e da acção social, tendo como objectivo reforçar os laços de amizade e solidariedade entre as duas cidades, promover o desenvolvimento conjunto e fomentar o intercâmbio e a troca de experiências administrativas, aliás, à semelhança do que tinha sido feito anteriormente com o Prefeito de Curitiba. Todos tinham a ganhar uns com os outros no intercâmbio dessas experiências comuns. -----

----- Uma nota também para a presença do Secretário-Geral Ibero-Americano, Enrique Iglesias, por ocasião da realização da Conferência sobre a Secretaria-Geral Ibero-Americana e o desenvolvimento das relações de Portugal e Espanha com a América Latina, feita em 9 de Fevereiro e que se destinou a aprofundar justamente os laços da Comunidade Ibero-Americana. De destacar o papel crescente que vinha sendo desenvolvido pela Casa da América Latina na actividade cultural e de reforço dos laços da Comunidade Ibero-Americana. -----

----- Como notas finais e não menos importantes, algumas iniciativas não poderiam passar sem um pequeno destaque. Desde logo a tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança, no passado dia 30 de Março, que visava justamente retomar com alguma frequência um reflectir e um propor de iniciativas e, de forma preventiva, medidas ou acções que visassem questões ainda não, felizmente, na primeira linha das preocupações, mas sempre presentes e sempre objecto de prioridade e de preocupação, como as questões da criminalidade, da marginalidade, ou mesmo da exclusão social, muitas vezes ela própria indutora de situações de risco. -----

----- Tinha sido dada nota pública do anúncio do crescimento do turismo na região de Lisboa em 2005. Com satisfação registava-se esse facto, da maior importância para uma cidade que se queria cada vez mais cosmopolita, competitiva e bem vista em termos internacionais como procura de destino turístico. Vinha a crescer o turismo normal, como turismo de fim-de-semana, de cruzeiros, ou turismo de negócios. -----

----- De referir a tomada de posse dos novos Directores Municipais, no passado dia 7 de Fevereiro. Merecia destaque pelo trabalho notável que todos eles, estes e os outros, tinham vindo a fazer com os serviços da Câmara. Só quem lidava com eles sabia o esforço enorme e a dedicação com que se entregavam a essa tarefa de dirigir vários serviços da Câmara de Lisboa. -----

----- Por último, uma nota que registava com agrado, que tinha sido a entrega de certificados a 85 funcionários da Câmara pelo Projecto de Educação e Formação de Adultos, no passado dia 7 de Fevereiro. Sentia uma satisfação grande, era uma aposta que se devia continuar e intensificar e a Senhora Vereadora dos Recursos Humanos e o Senhor Director Municipal estavam muito empenhados em fomentar essas iniciativas de educação e formação de adultos. Valorizar os recursos humanos da Câmara, entre outras medidas, era seguramente o caminho da sustentabilidade da cidade, por se ter uma Câmara mais forte para servir melhor a cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que o figurino da Informação Escrita não dignificava a própria Assembleia Municipal e era um grande desperdício de tempo que poderia ser aproveitado para se fazer um debate sobre a actividade política da Câmara, onde o senhor Presidente realçaria as prioridades que tivesse para o período e podia-se reflectir sobre os mesmos. Parecia-lhe, aliás, e estava à espera de uma explicação sobre essa matéria, porque fora insinuado no bom sentido numa intervenção de que, por exemplo, se podia discutir o papel dos provedores de bairro, se seria para substituir os presidentes de junta de freguesia, se era para diminuir o seu papel, se era para ser um complemento, o que iriam fazer e quais as

competências. Aliás, hoje tinham rejeitado parte de uma moção apresentada pelo PS, visando esclarecer o que se pretendia sobre essa matéria. -----

----- O debate da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara podia ser uma coisa muito viva, muito útil para todos, e estava resumido a um enorme livro onde se ficava a saber que, no período em questão, o Padrão dos Descobrimentos tinha recebido 12.399 visitantes, ou que a Câmara apresentara o equipamento da selecção nacional de futebol, ou que foram atribuídos 52 telemóveis. Parecia-lhe que era a altura de se mudar esse figurino, porque não era o essencial para se debater e era um desperdício, podendo esse tempo ser aproveitado para um debate sobre as políticas da cidade e sobre aquilo que o Senhor Presidente da Câmara elegeisse como prioridade para os próximos tempos. Parecia-lhe que isso sim, seria importante e determinante. -----

----- O Senhor Presidente dedicava algumas linhas da Informação à reabilitação urbana e ainda bem que tinha essa preocupação, mas gostaria de recordar que, do Relatório de Gestão e Demonstração Financeira, a taxa de execução sobre essa matéria no último mandato fora apenas de 47%. Portanto, nessa matéria a Câmara não tinha grandes pergaminhos, antes pelo contrário e, portanto, era bom que se fizesse mais e melhor, porque até aqui era muito insatisfatório o que se tinha feito. Aliás, a própria taxa de execução no Plano de Actividades fora de 64%, o que de facto não era também satisfatório. -----

----- Dedicava-se também umas linhas à mobilidade, com compromissos que a Câmara agora assumira, e que achava muito bem, mas a verdade era que em termos práticos, naquilo que dizia respeito ao estacionamento na Cidade de Lisboa, a situação estava completamente caótica e a piorar de dia para dia. O que era importante era ver-se a Câmara a tomar algumas medidas de emergência e podia dar um exemplo muito concreto: na Rua de São Bento estava uma obra cujo espaço ocupava uma parte da rua, era inevitável, estava protegida e até se tinha feito uma passadeira pintada a amarelo para os peões poderem atravessar em segurança para o outro lado do passeio, só que o outro lado do passeio estava ocupado por automóveis. Portanto, o peão tinha que passar pelo meio da rua e se fosse um idoso, ou alguém com deficiência, pior ainda. -----

----- A mobilidade piorava na Cidade de Lisboa e era importante haver uma reflexão sobre como se podia ajudar a resolver essas coisas que tinham a ver com o dia a dia do cidadão. Era muito mais importante uma informação sobre essa matéria e um debate do que saber-se que se realizaram 29 festas de aniversário com um total de 519 participantes no Museu da Marioneta. Passasse a expressão, era redundante, para não dizer que era ridículo, com todo o respeito pela Informação apresentada. -----

----- Quanto ao Parque Mayer, havia também qualquer coisa de enigmático naquilo que estava escrito. “Dinamização deste espaço até que seja iniciada a intervenção definitiva, de acordo com o projecto do Arqtº. Frank Ghery, até lá vamos fazer as Festas da Cidade”. Talvez fosse importante discutir-se o projecto para o Parque Mayer, agora havia uma maioria renovada e podia discutir-se isso, se eram três teatros ou não. Sabia-se que o PP, por exemplo, durante a campanha eleitoral tinha tido uma posição divergente sobre essa matéria. Um debate sobre essa matéria no âmbito da Informação Escrita do Presidente poderia ser importante e esclarecedor para todos. -----



----- Qualidade do espaço público, nem uma linha sobre essa matéria, mas ele estava cada vez mais deteriorado na Cidade de Lisboa. -----

----- Era esse tipo de coisas que seria importante debater-se e não ficar a saber que foram realizadas 52 visitas guiadas, num total de 1506 visitantes, a 32 *ateliers* de marionetas. Isso não fazia sentido, era até um desperdício de papel para a Câmara Municipal de Lisboa e talvez uma grande reforma, que era um pequeno gesto simbólico, que era acabar com esse tipo de coisas e ter o período da Informação Escrita do Presidente como um período mais vivo, de reflexão sobre as diversas políticas sectoriais da Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que lera com a atenção que sempre merecia a Informação Escrita do Senhor Presidente à Assembleia. Era mais succulenta do que as anteriores, mas deixava algumas grandes interrogações. --

----- A primeira era pensar-se que surpresas reservaria o Plano Director que estava para vir. Temia que daí a uns meses se estivesse submerso por milhares de folhas escritas, centenas de desenhos, dezenas de estudos, que teriam que ser estudados de afogadilho e ainda na ânsia de os aprovar sem participação na sua feitura. -----

----- No edifício democrático em que estavam inseridos, competiria ao órgão deliberativo, a Assembleia Municipal, definir e colocar perante os concidadãos a cidade que se queria a partir da cidade que se tinha e competiria ao Executivo fabricar os instrumentos que assegurassem essa mudança. Não era isso que se passava e estava-se num vazio de informações e, ainda mais gravoso, estava-se num vazio de participação. Se os tempos fossem outros dir-se-ia que o Plano Director estava a ser feito nas costas do povo. -----

----- Havia uma questão, alicerçada na experiência havida na Assembleia aquando da aprovação do actual Plano Director, que preocupava sobejamente. Primeiro o hermetismo de algumas peças fundamentais do Plano Director, como o Regulamento. Usando uma linguagem chão, era uma chatice a sua leitura. -----

----- Outra questão, essa mais grave, era o deslaçar e por vezes a incompatibilidade e até o antagonismo existente entre os estudos analíticos, normalmente de grande qualidade, e a prática urbanista levada a efeito pelo Executivo e passava a tentar demonstrar: na apresentação feita do estudo sobre o desenvolvimento económico da cidade, o Prof. Augusto Mateus lamentara que o tecido produtivo da cidade desaparecesse e fosse sistematicamente substituído por habitação, na maior parte das vezes por condomínios fechados e privados, configurando justamente a anti-cidade. Isso a arripio de uma corrente de pensamento actual no campo da arquitectura e do urbanismo, a chamada arquitectura de reutilização, em que a Cidade de Lisboa era pioneira e mestre, pois já se transformara conventos em hospitais, em quartéis, em museus, escolas, academias de belas artes e de ciências, num Parlamento, num Palácio Presidencial e, depois de ter sido uma fábrica de bolachas, o Convento do Beato era hoje um centro cultural, assim como a vivificação do Convento das Bernardas era uma coisa digna de se ver. -----

----- Tinha razão de ser a angústia de se ver, não um urbanismo de reutilização, mas sim uma arquitectura de bota-abaixo e de encher de habitação. A cidade corria o risco de

ver migrar para a periferia as actividades produtoras de riqueza e tornar-se uma cidade dormitório, mesmo que fosse um dormitório de luxo. Quando houvesse uma única função num tecido, a cidade estiolava. O trabalho e o equipamento tinham que fazer parte da mistura. -----

----- Estava-se em risco de cair naquilo que os urbanistas americanos chamavam, em calão, o efeito *donuts*, aquele bolo com um vazio no meio e toda a massa em volta. A Cidade de Lisboa não podia continuar na política de afastar os elementos produtores de riqueza e substituí-los só por habitação, sendo que elementos produtores de riqueza não era indústria pesada, podia ser uma universidade ou um hospital. -----

----- Na presente sessão seria discutida a destruição de um conjunto fabril na Av. Infante D. Henrique, a substituir por uma ocupação predominantemente habitacional. Aliás, era um edifício valiosíssimo, do qual, hipocritamente, se mantinha a fachada. Isso numa zona que estava a ser planeada e que mostrava uma grande dinâmica de desenvolvimento, precisamente de aplicação daquele conceito de arquitectura de reutilização. -----

----- Pediu que o acompanhassem numa rápida viagem pela Segunda Circular e pela Infante D. Henrique. Onde havia uma fábrica de lapidação de diamantes estava hoje a RTP, benéfica para a cidade, e ao lado a Feira do Relógio, um fenómeno extraordinário da cidade. Mais abaixo, as instalações de um laboratório farmacêutico eram hoje uma universidade. Onde havia uma fábrica de pregos e parafusos estava hoje um centro de distribuição dos correios, utilíssimo para a cidade. No cruzamento das duas vias, uma multinacional da reprografia fazia um edifício moderno, próximo estaria o Hospital de Todos os Santos. Era uma zona viva e que se temia que viesse a desaparecer, pelo bombardeamento da habitação. -----

----- Lia sempre com interesse as Informações Escritas, mas elas tinham sido por enquanto leituras pouco tranquilizantes e sim perturbantes. -----

----- **O Deputado Municipal João Bau (BE)**, no uso da palavra, disse que tinha ouvido com toda a atenção o Senhor Presidente da Câmara e lera com toda a atenção a Informação, mas havia dois temas muito importantes que o BE não via tratados e que queria trazer à Assembleia, no sentido de obter esclarecimentos que, no seu entender, a cidade teria que ter. Percebia que não fossem temas simpáticos para o Executivo, mas a democracia era isso mesmo e a Assembleia tinha exactamente por função a fiscalização da actividade do Executivo. -----

----- O primeiro tema referia-se à rede de esgotos. Eram questões que já colocara aquando da última Informação Escrita do Senhor Presidente e que não foram respondidas, pelo que insistiria até que a cidade tivesse uma resposta. O Senhor Presidente dera conta de que foram iniciados os trabalhos para a execução de um Plano de Drenagem, o que era uma boa notícia, mas havia obras cuja realização era urgente e que não careciam de nenhum plano. Referia-se especificamente ao interceptor de esgotos entre o Cais do Sodré e a Bica do Sapato. Uma percentagem muito importante dos esgotos de Lisboa continuava hoje em dia a ser rejeitada no Tejo sem qualquer espécie de tratamento. Perguntou ao Senhor Presidente quando isso acabaria, quando pensava que estariam a ser iniciadas obras e quando terminariam. -----

----- A mesma coisa em relação ao completamento e modernização da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Alcântara. -----

----- Já agora, saber se neste momento haveria fundos comunitários disponíveis para a realização dessas obras, porque havia quando um concurso para o completamento da ETAR de Alcântara foi encerrado por intervenção do, na altura, Senhor Vereador Carmona Rodrigues. -----

----- Também gostaria de ter informação sobre a situação financeira da SIMTEJO, empresa participada pela Câmara de Lisboa e na qual, aliás, tinha um elemento no Conselho de Administração. Saber qual a situação das dívidas da Câmara de Lisboa à SIMTEJO. -----

----- Outra questão que queria lançar, sabia que era um tema incómodo, que fazia doer á maioria, mas que era imperioso que fosse respondido e referia-se mais uma vez ao Túnel do Marquês de Pombal. O Deputado Municipal Saldanha Serra dizia que era a obra muito falada e, portanto, todos os esclarecimentos eram dados. O Senhor Vereador Pedro Feist dizia que as obras decorriam em perfeita harmonia. No entanto, gostaria de saber melhor como estariam a decorrer essas obras, porque tinha a informação de que houvera uma suspensão temporária dos trabalhos de colocação da cortina de estacaria. Perguntou se estaria o Executivo em condições de confirmar ou infirmar essa suspensão temporária, porque teria ocorrido e que medidas foram tomadas para evitar que situações que estivessem na base dessa interrupção voltassem a ocorrer. -----

----- Voltava a insistir para que fosse fornecida informação sobre a data prevista para a conclusão dos trabalhos que coubessem à Câmara e que fosse fornecida também informação sobre a data de início dos trabalhos e de fim dos trabalhos correspondentes ao metro e sobre quem iria financiar as obras do metro, se esse financiamento estava garantido. -----

----- O Túnel do Marquês de Pombal era uma obra com um perfil que, do ponto de vista da segurança rodoviária, levantava muita preocupação e a pergunta que fazia era se o projecto de segurança rodoviária do túnel estava concluído e, caso estivesse, se havia intenção do Executivo em submetê-lo a parecer do LNEC. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que queria, em primeiro lugar, deixar expressa a congratulação pela aprovação dos projectos de reconversão dos bairros da Boavista e Padre Cruz, bem como com a reabilitação do Bairro da Liberdade, pois tinham em vista o realojamento de cerca de 2350 famílias. -----

----- Talvez o mesmo já não pudesse dizer das denominadas obras de reabilitação, visto algumas se encontrarem inexplicavelmente paradas, como na Rua da Madalena, enquanto outras, apesar de anunciadas, nem sequer foram iniciadas. Era o caso de dois edifícios pombalinos que permaneciam totalmente desventrados, um na Rua de São Julião, nºs 47 a 57, onde nascera o actor Chaby Pinheiro, outro situado na esquina da Rua da Madalena, nºs 33 a 39, com a Rua do Comércio, nºs 1 a 13, onde o telhado e todo o seu interior havia desabado cerca de três anos antes. Perguntou se ambos iriam continuar entaipados. -----

----- Tendo em consideração que a Baixa de Lisboa havia formalizado a sua candidatura na Comissão Nacional da UNESCO, em 27 de Dezembro de 2004, perguntou como seria possível manter-se o estado de degradação em que se encontravam alguns desses edifícios pombalinos. Talvez fosse um caso de estudo prioritário a inserir no programa do recém-criado Comissariado Para a Baixa-Chiado. -----

----- Quanto ao anunciado condicionamento de trânsito e pedonalização complementar, talvez não se compreendesse porque não era feito, em alternativa, um projecto estruturado sobre circulação e mobilidade para cada freguesia de Lisboa, que devolvesse a cidade à circulação pedonal e ciclável, ao convívio dos cidadãos e que incluísse, por isso, a revitalização das actividades comerciais e culturais. Por uma tal iniciativa, as associações de turismo, de comerciantes ou culturais, ou em particular os fregueses e os próprios lojistas, muito teriam a agradecer ao Município. -----

----- Na área da Cultura, poder-se-ia também rejubilar com a reabertura do Teatro Maria Matos, mas perguntou o que dizer da situação dos antigos cinemas Paris ou Europa, ou mesmo da reabilitação do São Jorge, que chegara, ainda no início do corrente ano, a ter anunciada a realização do “Festival Indi”. -----

----- Perguntou qual a razão de se querer encerrar parcialmente os serviços da Videoteca, ou da Biblioteca-Museu República e Resistência, e o que se passaria com a Biblioteca Municipal Maria Keil, sita na Alta do Lumiar, que se pretendia que fosse um local de estudo, de encontro e de lazer, numa zona tão carenciada, com uma missão educativa, cultural e social, no sentido de se obter uma participação real e efectiva dos seus utilizadores em actividades de extensão cultural e de animação e visando incentivar o gosto pelo livro e pela leitura. Perguntou porque permanecia há tanto tempo encerrada. -----

----- Eram exemplos de uma verdadeira pobreza cultural da actual Vereação. -----

----- Quanto aos equipamentos infantis, também não se compreendia que alguns bebedouros continuassem encerrados desde a sua inauguração, ou que alguns moradores tivessem requerido, por exemplo, pela linha do município da Câmara, a reparação dos equipamentos danificados no parque infantil, em frente aos n.ºs 20, 22 e 24 da Av. dos Estados Unidos da América e que a solução continuasse a arrastar-se desde o ano passado. -----

----- Finalmente, no que se referia à política ambiental, na Informação Escrita do Senhor Presidente vinha referido um estudo prévio sobre o quarteirão Mahatma Gandhi, os Viveiros São Cristóvão da Câmara Municipal de Lisboa e Quinta de Nossa Senhora da Paz. Gostaria de saber o objectivo concreto e o alcance programático desse estudo, que talvez surgisse na sequência de uma recomendação apresentada pelos Verdes e aprovada por unanimidade em 20 de Dezembro último. -----

----- **O Deputado Municipal João Mesquita (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São José, no uso da palavra, disse que queria apenas falar de um ponto da Informação Escrita do Senhor Presidente, em que mais uma vez o PS levava tudo para a grande discussão. Enquanto Presidente de Junta vinha acompanhando o trabalho feito no Parque Mayer, na tentativa de devolver o Parque Mayer à cidade, e não se podia esconder esse trabalho feito, onde se vinham envolvendo os comerciantes, a Vereação

da Cultura e toda uma comunidade à volta do que ia acontecer nas Festas da Cidade. Não se podia esconder isso atrás de uma grande discussão que se queria fazer sobre o futuro, que sem dúvida nenhuma tinha que se discutir o futuro do Parque Mayer, mas não se podia vir dizer que era prioritário ao que se estava a fazer. -----

----- O Deputado Municipal Miguel Coelho tinha que ter algum cuidado e, quando dizia que era muito papel, se calhar faltava algum papel. Se calhar, o Senhor Presidente devia ter explicado mais o que estava a ser feito para devolver o Parque Mayer à cidade. A Câmara estava de parabéns pelo envolvimento que tinha conseguido e o cuidado que tinha conseguido, envolvendo inclusivamente todos os comerciantes e todos os habitantes daquela área para que o Parque Mayer fosse uma realidade na cidade. -----

----- A Informação Escrita do Presidente era o que se estava a fazer no imediato. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, no uso da palavra, começou por dizer que no período em que se discutia o trabalho desenvolvido pela Câmara tinha duas pequenas grandes questões a colocar ao Senhor Presidente da Câmara: -----

----- Na página 6 dizia-se que “também foi digno de registo o Dia Internacional da Mulher”, continuando o parágrafo a falar do “trabalho feito por 245 equipas de rua que deram o apoio e mantêm esse apoio a cerca de 100 mulheres que recorriam à prostituição como forma de vida”. A pergunta que fazia era se tinham sido mesmo 245 equipas de rua e, se era para apoiar as 100 mulheres que se prostituíam, perguntava o que era feito do resto do trabalho. Sabia que era um trabalho difícil, mas perguntava o que teria acontecido depois, se essas 245 equipas de rua continuavam a trabalhar e em que áreas da cidade, para se poder ter conhecimento do trabalho que continuavam a desenvolver para as mulheres que, prostituindo-se, queriam deixar a prostituição e que precisavam de ajuda. -----

----- Queria também perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se, com o lançamento do livro “Quem Levou o Meu Ser”, importante trabalho das Irmãs Oblatas, se não considerava que fora um pouco de menos esse trabalho para a Câmara da Capital do País comemorar o Dia Internacional da Mulher, em que se falava das mulheres que recuperaram e conseguiram votar, conseguiram tornar-se independentes, que queriam a dignificação da sua pessoa enquanto pessoa e enquanto mulher. No entanto, o que a perturbava eram as 245 equipas de rua. -----

----- Depois, na página 159 estava uma menção ao Centro de Saúde da Charneca/Ameixoeira e, pasme-se, parecia que a ARS de Lisboa e Vale do Tejo não tinha dinheiro para construir o Centro de Saúde. Já ouvia falar nisso havia uns anos e nos dois últimos mandatos até tinha havido reunião com o Presidente da ARS e com a equipa. Dizia-se que “está a ser estudada uma hipótese da construção deste equipamento pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa” e a pergunta que fazia era, se a Santa Casa da Misericórdia ia construir, quem iria gerir o Centro de Saúde, se o Ministério da Saúde, ou a ARS de Lisboa e Vale do Tejo. Aquela população tinha o direito à saúde, ao que estava consignado na Constituição e, portanto, era bom saber quem iria ser responsável pela saúde da população da Charneca/Ameixoeira. -----

----- Primeiro não havia dinheiro para pagar o terreno, pelos vistos a Câmara cedia o terreno e agora não havia dinheiro para construir. Era demasiado e aquela população,

um dia, revoltava-se e bem, porque já se tinham construído polidesportivos e outros equipamentos e a população da Charneca/Ameixoeira continuava à espera do Centro de Saúde. -----

----- Havia uma questão que não tinha a ver com a Informação Escrita, mas não deixava de questionar o Senhor Presidente. Quando se candidatara, na medida 135 do seu programa dizia que ia avançar e a Câmara construiria o centro de apoio a mulheres grávidas vítimas de violência. Se não tivesse dúvidas, achava que o Senhor Presidente estava a ir pelo bom caminho, mas agora perguntava onde estaria o centro de apoio a mulheres grávidas vítimas de violência, se seria construído na Quinta das Flores ou no Vale Formoso. -----

----- Tinha-se falado sobre o Projecto Alcantara e alguém criticara o ex-Presidente da Câmara, Dr. João Soares. Todas e todos sabiam, os que estavam agora e os que estiveram antes, que tinha sido crítica à gestão da maioria de esquerda quando achava que devia ser crítica. Também era crítica à actual gestão, mas quando faziam alguma coisa bem vinha dizê-lo, apoiava e aplaudia. Ora, ainda bem que estavam a pagar algumas dívidas, porque se não fosse assim o Casal Ventoso continuava como estava, a população não tinha recuperado como recuperaram muitos daqueles jovens que recorriam à prostituição e que estavam ligados ao mundo da droga. Ainda bem que tinham essa dívida, ainda bem que o Dr. João Soares tinha deixado essa dívida. No entanto, lamentava que ninguém da maioria tivesse defendido a figura do então Presidente, que por muitos erros que tivesse cometido, tinha feito muito bom trabalho e este era um daqueles que tinha aplaudido. -----

----- **O Deputado Municipal João Saraiva (PCP)**, no uso da palavra, disse que o Senhor Presidente da Câmara não deixaria de subscrever a afirmação de que “a actividade de um município não se esgota na estrita execução das suas atribuições e competências” e que o mesmo entendimento deveria envolver a representatividade que ao Presidente cabia relativamente à Câmara Municipal, nomeadamente quando se tratava de defender direitos e condições de qualidade de vida dos munícipes. Era nesse sentido que gostaria de colocar uma questão: -----

----- Embora não conhecesse nenhuma posição do Senhor Presidente sobre o assunto, certamente que não estaria alheio às reformas anunciadas pelo Ministério da Saúde e que respeitavam à substituição e à deslocalização de equipamentos hospitalares na Cidade de Lisboa. Todos reconheciam a necessidade imperiosa de renovar e modernizar muitos desse equipamentos, contudo, ainda não vira expressa a garantia de que as futuras desactivações se concretizariam perante a existência efectiva de novas alternativas e que as soluções encontradas eram exclusivamente as exigidas pelo caminho da melhoria do serviço a prestar aos utentes e ao Serviço Nacional de Saúde e não o de mera criação de mais-valia nos terrenos ocupados pelos equipamentos a desactivar, ou de resposta a exclusivos interesses da intervenção privada no sector da saúde. -----

----- Eram questões que a todos deviam preocupar e que, infelizmente, não eram referidas na Informação Escrita. Por isso, perguntava que esforços já tinham sido

desenvolvidos, ou pensava desenvolver, no sentido de esclarecer e acautelar essa importante situação. -----

----- Por outro lado, mas ainda no mesmo sentido, tinha constatado a informação de que o Senhor Vereador da Educação visitara 12 agrupamentos de escolas. Não conseguira, contudo, colher qualquer referência que desse conta da polémica situação em que se encontrava o Liceu D. João de Castro e era por isso que a terminar deixava um pedido ao Senhor Presidente, de que expressasse o entendimento da Câmara sobre esse assunto. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, disse que a sua intervenção tinha apenas como objectivo apresentar uma sugestão ao Senhor Presidente da Câmara, no sentido de tornar a discussão, possivelmente, mais profícua para o Executivo da Câmara e também para os Deputados Municipais. Em segundo lugar, pronunciar-se sobre algumas notas que vinham na Informação Escrita e que algumas delas tinham sido referidas na intervenção do Senhor Presidente. -----

----- Começando pela sugestão, continuava a achar que o modelo da Informação Escrita servia de muito pouco para a discussão, porque aquilo que interessava sobretudo discutir e que era objecto da maior parte das intervenções eram as folhas iniciais, que traduziam o pensamento directo do Senhor Presidente da Câmara. O resto era informação, alguma dela relevante, mas redundante, dado que muita dessa informação podia estar disponível para os cidadãos *on-line* a partir da relação amigável que a Câmara estabelecesse com os cidadãos por via da Internet. Muitas dessas informações poderiam perfeitamente estar disponíveis dessa forma, evitando-se um acumular excessivo de informação, que acabava por ser, a seu ver, contraproducente. -----

----- O que sugeria ao Senhor Presidente da Câmara era que na Informação Escrita se fizesse uma memorização inicial daquilo que o Plano de Actividades aprovado no final do ano passado previa para cada uma das áreas de intervenção da Câmara e que a Informação Escrita fosse uma espécie de relatório de progresso, ou de não progresso, relativamente aos objectivos que foram definidos no Plano de Actividades para o ano corrente, no final do ano anterior. Talvez isso ajudasse, pelo menos aos Deputados Municipais, a saber se muitas das coisas que estavam feitas correspondiam ou não ao cumprimento de compromissos, ou de propostas, ou de ideias, apresentadas quer pelo Executivo, quer por grupos municipais, no ano anterior e que teriam ido inscritas ou não no Plano de Actividades e Orçamento para o ano seguinte. -----

----- Aquilo que propunha não se tratava de execução financeira, mas sim de acompanhar a Informação Escrita com uma espécie de memória-síntese do que a Câmara se propunha fazer para o ano em curso, relativamente a uma das suas principais áreas de actividade. -----

----- Quanto às acções que constituíam objecto da Informação Escrita, em primeiro lugar queria manifestar a oposição do Bloco de Esquerda relativamente a uma coisa que fora anunciada como um grande contributo para a cidade e que o BE duvidava da sua eficácia, sobretudo porque essa grande decisão anunciada para a cidade tinha sido feita sem nenhum balanço daquilo que já outras estruturas fizeram exactamente na mesma zona da cidade e, relativamente às quais, nunca tinha sido feito por esta Câmara

Municipal ou outra qualquer avaliação e balanço. Referia-se ao chamado Comissariado para a Baixa-Chiado, que constituía, a seu ver, o exemplo acabado daquilo que uma câmara municipal não era capaz de fazer por não ter ideias. Quando não tinha ideias, desatava a criar estruturas umas a seguir às outras, sem primeiro fazer o balanço de uma Comissão de Reabilitação do Chiado que tinha havido na sequência do incêndio, constituída pela Câmara Municipal, que tivera a participação de arquitectos e urbanistas de renome no País e relativamente à qual se tinha criado uma nova estrutura sem dizer o que essa Comissão tinha feito de bem ou de mal, o que a Câmara esperava que a Comissão fizesse e não tinha feito. -----

----- Mais, a Câmara estava a criar um Comissariado para a Baixa-Chiado numa zona em que criara uma Sociedade de Reabilitação Urbana, justamente para reabilitar a zona da Baixa-Chiado, e atropelando as competências que a própria Câmara teria definido Para a SRU. O BE já era contra as SRU, mas se achavam que a SRU da Baixa-Chiado não servia para nada, então que a extinguissem, acabassem com a SRU e devolvessem ao Comissariado para a Baixa-Chiado os poderes todos que tinham atribuído à própria SRU, que pelos vistos tinha sido criada apenas para, eventualmente, criar alguns empregos ditos de qualidade e arranjar umas manigâncias, regressando à palavra que já fora dita e que tinha sido considerada uma espécie de insulto, o que não achava. De facto parecia uma manigância a actividade de uma SRU que, no final de contas, não ia fazer rigorosamente nada, porque não estava a ver nenhum Presidente da SRU da Baixa-Chiado decidir qualquer coisa contra a opinião do Comissariado da Baixa-Chiado, com nomes tão distintos como os que já tinham sido anunciados. -----

----- O que a Sociedade de Reabilitação Urbana ia fazer era ficar à espera que o Comissariado da Baixa-Chiado fizesse aquilo que a Sociedade devia fazer, que era apresentar um plano de reabilitação e promover as acções de reabilitação urbana da Baixa-Chiado. Havia claramente um conflito de competências que resultava, o Senhor Presidente que desculpasse o que ia dizer, de uma falta de competência que estava a revelar nessa matéria. Se calhar estava mais preocupado em trabalhar para a opinião pública, naquele estilo que o Dr. Santana Lopes tinha e que, pelos vistos, teria deixado saudades em algumas pessoas. -----

----- Queria também dizer ao Senhor Presidente da Câmara que lhe parecia muito bem a Câmara preocupar-se em criar residências para jovens universitários, mas uma coisa era criar residências universitárias geridas pela Câmara e outra coisa era criar repúblicas municipais para estudantes universitários. Não sabia se o Senhor Presidente da Câmara alguma vez tinha feito parte de alguma república, mas uma das condições essenciais de uma república era poder ser autogerida pelos estudantes lá residentes. Perguntou se estaria a Câmara Municipal disposta a entregar a autogestão dessas repúblicas em cada um dos bairros históricos aos estudantes universitários que nelas iriam habitar. Parecia-lhe que não, que o Senhor Presidente da Câmara queria uma vez mais fazer aquela coisa que o Dr. Santana Lopes fazia bem, que era fazer de uma pequena coisa uma grande coisa, que depois de espremido dava muito pouco, como se sabia. -----

----- Finalmente, sobre a prevenção rodoviária, parecia-lhe que a Prevenção Rodoviária Portuguesa devia dar contrapartidas às pessoas e às entidades que se lhe associassem.



Quando uma câmara municipal, e fora essa a razão da abstenção do Vereador Sá Fernandes sobre essa matéria, se associava como entidade colectiva a uma instituição como a Prevenção Rodoviária Portuguesa devia procurar algumas contrapartidas. O acto de associação não devia ser um acto apenas para ajudar ao financiamento da Prevenção Rodoviária Portuguesa, devia ter contrapartidas e aqui o Senhor Presidente relevava o facto do Município de Lisboa ter aderido à PRP, mas não relevava o que se poderia esperar que a PRP fizesse para o Município de novo. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que gostaria de colocar algumas questões concretas ao Senhor Presidente da Câmara, a partir de uma visita de trabalho que eleitos do PCP tinham feito à Freguesia de Santa Maria de Belém: -----

----- No Largo do Galvão havia uma zona que devia ser jardim e estava completamente ao abandono, era mato; -----

----- Na Travessa de Santo António a Belém, muito próximo do Largo do Galvão, havia uma obra com um esgoto a céu aberto, já tinha quatro semanas, cujo cheiro brutal na rua se espalhava pela zona. Havia ratos e outros problemas para a população local e estava assim já havia demasiado tempo; -----

----- A Academia Dramática e Familiar de Pedrouços tinha obras no salão de espectáculos havia muito tempo, mas as obras estavam paradas e estava tudo a apodrecer. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Fernando Ribeiro Rosa, conhecia essa situação e também o Senhor Vereador da Cultura já lá estivera. Havia um empreiteiro que desaparecera, havia verbas envolvidas, inclusive da Câmara e da Junta de Freguesia, e convinha ajudar a direcção da colectividade a tomar medidas em relação a esses problemas. -----

----- O PCP tinha recebido uma delegação da QUERCUS, da Lisboa Verde, sobre a questão das touradas no Campo Pequeno. Era a Câmara que licenciava e teria uma palavra, mas havia questões que tinham sido colocadas à Câmara e, segundo informaram, essas associações não tinham ainda recebido resposta a uma proposta que tinham feito de contacto e questões que levantaram junto da Câmara Municipal. Convinha ouvir do Senhor Presidente alguma informação sobre esse assunto. -----

----- Finalmente, alguma preocupação quanto ao Museu República e Resistência. Era uma estrutura fundamental desde o 25 de Abril, desde que fora fundado pela Câmara Municipal de Lisboa tinha um papel importante e convinha assegurar que continuasse a funcionar, a bem da República e do 25 de Abril. -----

----- Nesta altura, o **Senhor Primeiro Secretário** deu conhecimento do resultado da eleição relativa aos Conselhos Gerais dos Hospitais Dona Estefânia, Júlio de Matos e Curry Cabral, que vinha decorrendo em paralelo com os trabalhos do Plenário, e que foram os seguintes: -----

----- Votantes: 97 -----

----- Votos a favor: 76 -----

----- Votos contra: 5 -----

----- Abstenções: 11 -----

----- Votos brancos: 4 -----

----- Votos nulos: 1 -----

----- Face ao resultado desta votação, proclamou eleitos os Deputados Municipais Maria Lopes Páscoa Baptista, para o Hospital Dona Estefânia; Joaquim Fernandes Marques, para o Hospital Júlio de Matos; e Maria Luísa Vicente Mendes, para o Hospital Curry Cabral. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra, disse que lera com atenção a Informação Escrita do Senhor Presidente e na sua Freguesia praticamente não existia nada, sendo uma Freguesia, em área, das maiores de Lisboa. Pouco ou nada aparecia e o que se dizia era que havia planos de pormenor. Era exactamente essa questão que queria levantar, que era o problema do urbanismo, em que havia muitas vezes discussão pública, como no caso do Plano de Santo Amaro, e depois não se sabia se as sugestões da Junta e dos moradores eram acolhidas ou não. Havia uma situação de consulta e depois era como se caísse num poço sem fundo, acabava por não se saber de nada. -----

----- Outra situação que o preocupava e que não via ser referida, ou melhor, o Senhor Presidente da Câmara dizia que estava em estudo mas a Junta nunca fora ouvida e era uma preocupação, era a chamada Via a Meia Encosta. A Via a Meia Encosta, como se sabia, já vinha do tempo do Dr. Jorge Sampaio, Dr. João Soares, por aí fora, uma via que virava ao Pólo Universitário da Ajuda e que ia “morrer” em Alcântara. Neste momento, por aquilo que sabia, alargando a Calçada da Tapada e obrigando o muro da Agronomia a recuar uns metros, passando a Calçada da Tapada a quatro vias, duas descendentes e duas ascendentes. Com uma escola primária, a Francisco Arruda, era de grande preocupação. -----

----- Mais, sabia como começava a Via a Meia Encosta, pelo menos era o que lhe vinham dizendo, mas ninguém sabia como iria acabar em Alcântara, porque ia ter à zona onde estava uma creche da Santa Casa da Misericórdia e ninguém sabia dizer se tinha ou não ligação à ponte, ou, vindo em quatro vias, como é que depois acabaria. Era uma preocupação da Junta, que nunca fora ouvida pela Câmara sobre isso. -----

----- O mesmo se passava com o Alcântara XXI. A Junta tinha começado a acompanhar, o Senhor Presidente fazia a gentileza de ter uma reunião mensal na sala do arquivo da Câmara, onde iam os promotores, a EPUL, os arquitectos, etc, e para a qual era convidado. Não sabia se teria deixado de existir ou se esqueceram de o convidar. ---

----- Mostrou uma fotografia tirada no dia anterior na piscina infantil do Parque do Alvito e disse que, na sua opinião, bastava limpar. Como a Câmara estava a fazer piscinas novas, acabava uma já existente, era só limpá-la e acabar os sanitários. Era uma pena a Câmara não pegar nisso, num sítio com uma ocupação de centenas de crianças todos os dias. -----

----- Já agora, informava o Senhor Presidente da Câmara que no espaço onde estava uma caravela, o piso estava a abater, um piso amarelo, e convinha a Câmara ver isso, para além de haver uns degraus de madeira partidos. -----

----- Tinha ido visitar o local no dia anterior porque as pessoas faziam-lhe chegar queixas de que se estava a degradar e a Câmara não estava a tomar medidas no sentido de manter o Parque, onde gastara muito dinheiro. -----

----- Respondendo a um aparte, disse que já antigamente iam lá pessoas. Era Presidente da Junta desde 1982 e aquilo não estava fechado. Estava fechada uma parte que não foi reaberta, por exemplo o Centro Juvenil Ellen Keller nunca fora aberto e não percebia porquê, uma ludoteca que existia e que não avançou. Começara-se a falar na Feira Popular ir para aquele sítio e a desactivar parte daquilo, felizmente que a Feira Popular tinha “ido à vida”, como as Torres de Tejo, mas era importante para muitas crianças que não tinham meios de ir a uma piscina sem ser ali. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que começava pegando na anterior Informação Escrita do Senhor Presidente e, de facto, parecia haver alguns partidos que tinham aterrado hoje na Assembleia Municipal, vindo de novo suscitar a questão da forma como esse tema era apresentado pela Câmara Municipal de Lisboa. Só gostava de perceber o que neste momento teria despertado a inquietação e o incómodo dos Senhores Deputados Municipais com a informação estruturante que era dada pelo Senhor Presidente na sua intervenção oral e no prólogo do documento e aquilo que era a informação do dia-a-dia dos serviços. Ouvira palavras que o tinham arrepiado. Tinha ouvido por parte do PS dizer que era ridículo e por parte do BE dizer que era irrelevante. Só sublinhava que aquilo que fora apelidado de ridículo e irrelevante era o trabalho de centenas de funcionários municipais que no dia-a-dia asseguravam o normal funcionamento dos serviços e o andamento dos processos que interessavam aos munícipes e à cidade. Se isso era irrelevante e ridículo, estavam conversados quanto ao sentir de algumas das forças políticas representadas na Assembleia Municipal. -----

----- Depois tinha havido a habitual visão catastrofista do Deputado Municipal Miguel Coelho sobre aquilo que a Câmara vinha fazendo no ainda curto período do seu mandato. No entanto, aquilo que o Senhor Presidente tinha dito desmistificava essa visão catastrofista. -----

----- Alguém tinha pedido mais esclarecimentos sobre o túnel, quando a Câmara ainda 10 minutos antes tinha acabado de dar esclarecimentos exaustivos sobre o Túnel do Marquês. -----

----- Disse que a maioria estava disponível para discutir tudo, sobre o túnel ou qualquer outra questão, não queria era que essa discussão continuasse a servir para impedir ou atrasar o concluir dessa obra, que obviamente já devia estar concluída, eram os primeiros a achar isso, mas se não estava concluída era bom que, até porque os responsáveis eram bem conhecidos e, justiça lhes fosse feita, eram assumidos, eles próprios reconhecessem que eram um dos principais motivos para a obra não estar ainda concluída. -----

----- Tinha ouvido o Deputado Municipal Heitor de Sousa dizer uma coisa extraordinária, de que a Prevenção Rodoviária Portuguesa deveria dar contrapartidas à Câmara pelo facto desta se associar. Ora bem, se a Câmara se associava e se participava, “fazia parte” da Prevenção Rodoviária. As contrapartidas que a Câmara iria receber eram o *know-how* técnico dessa instituição, o nome dessa instituição, a credibilidade em campanhas de segurança rodoviária dessa instituição. Se achavam que

era pouco, no seu caso achava bastante e que a cidade, seguramente, tiraria muito proveito dessa matéria. -----

----- O Deputado Municipal Heitor de Sousa fazia um sinal de zero, pois era essa postura em relação à prevenção que tinha motivado aquilo que dissera sobre o Vereador Sá Fernandes. O Bloco de Esquerda não sabia o que era a Prevenção Rodoviária Portuguesa. Podia ir ao site e ver as actividades, ler para trás e informar-se, logo veria que estava perante uma instituição credível, reputada internacionalmente nessa matéria e que devia merecer o agrado por a Câmara se associar a ela. -----

----- Quanto ao Relatório de Gestão, ele seria discutido em devido tempo e nessa altura haveria tempo para falar. -----

----- Em relação à forma nova que o Deputado Municipal Miguel Coelho queria introduzir sobre o debate, era de facto nova, em mandatos anteriores com Presidentes socialistas não tinha havido essa preocupação do PS, até porque havia um debate sobre o Estado da Cidade, que visava precisamente o que agora se queria introduzir como discussão da Informação Escrita do Senhor Presidente. -----

----- Referiu que a actividade da Câmara era conduzida pelas tais pessoas que estavam nos gabinetes, nos serviços, nos organismos, no terreno, e era com extremo agrado que, depois de em vários mandatos ouvir falar sobre a pouca qualificação dos funcionários da Câmara, via a preocupação que a Câmara tinha expresso na entrega de certificados do Projecto de Educação e Formação de Adultos a 85 trabalhadores municipais. Isso demonstrava o interesse e a atenção com que a Câmara acompanhava os seus funcionários e vinha, aliás, numa aposta que já tinha tido o seu início com a presença do Senhor Presidente na inauguração da sede dos Serviços Sociais do Município. Era de louvar essa atenção com os funcionários e, parafraseando, “as pessoas não são números”. -----

----- Havia uma questão muito importante que era dada pelo documento, era que no curto período de mandato tinham sido apresentadas cerca de 150 propostas em reuniões de Câmara, sendo que mais de 90 foram aprovadas por unanimidade ou por maioria com mais de dez votos favoráveis, o que significava votos para além da coligação maioritária na Câmara. Isso revelava bem o cuidado que a Câmara tinha na procura de consensos o mais alargado possível em matéria de opções para a cidade. Podia ainda dizer que apenas 12 dessas propostas tinham sido aprovadas por uma maioria inferior a dez votos. Das propostas rejeitadas, que foram 8, só 6 tinham sido rejeitadas pela maioria, as outras duas foram rejeitadas com mais votos do que os votos da maioria. ----

----- O significado que pretendia retirar dessa aritmética era o de que havia uma maioria responsável, com uma visão da cidade que visava a integração de todos aqueles que quisessem trabalhar para ela, para o bem de Lisboa, em detrimento da exclusão de quem quer que fosse. Quem se quisesse excluir, isso era outra questão. -----

----- Na área do Urbanismo e da Reabilitação, que hoje mereciam alguma atenção maior da sua parte e, aliás, já com provas dadas perante comissões da AML, o Executivo vinha revelando uma grande dinâmica, procurando dar resposta a soluções reclamadas por Lisboa. O retomar do passo da revisão do PDM e a apresentação da sua calendarização; o início do processo de reabilitação e reconversão de um conjunto de

bairros, como fossem o Bairro Padre Cruz e o Bairro da Boavista, permitindo realojar 1400 famílias, mas cuidando também de garantir a oferta de um conjunto de serviços de apoio, como fossem ATL, creche, residências assistidas para idosos; a reabilitação da Rua de São Bento e em Alfama, que merecia relevo, entre outras razões, pelo facto da Câmara estar a dar um exemplo, sendo municipais 54 dos edifícios em reabilitação. -----

----- Não podia deixar de sublinhar a visita feita pela Senhora Vereadora Gabriela Seara a mais de 1300 operações urbanísticas no terreno, em consonância com uma postura de proximidade do Executivo, que se saudava e que vinha sendo seu emblema, mostrando uma Câmara que ia ao terreno e que queria confrontar-se com a realidade das obras concretas, não ficando apenas pelas plantas e pelos projectos. -----

----- Assinalava também, por razões que chamaria sentimentais, a reabertura do Teatro Maria Matos, que tinha sido pelo menos durante um mandato a casa da Assembleia Municipal. -----

----- Na área da mobilidade, aplaudia a adesão do Município à Prevenção Rodoviária Portuguesa e o protocolo celebrado com o LNEC para identificar pontos negros e comportamentos de risco, quer dos automobilistas, quer dos peões em Lisboa. -----

----- Na área da Juventude, ao contrário do que fora dito, havia que dar expressão ao projecto de constituição da primeira república municipal para estudantes, de duas novas residências universitárias e de dois espaços de estudo, num total de 392 camas e de 130 lugares de estacionamento, porque hoje em dia os jovens deslocavam-se de carro. -----

----- Assinalava também a posse dos Comissários para a Baixa-Chiado e aqui o Deputado Municipal Heitor de Sousa permitisse dizer que não tinha entendido o que era a SRU e o que era o Comissariado. A SRU visava a reabilitação urbana, o Comissariado era muito mais do que isso e visava definir uma estratégia que fosse abrangente nas várias valências que envolviam a revitalização de uma área nobre da cidade, que era a área da Baixa-Chiado. Não havia dúvidas quanto ao papel de cada uma. Aliás, se visse a “distribuição de pelouros” pelos Comissários, veria que eram áreas que estavam muito para além da reabilitação urbana e que visavam uma intervenção coordenada, concentrada, conjugada em todas as valências de interesse para uma área nobre como a Baixa-Chiado. -----

----- Queria enaltecer essa iniciativa da Câmara, desejar as maiores felicidades e os maiores sucessos a esse Comissariado e pedir que não deixasse em nenhuma circunstância de articular com os Presidentes de Junta dessa área da cidade. -----

----- Finalmente, referir a posse do Conselho Municipal de Segurança, que constituía um fórum importante e que esperava que fosse utilizado para garantir soluções numa área essencial da qualidade de vida de Lisboa e dos lisboetas, que era a da segurança. --

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** perguntou qual seria o projecto da Câmara para o Cinema Europa. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que a Informação Escrita suscitara hoje, como tinha suscitado dois meses antes, uma reflexão sobre a forma como devia ser ou não feita e apresentada. Era uma questão pertinente, que devia ser discutida na Assembleia Municipal e eventualmente, se não estava bem, devia corrigir-se e modificar-se para ser mais funcional. Pela sua parte, tinha seguido um

figurino herdado, que também admitia que não fosse o mais eficiente. No fundo, tratava-se de prestar contas à Assembleia Municipal do que fora a actividade da Câmara num período de dois meses. Poder-se-ia, e concordava com isso, gastar menos papel e gastar mais bites, com certeza que seria desejável. -----

----- Como o Deputado Municipal Miguel Coelho tinha dito e bem, porventura seria mais interessante debater as grandes questões da cidade, pegar nalguns grandes temas. No entanto, isso não estava em sintonia, por exemplo, com as observações do Deputado Municipal Modesto Navarro, ex-Presidente da AML, que colocava questões sobre esgotos a céu aberto no Largo do Galvão. Não seria uma questão de fundo e se calhar nem respeitava ao período que se estava hoje a analisar e, portanto, desde logo percebia na Assembleia uma divergência de opiniões sobre como devia ser encarada essa prestação de contas num período. Da sua parte estaria sempre disponível para abordar todos os assuntos da cidade, fossem os esgotos do Largo do Galvão, fossem as questões mais transcendentais, de mais altitude e de longo prazo. Agora, num período de uma tarde não era possível debater em profundidade todos os temas da cidade. -----

----- Quase se atreveria a pensar numa fórmula semelhante à que existia na Assembleia da República, em que o Governo, quando ia prestar contas com uma certa regularidade, escolhia um tema, prestava contas relativamente a um certo período de tempo e centrava a discussão nesse tema. Era uma fórmula, porventura mais eficiente, porque a sensação com que ficava era que não se aprofundava nada e não se conseguia, se calhar, responder a um conjunto de questões colocadas com algum detalhe. Estava-se a fazer um jogo de várias altitudes, que se calhar não cumpria o objectivo. -----

----- Tinha que se ver qual seria o figurino mais adequado. Por si, estava disposto, mas não tinha alterado nem lhe competia tomar essa iniciativa sem um consenso da Assembleia Municipal sobre essa matéria. -----

----- Respondendo a algumas questões, acreditava que o relatório, como estava apresentado, era para transcrever aquilo que efectivamente tinha sido realizado, as iniciativas que foram feitas. Muitas delas, para além das atribuições e competências, havia outras iniciativas que eram feitas todos os dias e que não estavam vertidas. Quando, por exemplo, o Deputado Municipal João Saraiva falava dos equipamentos hospitalares na Cidade de Lisboa. Já tinha dado nota pública disso, tinha tido várias reuniões com o Senhor Ministro da Saúde sobre esse assunto, mas se calhar ainda não havia matéria para pôr no relatório. Poria no relatório logo que houvesse qualquer coisa de concreto e definitiva. Também estava preocupado com essa situação e de todos os encontros com o Senhor Ministro da Saúde havia a maior abertura e disponibilidade, ele próprio parecia estar empenhado em que, por exemplo, o IPO não saísse de Lisboa e o novo Hospital de Todos os Santos avançasse tão depressa quanto possível. -----

----- Em relação à Escola D. João de Castro, a própria Assembleia tinha tomado posição sobre isso, aliás, como a própria Câmara, no sentido de não concordar e fazer tudo o que pudesse estar ao alcance para não desperdiçar um equipamento daquela qualidade de ensino naquela região de Lisboa. -----

----- Os provedores de bairro eram uma figura com algum carácter de inovação, que fora uma ideia apresentada durante a campanha por iniciativa da agora Senhora

Vereadora Gabriela Seara, que parecia ter mérito. Era uma experiência nova e, como tal, tinha que se dar o benefício da dúvida, mas parecia-lhe que podia ter resultados muito importantes, visto serem figuras públicas, todas elas conhecidas e com sensibilidade para as questões sociais. Havia experiências semelhantes noutros países e não se substituíam aos serviços ou às juntas de freguesia, mas disponibilizavam-se de uma forma voluntária para poderem ser mais um interlocutor, um primeiro contacto com quem as pessoas se identificassem melhor e ficassem mais disponíveis para dialogar e expor os seus problemas, sendo elementos facilitadores no relacionamento dos órgãos autárquicos com essas populações. -----

----- Quanto à reabilitação urbana, as taxas de execução em 2001 eram de 68%, em 2005 foram à volta de 70%. Como já tinha dito, felizmente que a reabilitação urbana estava muito para além daquilo que era a intervenção de iniciativa municipal. Só em 2004 tinham sido criadas mais de 100 empresas na Cidade de Lisboa para a reabilitação urbana. -----

----- Era bem vinda a publicação do novo Regime de Arrendamento Urbano, pudesse concordar ou não na totalidade com o que estava vertido na Lei, mas era desejável uma nova Lei do Arrendamento Urbano, que iria ajudar também a que houvesse um maior envolvimento de privados nesse esforço grande que ainda havia para fazer na reabilitação urbana da cidade. -----

----- As questões da mobilidade e estacionamento também tinham sido muito faladas. A Câmara estava a pôr em prática, já fora aprovada a proposta de revisão dos contratos de concessão com empresas concessionárias de parques de estacionamento para disponibilizar 5 mil lugares de estacionamento para residentes em zonas onde não tinham essa facilidade, nos parques existentes. Também os acordos que estavam a ser feitos com a Gare do Oriente, com o Sporting e com o Benfica para, juntamente com o Metro, arranjar um passe com um valor socialmente razoável para as pessoas poderem estacionar aí e servirem como parques dissuasores da coroa interna da Cidade de Lisboa abaixo da Segunda Circular. -----

----- Relativamente ao Parque Mayer, com certeza que haveria de ser discutido o projecto, mal ele existisse. Não existia ainda, tinha havido um estudo prévio, uns traços gerais do que devia constar no projecto do Parque Mayer, um auditório multifuncional para cerca de mil lugares, um teatro para o teatro de revista, um teatro de 400 lugares polivalente, mais um teatro-estúdio de formação de actores e de artistas. Tudo isso estava agora a ser reavaliado em termos daquilo que deveria ser contemplado. Tinha havido várias reuniões, por exemplo com o IPPAR por causa do Capitólio, mas o que podia dizer era que mal houvesse um esboço do pretendido para o Parque Mayer, obviamente que seria trazido à Assembleia Municipal. -----

----- O Deputado Municipal Silva Dias, nessa e noutras matérias, não poderia dizer que se estava a fazer qualquer coisa nas costas do povo, fosse o PDM ou fosse outra coisa. Aliás, tinham tido oportunidade algumas semanas antes de estar com a Comissão Municipal a apresentar o ponto da situação justamente do PDM, que realçava isso, os valores indicativos apresentados faziam com que se passasse para um aumento de 2 ou 3% na área verde. Já se começava a ter contornos do que seriam as propostas gerais do

novo PDM de Lisboa e tudo o que fosse feito seria sempre apresentado atempadamente aos diversos órgãos autárquicos. Portanto, não se correria o risco de fazer o que quer que fosse nas costas do povo. -----

----- Também lamentava o desaparecimento do tecido produtivo da cidade, mas não era um exclusivo, feliz ou infelizmente, da Cidade de Lisboa, era uma realidade com que se debatiam as grandes áreas metropolitanas por toda a Europa. Havia uma modificação normal que se tinha verificado nos últimos 40 anos, em que grandes espaços industriais eram hoje reconvertidos noutra tipo de utilizações. Aliás, isso tinha um nome muito específico em urbanismo, uma nomenclatura europeia que eram os “Brownfield Development”, que era justamente transformar zonas industriais degradadas em novas oportunidades de requalificação da cidade. -----

----- Dizer ao Deputado Municipal João Bau, relativamente à rede de esgotos e à SIMTEJO, que obviamente caberia à SIMTEJO tudo o que tivesse a ver com rede em alta, interceptores, estações de tratamento e estações elevatórias. O Senhor Vice-Presidente estava a acompanhar isso e mesmo no seu caso já tivera reuniões com o Presidente das Águas de Portugal e com a SIMTEJO no sentido de regularizar a dívida, tanto da entrada de capital, como da prestação de serviços. Recordava que no início do mandato anterior fora herdada essa situação, sem que o contrato de concessão tivesse ido à Câmara ou à Assembleia Municipal. Convinha registar, para boa memória, e fora um fardo muito pesado em termos das finanças da Câmara que estava em vias de solução. No entanto, mais importante que isso era resolver os problemas. -----

----- Quando se dizia que tinha sido o responsável pela anulação da empreitada da ETAR de Alcântara, só podia dizer que tinha sido e com muito orgulho, porque fazer uma proposta de tratamento terciário numa ETAR servida por uma ribeira canalizada, em que se desviava uma parte do caudal e se devolvia o caudal tratado ao mesmo caneiro, misturado com esgoto não tratado, e se devolvia ao rio, não havia nenhum efeito prático nisso. Para além de que a Comunidade Europeia só exigia tratamento terciário em meios receptores considerados sensíveis, o que não era o caso do Estuário do Tejo. -----

----- Sobre as obras do Túnel do Marquês, o Senhor Vereador Pedro Feist já tinha tido oportunidade de falar e não se queria alongar sobre isso, era um tema do seu gosto mas não se ia alongar sobre isso por falta de tempo. Em questões de perfil tinha havido sempre um equívoco, a transposição da Directiva Comunitária sobre inclinações tinha a ver com a Rede Rodoviária Transeuropeia, que não se aplicava a ruas urbanas. -----

----- Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, naturalmente que Alcântara tinha uma piscina no Parque do Alvito, mas que estava abandonada havia vários anos. Estava em construção uma outra, na Tapadinha, seguramente mais próxima da população do que o Alvito, para poder ser usufruída no dia-a-dia. O Parque do Alvito vinha sendo faseadamente reaberto e se hoje era um sucesso de procura de pessoas, à actual maioria o podiam ficar a dever, porque fora no mandato anterior que se apostou claramente nas obras de reabilitação do Alvito. -----



----- Quanto à Via da Meia Encosta, tal como no Parque Mayer, tinha havido dentro dos serviços várias tentativas de definição de traçados, ligações, etc., e mal estivesse pronto seria trazido à Assembleia Municipal, assim como seria apresentado em Câmara. -----

----- Não tinha havido mais reuniões do Alcântara XXI, porque se tivesse havido estaria presente e teria o maior gosto de convidar o Senhor Presidente da Junta para estar presente. Aliás, como sabia, houvera uma reviravolta e decidira-se fazer o plano de pormenor, etc. -----

----- A Deputada Municipal Ana Sara Brito tinha referido as 245 equipas de rua e supunha que neste momento já soubesse que se tinha tratado de um lapso, eram só 24. -

----- A questão do Centro de Saúde Charneca/Ameixoeira, ainda ontem tinha estado com o Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia que dissera taxativamente sobre esse assunto: “esse assunto está na mesa do Senhor Ministro da Saúde”. Portanto, a resposta que podia dar, que era tão actual como essa informação do Senhor Provedor, era que o assunto estava na mesa do Senhor Ministro da Saúde, exactamente para o financiamento desse equipamento da maior importância nessa zona de desenvolvimento da Cidade de Lisboa. -----

----- O Deputado Municipal Modesto Navarro tinha falado sobre as touradas e a QUERCUS. O Senhor Vice-Presidente saberia melhor, como aficionado que era, mas não era um assunto que dissesse directamente respeito à Autarquia. -----

----- Relativamente ao Cinema Europa também não havia desenvolvimentos, mais do que os que já tinham sido apresentados na última sessão, onde fora dado conhecimento do que o Executivo estava a fazer e que era, entre os serviços da Câmara, com o envolvimento da Junta de Freguesia e com o proprietário pensar num projecto que compatibilizasse e harmonizasse as expectativas de todos, salvaguardando desde logo a vontade dos residentes daquela zona da cidade em ter aí um equipamento de cultura. ---

----- Outras coisas haveria, mas na essência era o que queria dizer. Estava disponível para dentro de dois meses se pudesse estar de uma forma eventualmente diferente. Tinha deixado, não uma sugestão, mas uma reflexão sobre a forma porventura mais eficaz de apresentar a Informação Escrita. Supunha que não houvesse tempo para debater em profundidade cada um dos temas e o que lhe parecia era que se devia tentar arranjar dois ou três temas preferenciais para focar aí a discussão, porque nunca ninguém sairia satisfeito de uma reunião com uma variedade tão grande de assuntos. Embora algumas pessoas pudessem não concordar, mas em dois meses fazia-se muita coisa na Câmara e não parecia possível numa tarde debater-se o que era feito em dois meses. -----

----- **A Senhora Presidente** referiu que era uma sugestão à consideração da Comissão de Revisão do Regimento. -----

----- Informou que a reunião continuaria no dia 2 de Maio, pelas 15 horas. -----

----- Seguidamente, deu por encerrada a reunião, eram 20 horas e 30 minutos. -----

----- E eu, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com o Segundo Secretário, \_\_\_\_\_ .----

----- A PRESIDENTE -----

